

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

SARA DUARTE

A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PARTICULARIDADE DO
CAMPO: análise a partir da situação do município de Rio Bonito do Iguaçu/PR

RIO DE JANEIRO

2015

Sara Duarte

A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PARTICULARIDADE DO
CAMPO: análise a partir da situação do município de Rio Bonito do Iguaçu/PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola
de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Elaine Martins Moreira

Rio de Janeiro

2015

Aos meus queridos pais *Jovino e Ageni*
que me deram todo o apoio ao longo
dessa jornada. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para que esse trabalho se tornasse possível.

Aos meus pais, Jovino Duarte e Ageni Maria Duarte, que sempre com seu amor incondicional me ajudaram, incentivaram e me ensinaram a vencer as afrontas da vida cotidiana e me mostraram o caminho a seguir. Amo vocês!

Aos meus queridos irmãos Débora Duarte e Jônatas Duarte pelas tardes de risos e ao meu lindo sobrinho Heitor pelas brincadeiras inesquecíveis. Obrigado meus amores, pelo companheirismo, apoio, forças e sorrisos, à vocês dedico o meu mais puro e verdadeiro amor.

Aos meus avós pela preocupação nas diversas viagens que realizei, a vocês dedico todo o meu carinho.

Aos meus amigos pelo companheirismo, apoio e leal amizade.

A minha orientadora, Elaine Martins Moreira, pela sua contribuição nesse trabalho, obrigado por entender meus limites e por ajudar a superá-los.

A banca examinadora agradeço imensamente por aceitar fazer parte deste trabalho.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que através das lutas possibilitou-me ingressar na universidade.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro e a todos que fazem parte desta instituição.

A todos os professores que passaram pela turma Carlos Nelson Coutinho, deixando suas marcas e sempre nós incentivando na busca pelo conhecimento.

Vocês com certeza são parte deste trabalho!

Enfim, obrigado a todos e a todas que contribuíram de uma forma ou de outra para a realização deste trabalho.

*O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
E de suas certezas.
É meta de forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa.*

(Mauro Iasi)

RESUMO

Este trabalho tem como tema central a intervenção dos assistentes sociais na particularidade do campo a partir da análise da situação do município de Rio Bonito do Iguaçu/Paraná. A escolha do tema de pesquisa deve-se ao fato de que o debate sobre a questão agrária relacionado com o Serviço Social não possui grande acúmulo teórico no interior da profissão. Para compreender como essa ausência se reflete na prática profissional escolhemos um município que tem por singularidade a presença de maioria de sua população na área rural e dentre estas a constituição de três assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e um acampamento destinado aos filhos dos assentados. Desse modo, far-se-á a análise do processo de intervenção dos assistentes sociais nas diferentes políticas sociais observando a particularidade do campo, buscando: identificar nas políticas e programas sociais implementados no município como se expressam as demandas particulares dos sujeitos do campo, verificar a existência de ações exclusivas para os camponeses nas políticas sociais efetivadas no município e investigar como os assistentes sociais pensam a ação profissional em relação à realidade do campo e as demandas dos seus sujeitos. O trabalho constitui-se de três capítulos: no primeiro abordaremos a trajetória do Serviço Social no Brasil, desde o seu surgimento, institucionalização e contemporaneidade; no segundo apresentamos a questão agrária como particularidade da questão social, a formação social brasileira e seus rebatimentos na concentração de terras; no terceiro capítulo analisamos nosso objeto de estudo a partir da pesquisa documental e empírica realizada nas instituições do município e com os assistentes sociais. O trabalho possibilitou observar que a ausência do debate sobre a questão agrária relacionando-a com o Serviço Social reflete negativamente na prática profissional; a pesquisa empírica mostrou que os assistentes sociais possuem dificuldades em relacionar os elementos da questão agrária presentes em sua realidade bem como observar os seus impactos na atividade profissional e na vida social. Ao não reconhecer os elementos particulares dos sujeitos camponeses na condição de usuário das políticas sociais sua identidade como camponês é encoberta assim como a realidade na qual está inserido. O trabalho possibilitou identificar ainda desafios que remetem diretamente à profissão no que refere ao debate da questão agrária relacionada com a questão social para o exercício e a formação profissional.

Palavras-chaves: Serviço Social. Questão Social. Questão Agrária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ELEMENTOS DESSA TRAJETÓRIA HISTÓRICA	11
3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E SEUS DETERMINANTES PARA A QUESTÃO SOCIAL	33
3.1 A particularidade do processo de “reconhecimento da questão social” no Brasil	42
4 A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PARTICULARIDADE DO CAMPO: ANÁLISE A PARTIR DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU/PR	59
4.1 Caracterização atual do município de Rio Bonito do Iguaçu/Pr e as ocupações de terra	59
4.2 As ações e programas destinados ao campo e a intervenção dos assistentes sociais juntos aos camponeses	63
4.2.1 Ações que beneficiam o campo nos PPA's	63
4.2.2 Exposição dos Planos Municipais das políticas sociais	80
4.2.3 Exposição e análise das entrevistas realizadas com assistentes sociais do município de Rio Bonito do Iguaçu sobre a intervenção junto aos sujeitos do campo	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99
ANEXO	101
APÊNDICE	104

1- INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho relaciona-se ao debate da chamada questão agrária. A partir da entrada no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos pareceu relevante analisar a intervenção dos assistentes sociais na particularidade do campo, especialmente porque estudos envolvendo a questão agrária e seus rebatimentos nas expressões da questão social historicamente são muito reduzidos. Dessa forma, a importância deste trabalho está em discutir este tema e observar como essa ausência de debate se reflete na prática profissional.

Diante disso estamos estudando como se dá a intervenção dos assistentes sociais no campo a partir de uma realidade local. O município escolhido para a pesquisa empírica foi Rio Bonito do Iguaçu, no estado do Paraná, que mesmo sendo de pequeno porte possui a especificidade de que entre sua população há grande número de trabalhadores rurais; em sua maioria assentados da reforma agrária. Pode se afirmar que se trata de um “município camponês” devido a características como a taxa de urbanização de apenas 24,32%. Ainda: o município tem três assentamentos decorrentes da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, atualmente, um acampamento destinado principalmente aos filhos dos assentados. Nestas áreas dos três assentamentos da reforma agrária estão aproximadamente mil e trezentas famílias, no acampamento cerca de duas mil famílias, além das demais comunidades rurais.

Outra razão, fundamental, para a definição do local da pesquisa é o fato de estar localizado neste município o Assentamento Marcos Freire, onde resido, e que foi a condição essencial para que pudesse cursar a graduação em Serviço Social na UFRJ a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) operacionalizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em parceria com a universidade. A existência deste programa decorre da luta dos camponeses liderados fundamentalmente pelo MST atuação esta que vem permitindo a escolarização de milhares de trabalhadores do campo na educação básica até a universitária, desde meados dos anos 1990.

Esse estudo também se destina a contribuir para que os direitos dos trabalhadores do campo sejam mais enfatizados na elaboração profissional dos assistentes sociais e observados se há registro em políticas sociais e programas governamentais no sentido de oferecer uma maior cobertura para esses cidadãos; assim como avaliar e criar alternativas para uma

intervenção profissional que envolva essa particularidade. Espera-se que para o Serviço Social esse trabalho contribua na ampliação do conhecimento acerca da realidade do campo e das demandas dos sujeitos que aí vivem; por outro lado, enquanto prática possui relevância, pois a partir dos resultados obtidos poder-se-á estudar, levantar alternativas e hipóteses que venham contribuir com a intervenção profissional na particularidade do campo.

O trabalho parte do seguinte problema: Como se dá a intervenção dos assistentes sociais através das diversas políticas sociais considerando a particularidade do campo? Para analisar o processo de intervenção dos assistentes sociais nas diferentes políticas sociais observando a particularidade do campo construímos como objetivos específicos dessa pesquisa: identificar nas políticas e programas sociais implementados no município de Rio Bonito do Iguazu como se expressam as demandas particulares dos sujeitos do campo; verificar a existência de ações exclusivas para o campo nas políticas sociais efetivadas no município e por fim, investigar como os assistentes sociais que exercem aí sua atividade pensam a ação profissional em relação à realidade do campo e as demandas dos seus sujeitos.

A metodologia utilizada foi a pesquisa em fontes bibliográficas, documentais e empíricas. As fontes bibliográficas são os livros que deram sustento teórico ao trabalho, entre as obras utilizadas estão: Netto, Yamamoto, Ianni, Caio Prado e Sant'Ana. Para problematizar essa questão pesquisamos em documentos oficiais das políticas sociais do município as ações específicas diretas, ou indiretas, direcionadas ao campo e também via entrevista com os profissionais. A pesquisa documental se referiu a existência de ações para o campo nas políticas e programas sociais efetivadas no município analisando os Planos Plurianuais (PPA's) que cobrem o período de 2006 a 2017 e os Planos Municipais das áreas da saúde, assistência e educação. A pesquisa empírica deu-se também com a realização de três entrevistas nos meses de abril e maio de 2015 com os assistentes sociais que trabalham no município: no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), na equipe volante e na Secretaria Municipal de Assistência Social. O instrumento para as entrevistas foi um questionário com sete perguntas, de cunho quanti-qualitativo. Esse roteiro foi enviado com antecedência aos (as) entrevistados (as) e depois efetivamente aplicado presencialmente por meio da entrevista. Antes disso, obtivemos documento de autorização e o termo de consentimento, da mesma forma foi apresentado um documento pedindo a autorização para a pesquisa documental em relação aos Planos e PPA's nas instituições competentes.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro refere à trajetória do Serviço Social no Brasil, abordando o surgimento da profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, no qual o assistente social intervém através das diversas políticas sociais criadas pelo Estado. Apresentamos o contexto da emergência da profissão, suas protoformas e a regulamentação do Serviço Social. Abordamos a renovação do Serviço Social por meio do movimento de reconceituação que se deu no Brasil através de três direções principais, ainda no contexto do regime militar iniciado a partir do golpe de 1964 com desdobramentos até o processo de redemocratização nos anos 1980. Analisamos também a construção do chamado projeto ético-político da profissão nas últimas décadas até chegar ao Serviço Social contemporâneo.

O segundo capítulo aborda a questão agrária e seus rebatimentos nas manifestações da questão social. Introduzimos esta parte do trabalho com elementos sobre o modo de produção capitalista e sua nova forma de administrar o comércio e a produção de mercadorias. Assim como a emergência da chamada “questão social” a partir do fenômeno do pauperismo e da urbanização da sociedade capitalista. Abordamos a naturalização da pobreza pela classe conservadora e a apropriação do termo “questão social” pelo pensamento conservador mascarando seus impactos nas condições de vida dos trabalhadores. Apresentamos também como se manifesta a “questão social” no Brasil no período da industrialização e urbanização, bem como, a condição da questão agrária desde a formação social brasileira, abordando o “sentido da colonização” e seus desdobramentos para a reprodução dessa problemática na história do Brasil, já numa perspectiva crítica de compreensão das relações sociais. Por fim, relacionamos a questão agrária com a questão social à qual daremos mais ênfase no terceiro capítulo.

Neste último item contextualizamos a história do município de Rio Bonito do Iguazu e a formação dos assentamentos. Identificamos nos PPA's e nos Planos Municipais das políticas sociais as ações e programas destinados ao campo e os seus desdobramentos. Expomos também o conteúdo das entrevistas e a partir da análise avaliamos o protagonismo, ou não, das demandas e dos sujeitos camponeses no cotidiano da atividade profissional dos assistentes sociais, e as questões daí decorrentes para pensarmos o exercício e a formação profissional. No término do trabalho apresentaremos os resultados obtidos através das pesquisas, os desafios que estes remetem a profissão e considerações finais sobre o trabalho dos assistentes sociais na particularidade do campo.

2- SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ELEMENTOS DESSA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

O Serviço Social surge na era dos monopólios, mais precisamente no início do século XX, é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho na esfera da reprodução social e o assistente social é um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho em troca de um correspondente monetário (NETTO, 2011: pág.72-73). É uma profissão interventiva junto às distintas expressões da “questão social”, através das políticas sociais, fundamentalmente tendo como base os direitos sociais. “A profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais” (NETTO, 2011: pág.74). Como profissão, a história do Serviço Social está essencialmente vinculada a Igreja Católica, pois será através das práticas caritativas, filantrópicas e de benemerência feitas pelas instituições religiosas que a prática do Serviço Social se inicia, usando inclusive a metodologia da Igreja em sua ação.

Os primeiros centros irradiadores da profissão de Serviço Social foi o COS (Organização para Caridade Social), que começou a racionalizar, sistematizar e a organizar as práticas assistenciais, oferecendo formação técnica aos assistentes e vinculando essas práticas as Ciências Sociais. Originalmente na França e na Bélgica, o movimento COS foi católico, tendo como base a Doutrina Social da Igreja e a encíclica *Rerum Novarum* (Coisas Novas) de leão XIII e mais tarde a de Pio XI o Quadragésimo Ano. Na Inglaterra e Estados Unidos o movimento foi protestante e teve como eixo a valorização das Ciências Sociais. De acordo com José Paulo Netto no livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*.

o surgimento do Serviço Social como profissão – vale dizer, como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada – a sua vinculação com a chamada “questão social” (...) o aparecimento do Serviço Social [relaciona-se] com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no evoluer do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX. (NETTO, 2011, pág. 17).

O contexto social do Brasil quando do aparecimento do Serviço Social vivia da exploração agrícola, as indústrias produziam muito pouco e o que faltava era adquirido pelas importações dos outros países. A partir de 1930, quando Getúlio Vargas assume a presidência e institui-se o nacionalismo populista, a indústria começa a crescer mesmo sendo dependente das tecnologias importadas. O Estado para manter a ordem pública precisa recorrer a outras medidas e não somente a repressão, mas com adoção de formas de assistência social reconhecimento de leis de proteção à exploração do trabalho, alguma política e etc. A partir desse momento o Estado começa tratar a classe subalterna usando recursos que promovam

uma coesão social. Nesse contexto se dá o surgimento da necessidade do Serviço Social, tendo funções ideológicas e de controle sobre a população.

Assim, o período de 1930-45 caracteriza o surgimento da profissão de Serviço social no Brasil com influência europeia. A expansão do Serviço Social no país, entretanto, ocorre a partir de 1945, relacionada com as exigências e necessidades de aprofundamento do capitalismo no Brasil e às mudanças que ocorreram no panorama internacional, após a Segunda Guerra.

Após os grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra, tendo por protagonista o proletariado, a “questão social” fica colocada para a sociedade. Datam desta época o que se poderia considerar como sendo as *protoformas* do Serviço Social no Brasil. No entanto, para o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão do trabalho, se deverá percorrer um itinerário de mais de duas décadas. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág. 149).

No Brasil a profissão é regulamentada com a lei 3252 em 1957¹. No entanto as primeiras escolas de Serviço Social já haviam surgido duas décadas antes de sua primeira regulamentação. De acordo com Netto o caminho da profissionalização do Serviço Social é um processo em que os seus agentes se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle.

Esta inserção – em poucas palavras, a localização dos agentes num *topus* particular da estrutura sócio-ocupacional –, quase sempre escamoteada pela auto-representação dos assistentes sociais, marca a profissionalização: precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhe são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam. (NETTO, 2011: pág. 72).

Seguindo o raciocínio do autor, esse deslocamento não é simples, as agências em que se desenvolvem as protoformas do Serviço Social pensam-nas e realizam-nas como conjunto de ações não só derivadas menos de necessidades ou demandas sociais do que de impulsões ético-morais, mas principalmente como atividades exteriores à lógica do mercado. Os agentes só conseguem empreender o caminho da profissionalização ainda que conservem o referencial ideal produzido nessas agências, quando saltam para fora dessas agências ou quando elas se subordinam a uma orientação diversa. O deslocamento não é simples, pois pode dar-se não só com a manutenção do referencial ideal anterior, como, com a conservação de práticas a ele conectadas, o que esse deslocamento altera concretizando a ruptura, é a condição do agente e o significado social da sua ação; o agente passa a se inscrever numa relação de assalariado e a significação social do seu fazer passa a ter um novo sentido na malha das relações sociais. “É com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de

¹ No entanto, através das diversas mudanças no cenário nacional e da profissão precisou-se de uma segunda regulamentação em 1993 com a lei de nº 8662.

trabalho, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho)” (NETTO, 2011: pág.72).

“A emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indissociável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 2011: pág.74). O autor enfatiza que a emergência do Serviço Social é demarcada pelo que se considera *protoformas* do Serviço Social através das condutas filantrópicas e assistencialistas. A particularidade de sua gênese não é atribuída somente a “questão social”, mas suas particularidades no âmbito da sociedade burguesa fundada como dito anteriormente na idade dos monopólios.

Não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, independentemente das protoformas, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho (NETTO, 2011: pág. 73).

No Brasil, “o que se poderia considerar como protoformas do Serviço Social, tem sua base nas obras e instituições que começam a “brotar” após o fim da Primeira Guerra Mundial”. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág. 176). Segundo os autores, mundialmente esse momento se caracteriza pelo surgimento da primeira nação socialista e a efervescência do movimento popular em toda a Europa, o Tratado de Versailes procurando estabelecer uma nova política social mais clara a classe operária e a multiplicação das escolas de Serviço Social na Europa. No Brasil, se caracteriza pelos grandes movimentos operários de 1917 a 1921, tornando visível para a sociedade a existência da “questão social”.

Segundo Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* o surgimento de algumas instituições assistenciais com um aporte de recursos e potencial de contatos junto ao Estado, se origina na “primeira fase do movimento de “reação católica”, da divulgação do pensamento social da Igreja e da formação das bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.176-177), tendo em vista a assistência preventiva, de apostolado social, na perspectiva de atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres. A importância dessas instituições que surgem nesse momento deve ser levada em consideração quanto à análise da gênese do Serviço social. É “a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação

Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.177).

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), segundo os autores acima citados, é considerado uma manifestação original do Serviço Social no Brasil, originando-se em 1932 voltado para a ação social visando colaborar com o bem-estar da sociedade. O surgimento desse centro vincula-se a conjuntura de São Paulo, onde as classes dominantes procuram reaver o poder local e nacional do qual haviam sido alijados dois anos pela insurreição de 1932. De acordo com os autores as atividades realizadas pelo CEAS serão para a formação técnica especializada e a difusão da doutrina social da Igreja. Em 1933, há uma intensificação de suas atividades. Em 1935 foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado, o primeiro desse gênero no Brasil. No ano seguinte o CEAS funda a primeira Escola de Serviço Social, porém, já existia nesse momento uma demanda a partir do Estado. “A Escola de Serviço Social passará por rápidos processos de adequação, o primeiro em 1939, para a organização de Centros familiares (...) e o segundo se dará logo em seguida, para atender à demanda das prefeituras no interior do Estado” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.188). No campo particular, várias escolas surgem nos demais Estados.

Por outro lado, no Rio de Janeiro, capital da república, maior cidade do país, antigo polo industrial da região sudeste é o grande centro de transportes, portos entre outros, possui um grande número de proletários. É o centro da política e economia do país; segundo Iamamoto e Carvalho é a cidade que mais desenvolveu a infraestrutura de serviços básicos, inclusive assistenciais, com forte participação do Estado. Origina-se também a formação técnica especializada para a prática da assistência.

Um importante marco para a introdução do Serviço Social no Rio de Janeiro será a Primeira Semana de Ação Social em 1936, nesse mesmo ano é realizado o primeiro curso intensivo de Serviço Social com duração de três meses. Em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery, que dará origem a Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil e se constituirá a primeira iniciativa do governo federal para a formação de Assistentes Sociais. No decorrer da década de 1940, segundo os autores citados, “surgem diversas escolas de Serviço Social nas capitais dos Estados, sendo que quatorze enviam representação ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1947” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.197). Como elemento novo, estas escolas terão o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência. “Até o fim da década, o número de Assistentes Sociais diplomados será pouco superior a trezentos,

concentrando-se em São Paulo e no distrito Federal, com esmagadora maioria de mulheres” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.198).

De acordo com os autores, a demanda de assistentes sociais durante este período excedeu o número de profissionais disponíveis, como mecanismo para acelerar a formação desses profissionais foi ofertado pelas instituições bolsa de estudos e cursos intensivos para auxiliares sociais. Daí há um alargamento da base de recrutamento que passa a abranger parcelas da pequena burguesia urbana, pois até o momento esses cursos eram privilégios das classes dominantes. Devido ao número limitado de assistentes sociais diplomados as atividades por eles desenvolvidas serão bem restritas,

em função da limitação de atuação dos órgãos públicos de Serviço Social, como da incapacidade das instituições particulares de assistência em se constituírem em base que tornasse viável a política de encaminhamentos, elemento essencial do Serviço social de casos individuais naquele momento (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.200).

Dessa forma, parafraseando os autores a atuação desenvolvida pelos primeiros assistentes sociais, estará organizada em torno da assistência, para a educação popular, e para a pesquisa social. O público usuário será constituído de famílias operárias, principalmente as mulheres e crianças. As atividades mais realizadas serão a distribuição de materiais, visitas domiciliares, encaminhamentos e formação moral e doméstica através de cursos e círculos. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.208).

Sobre o discurso realizado pelo Serviço Social nesse período conforme Iamamoto e Carvalho, a produção de material sobre o Serviço Social é bastante limitada. As primeiras sistematizações sobre a prática e ensino de Serviço Social foram os encontros e conferências realizadas pelo movimento católico, no entanto esses trabalhos não são elaboração própria dos assistentes sociais.

O Serviço Social nesse momento tem por objeto remediar as deficiências dos indivíduos e das coletividades, são deficiências acidentais e não de efeito estrutural. Junto ao coletivo vêm auxiliar as carências generalizadas que não envolvem aos grupos sociais em sua estrutura. Ou seja, suas principais funções envolvem as individualidades; os problemas sociais não são tratados como decorrentes de uma estrutura ou sistema, mas decorrentes da ação dos indivíduos ou grupos isolados na sociedade. Sobre a visão mais geral da sociedade,

o discurso é essencialmente doutrinário e apologético. Tendo por base o pensamento católico europeu, e as encíclicas papais [Rerum Novarum e Quadragésimo ano] esse discurso se antepõe ao comunismo totalitário e à ordenação social do liberalismo, incapaz de resolver o problema das classes subalternas (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.214).

O contexto nesse período é o de industrialização do país, e assim um aprofundamento do capitalismo que traz uma série de transformações e necessidades. O proletariado que trabalham nessas indústrias é altamente explorado e vive em ambientes insalubres e degradantes, a incorporação de mão de obra barata leva as mulheres e crianças a se inserirem no operariado, pois precisam trabalhar para manter o mínimo para a sobrevivência expondo-se a extensa jornada de trabalho. Neste sentido o assistente social será o “agente de ligação entre patrão e empregado”, ou seja, garante ao trabalhador um nível de vida moral, físico e econômico na aplicação de leis trabalhistas e para o patrão um trabalhador responsável, educado, que zela pela moralidade e pelo seu trabalho, em outras palavras, um trabalhador que se adapte a empresa, que seja passivo e obediente. Assim, o assistente social projeta sua visão de mundo e posição de classe sobre a reprodução do proletariado.

Enquadrando-se na proposição da hierarquia católica de reafirmar sua presença na sociedade enquanto agência de controle ideológico da sociedade burguesa, capaz de incluir o proletariado num sistema consensual, o Serviço Social adquire, suas conotações ideológicas, permitindo ampliar o universo conceitual da assistência, projetando intervir na formação moral e social do proletariado, ou seja, em sua consciência, a partir do cotidiano de sua existência (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.225).

De acordo com os autores citados, a implantação do Serviço Social relaciona-se as transformações sociais e econômicas pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, seu surgimento está associado ao bloco católico e se desenvolve conforme os interesses e influência da Igreja na sociedade. O Serviço Social começa a se originar como um departamento da Ação Católica e da Ação Social que nesse período passava por um processo de reorganização para mobilizar e realinhar a opinião pública, ou seja, a igreja busca se reafirmar enquanto agência de controle das classes subalternas para afastar a classe subalterna da influência do socialismo. No entanto, o Serviço Social não se vincula somente ao desenvolvimento da assistência e da caridade, mas como uma forma de intervenção ideológica baseada na assistência com uma atuação política de enquadramento da população. Portanto é essa reorganização do bloco católico que criará as bases para o surgimento do Serviço Social.

O Serviço Social se caracteriza por ser um movimento ao qual se dedicam mulheres abastadas, que se reúnem a partir da relação que possuem com a militância no meio católico. Até hoje o Serviço Social possui um contingente bastante feminino, mas com uma inserção significativa do meio masculino, porém mais vinculadas à classe média e subalterna.

Passada a primeira fase de grandes mobilizações, a Igreja já reconquistou e institucionalizou as suas prerrogativas, a classe subalterna é apaziguada e o bloco católico diminui sua dinâmica. As escolas de Serviço Social começam a se organizar para se

adaptarem a uma nova demanda: passam a “democratizar” sua base de recrutamento e abrir as instâncias de seleção e formação de quadros subalternos. A formação profissional será um tema de preocupação que gerará elaborações e debates, principalmente com influência franco-belga, a característica dessas produções será em torno do humanismo cristão (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.232-33).

Para o recrutamento dos futuros alunos de Serviço Social havia critérios definidos, a escola de São Paulo, por exemplo, possuía quatro exigências para efetuar a matrícula, entre outros critérios como a boa saúde e ausência de defeitos físicos. A forma autoritária e paternalista se reveste e esse comportamento reaparece, suavizado por qualidades como a vontade, perseverança sendo condescendente sem transigir o essencial, ou seja, se preparava uma “elite virtuosa, escolhida em meio à boa sociedade, e que vê por missão redimir os elementos caídos do quadro social” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.235).

Segundo essas produções teóricas a formação do assistente social se dividira nos aspectos científicos, técnico, moral e doutrinário. No entanto Iamamoto e Carvalho avaliam que na observação desses programas, tanto no aspecto científico como técnico há uma carência de objetividade e coerência, em que as próprias escolas reconhecem a inexistência de sistematização que justifique o Serviço Social enquanto ramo do conhecimento e a ausência de uma metodologia. A grande eficiência do Serviço social ficará em torno do embate cotidiano e individualizado com as populações carentes. Para esse embate, segundo os autores a formação moral e doutrinária será o essencial como aptidão para agir com firmeza e perseverança na tarefa de reeducar as classes baixas, ou seja, sua atribuição é a de intervir sem deslegitimar a estrutura social. “Esta fase caracterizada pela influência europeia engloba-se no processo da chamada Reação católica e de seus desdobramentos (...) posteriormente essa influencia será canalizada através da UCISS, à qual se filiam as escolas organizadas no Brasil” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.239-40).

A influência norte-americana no ensino especializado no Brasil situa-se no Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941, nos Estados Unidos (...) se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as principais escolas do país com as grandes instituições e escolas norte-americanas (...) nas modificações curriculares: reaparece a volta de um bolsista que realizou curso nos Estados Unidos, a introdução de uma nova matéria no currículo e a introdução no currículo mínimo recomendado pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, está aparece como principal agência de difusão das modificações curriculares e de homogeneização do ensino no âmbito nacional (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.241-42).

De acordo com os autores a partir de 1937, se encerra o período de transição iniciado com a Revolução de 1930. Essa nova fase será marcada pelo aprofundamento do modelo corporativista, cujo teor será dado pela nova Carta Constitucional e uma aparente política

industrialista. Os autores atribuem também à crise econômica que se aproximava e tem o ápice em 1939 esgotando o surto industrial iniciado em 1933, como um dos elementos que se relacionam a implantação da ditadura. A política econômica coloca-se a serviço da industrialização, buscando reverter para si os mecanismos voltados para a agroexportação.

O regime que assume a gestão da crise e procura a dinamização da economia para supera-la, buscara junto ao proletariado urbano, um elemento de legitimação. Assim, o Estado Novo também se caracteriza pela violência na tentativa de superar a luta de classes por meio da repressão e tortura, no entanto, não escondem a outra face que se traduz de acordo com Iamamoto e Carvalho na política de massas. Dessa forma a estrutura corporativista do Estado Novo para validar essa fonte de legitimação, precisa incorporar de alguma forma as reivindicações dos setores populares.

O reconhecimento legal da cidadania social do proletariado, o reconhecimento da exploração da força de trabalho e de direitos à condição de explorados abrem a perspectiva de reivindicação de sua real aplicação e ampliação (...) assim a repressão recai sobre o componente autônomo e revolucionário do proletariado (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.250-51).

No essencial trata-se de acordo com os autores de readaptar os mecanismo de exploração econômica e dominação política às necessidades do sistema capitalista.

Assim, essas incorporações das reivindicações do proletariado tornam-se um acelerador da acumulação através da regulamentação do mercado de trabalho, aprofundando a subordinação do trabalho ao capital, e a noção dos direitos obscurece a classe operária impedindo de perceber o outro lado da legislação social, legitimando sua dominação. É a partir desse momento que o Estado passa a tratar a classe subalterna, não apenas com a coerção, mas também com a coesão, ou seja, garante um mínimo de direitos para manter o consenso das massas que ao mesmo tempo contribui para a acumulação capitalista mantendo um ritmo no consumo.

O problema da integração de grandes novas massas urbanas, de novas forças sociais que se adensam juntamente com o crescimento das atividades produtivas urbanas, tem por centro o fato de que o prosseguimento da acumulação capitalista exige que esses setores sejam mantidos em estado de carência – com a expansão da acumulação se dando na ordem direita do aumento da miséria relativa da população trabalhadora e do aprofundamento de sua subordinação ao capital (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág. 251).

Para manter essa “paz social” de acordo com Iamamoto e Carvalho o Estado terá que desenvolver um conjunto de respostas que aparecem em determinadas conjunturas como resultado ao desenvolvimento das contradições geradas pelo aprofundamento do capitalismo e atinjam o equilíbrio das relações de força. Será o surgimento de novas instituições como de

Seguro Social, Justiça do Trabalho, Salário Mínimo, Assistência e o desenvolvimento de Legislação Sindical e Instituições de Previdência.

De acordo com os autores após a liquidação da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e a desarticulação do movimento operário com a repressão do golpe de Estado em 1937, os sindicatos são transformados em agências de colaboração com o Poder Público e suas reivindicações são imobilizadas pela burocracia controlada pelo Ministério do Trabalho. Essa descaracterização das funções do sindicato que deixando de ser um instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores causa um aumento da taxa de exploração e por outro lado, um vazio político.

As instituições assistenciais e previdenciárias durante o Estado Novo “aparecerão como resposta às necessidades do processo de industrialização e de enquadramento da população urbana nos marcos desse aprofundamento do modo de produção” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.255). Ainda de acordo com os autores as características principais dessas instituições são propiciar benefícios assistenciais aos trabalhadores ativos, assim como manter uma parcela da Força de Trabalho exaurida no processo de trabalho. As reivindicações do proletariado quando incorporadas pelas instituições assistenciais passam a ter como elementos ocultos os interesses de classe hegemônicos dentro do Estado: a acumulação e o enquadramento da força de trabalho.

As instituições sociais e assistenciais ao se converterem em instrumento de controle social e político, dos setores dominados e de manutenção do sistema de produção, tanto por critérios econômicos, como pela absorção dos conflitos sociais e disciplinamento das relações sociais vigentes. Através da fetichização dos direitos e benefícios (...) regulamentados pelas políticas sociais, o Estado conseguirá estabelecer mecanismos de enquadramento de parcelas das massas urbanas (...) para as quais a interiorização da ideologia teria o efeito de impedir o avanço de sua identificação enquanto classe e de fazê-los massa de manobra da ditadura, ampliando sua base social (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.256).

Esse período de acordo com os autores é marcado por transformações importantes no nível econômico, social e político. Após o período da crise de 1929 há uma intensa tomada do aprofundamento do capitalismo no âmbito da expansão industrial. Essa aceleração da produção tem como principal limite a escassa aquisição de bens que são fornecidos pelas importações. A expansão industrial automaticamente intensificará a exploração da força de trabalho. Há um aumento no preço da Força de Trabalho, apesar da migração rural-urbana para elevar a composição orgânica do capital que recorre a equipamentos antigos, redobrando a pressão sobre o mercado. O Estado passa a intervir no mercado de trabalho por pressão da burguesia, automaticamente há um aumento da jornada de trabalho e inserção da exploração da força de trabalho feminina e infantil. Aos poucos essa realidade sobre os proletários e

pequena burguesia começa a corroer a base de sustentação da ditadura. O Estado recorre a campanhas para o “esforço de guerra”, sobre esse pretexto a primeira campanha assistencialista tomará forma através da Legião Brasileira de Assistência (LBA). O movimento operário começa a reaparecer no plano político através da luta antifascista e nos anos seguintes a erosão da base social da ditadura leva a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Esse processo será marcado pelo aparecimento do movimento operário, pelos mecanismos de enquadramento das classes e frações de classes dominadas, e a necessidade de sua reorganização dentro da nova estrutura. “Está terá por característica uma organização democrática formal no plano político (...) e a manutenção do essencial da estrutura corporativa e da legislação coercitiva para a classe operária, e contenção de seus movimentos” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.261). O processo de redemocratização faz desse momento de acordo com os autores uma redefinição das formas de dominação política iniciada em 1930.

Algumas instituições assistenciais como o Conselho Nacional de Serviço Social, a LBA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), merecem destacar que em alguns de seus aspectos como é o caso do modelo de prática institucional do Serviço Social que as mesmas propõem. A importância dessa caracterização, de acordo com Iamamoto e Carvalho, está no fato de que a implantação e desenvolvimentos dessas instituições, entre outras, criarão as condições para a existência de um crescente mercado de trabalho para o campo das profissões de cunho social, permitindo um desenvolvimento rápido do ensino especializado de Serviço Social. Implicando também no processo de legitimação e institucionalização da profissão.

Conforme escrito pelos autores, a primeira referência explícita na legislação federal referente a Serviços Sociais consta na Carta Constitucional de 1934, onde o Estado fica obrigado a assegurar o amparo dos desvalidos e se fixa a destinação de 19 das rendas tributáveis à maternidade e infância. A primeira medida legal será dada em 1938 sob o Estado Novo e instituída sob o regime de decreto-lei, que estatui a organização nacional de Serviço Social, e cria junto ao ministério da Educação e Saúde o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), as funções serão exercidas na prática, pela Legião Brasileira de Assistência, sendo está à primeira instituição nacional de assistência, a qual é organizada na sequência do engajamento do país na Segunda Guerra Mundial.

Logo a LBA² começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social.

será de grande importância para a implantação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando nestes os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores sociais (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág. 267).

O SENAI surge em 1942 com o objetivo de organizar e administrar nacionalmente as escolas de aprendizagem para industriários. Esta entre as primeiras instituições a incorporar e teorizar o Serviço Social utilizando as técnicas de caso e grupo. O SENAI será um instrumento de atuação coletiva do empresariado no processo de adequação da força de trabalho às necessidades da produção; sua implantação aparece, de acordo com os autores, como um elemento do processo de aprofundamento do capitalismo submetido a nova racionalidade, à qual deve ser conduzida a “questão social” e as novas necessidades geradas por aquele aprofundamento. Apesar de ter um número reduzido de profissionais os assistentes sociais terão um lugar de destaque. Assim, o Serviço Social deve adequar-se à demanda social, que é a ação ideológica de ajustamento e a coordenação da utilização dos serviços sociais corporificados. O assistente social aparecerá, teoricamente, “na estrutura do SENAI como coordenador e reforçados dessa prática social e como explicitamente encarregado dos casos de desviação mais aparentes verificados no âmbito da instituição” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.281). De acordo ainda com os autores o Serviço Social, solidifica uma adesão ideológica ao capitalismo de que este é um desenvolvimento necessário da sociedade, reforçando a naturalização da “questão social”.

Após esse período o Serviço Social passará por um processo de transformações, tanto o agente como o corpo teórico, os métodos e as técnicas. De acordo com Iamamoto e Carvalho há um alargamento das bases exercidas pelos assistentes sociais em direção as tarefas e os métodos de grupo e comunidade ganham mais destaque, onde os agentes podem exigir novas características às suas funções. O período em que gestam essas condições situa-se de acordo com os autores entre os dois primeiros Congressos Brasileiros de Serviço Social (1947-1961).

² A LBA foi fundada em 1942 por Darcy Vargas, primeira-dama naquela época. De acordo com Iamamoto e Carvalho “da assistência “às famílias dos convocados”, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir uma atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente”. A LBA é organizada sobre uma estrutura nacional, “procurando mobilizar e coordenar as obras particulares e as instituições públicas, ao mesmo tempo em que, através de iniciativas próprias, tenta suprir as brechas mais evidentes da rede assistencial” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.266). “No entanto, a implantação da LBA parece ter propiciado, principalmente, a expansão e o aumento quantitativo do volume de assistência e do uso do Serviço Social para a organização e distribuição dessa assistência da forma mais rentável política e materialmente, não implicando, de imediato, mudança de sua qualidade” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.267). A LBA existirá até 1993.

Nesse período o desenvolvimentismo surge com a proposta de um crescimento econômico acelerado através da industrialização, buscando superar o subdesenvolvimento e o atraso no país através da riqueza, grandeza material, paz política e social. Os anos 50 trarão para o processo de desenvolvimento brasileiro a substituição da industrialização restringida pela industrialização pesada, com um novo padrão de acumulação capitalista.

Esse esforço seria para eliminar o pauperismo e a miséria elevando o nível de vida da população, pois os resultados desse progresso econômico seriam destinados ao conjunto da sociedade.

O desenvolvimentismo significa, pois, no plano desse discurso, a valorização do homem brasileiro, e traz como consequência o fim do pauperismo, a elevação do nível de vida (...) miséria e pobreza devem ser superados, pois podem constituir-se em focos de descontentamento social, facilmente exploráveis pelo comunismo e ideologia materialista, podendo transforma-se em meios que ameacem a democracia (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág. 361).

De acordo com os autores o Serviço Social se mostra relativamente alheio á temática desenvolvimentista, no entanto, se beneficia da expansão econômica, das pressões ampliadas pela classe subalterna para se desenvolver, absorver, ampliar e aprofundar novas experiências institucionalizando-se como profissão. Um novo campo abre-se na área empresarial passando a ser um mercado crescente, passando a acompanhar o caminho das grandes instituições e ingressar em programas para as populações rurais. A influência norte-americana ganha mais visibilidade no plano do ensino, voltando-se o Serviço Social para as linhas da psicologia e psiquiatria, dos desajustes psicossociais. O Serviço Social de grupo passa a fazer parte de programas como a LBA entre outros.

Após uma década de desenvolvimentismo Jânio Quadros assume a presidência e seu projeto, de acordo com os autores poderia ser caracterizado na formação de uma nação, povo e economia forte. Trata-se “diminuir a pobreza para que a democracia se faça no plano econômico e a nação possa constituir um todo harmônico e equilibrado (...) projeta-se a reforma agrária para dinamizar a produção no campo, alcançando o alargamento do mercado interno” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.365). Para o Serviço Social esse momento será o de se readaptar:

procurando sintonizar seu discurso e métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à “questão social” e sua evolução. A organização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social aparece como um exemplo (...) de uma estratégia de atualização em relação às ideias que agitam os setores dominantes e às demandas objetivas que fazem à instituição Serviço Social (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.368).

Nas próximas décadas o Serviço Social passará por um processo de renovação das suas bases tradicionais, na América Latina esse fenômeno será conhecido como

Reconceituação, no Brasil a particularidade está vinculado ao período vivenciado que é o da ditadura militar a partir de 1964 e sua crise com a abertura do processo de redemocratização em 1984. Para compreender esse processo de renovação do Serviço Social o situamos na conjuntura internacional.

A crise do Serviço Social se vincula com a crise do capitalismo tardio nos anos 60, este denunciava sua legitimidade, os valores liberais burgueses e o caráter teórico positivista. Essa crise do capitalismo tardio favorecerá a rebelião estudantil, o crescimento do operariado, as lutas anticapitalistas e o surgimento de novos atores sociais reivindicando novos direitos (movimento feminista), por exemplo. Muitas greves gerais de massa vão acontecer na França e na Itália, destacando o Maio Francês, a ascensão do movimento Operário Sindical e o surgimento de novos atores. Nesse período haverá um avanço das Lutas de Libertação Nacional (colonialismo), a união entre atores distintos e a busca de superação do subdesenvolvimento.

É nesse cenário segundo Netto, em que esses movimentos colocarão em questão à racionalidade do estado burguês e suas instituições, que será promovido à contestação de práticas profissionais como as do Serviço Social ‘tradicional’. É nesse aspecto que a crise do capital colocará também em evidência a contradição do Serviço Social.

A renovação do Serviço Social foi um fenômeno internacional, que engloba o movimento de reconceituação na América Latina, o Serviço Social nos Estados Unidos e o Champ Social na França. Questionará a base tradicional do Serviço Social, que era o Serviço Social paliativo, empirista, cujo objetivo é a correção das disfunções sociais, que toma a ordem burguesa como fato insuperável e busca adaptar os indivíduos que apresentem desajustes.

A renovação trará esses elementos inéditos que correspondeu ao rearranjo global do Serviço Social. No Brasil esse processo terá ainda mais radicalidade e colocará elementos novos: altera a relação do Serviço Social com as ciências sociais (se torna o interlocutor ao invés de receptor acrítico das ciências sociais); constitui uma vanguarda intelectual destinado à construção de conhecimento e ampliação do universo temático do Serviço Social e seu rebatimento no padrão de organização da categoria. A renovação implicou na *laicização* do Serviço Social. Sendo constitutivo dessa laicização segundo José Paulo Netto em seu livro *Ditadura e Serviço Social*: “a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e a consequente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias” (NETTO, 2011: pág.128). Esse processo global envolve a profissão como um todo, e segundo Netto:

as modalidades da sua concretização, em decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, perspectivas diversificadas: a renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado aos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem (NETTO, 2011: pág.131).

No Serviço Social pré 1960 há uma limitação numérica de agentes profissionais; a composição dos profissionais é na maioria mulheres abastada vinculadas as classes dominantes (caráter filantrópico, benemerente); a profissão tinha um horizonte conservador com forte influência do pensamento católico. Nas palavras de Iamamoto e Carvalho:

é extremamente limitado numericamente, compõem-se basicamente de mulheres que se originam em proporção ainda significativa de setores abastados da sociedade; as posições dominantes e/ou de prestígio, assim como o controle de escolas especializadas e das funções de docência são ocupadas, em sua grande maioria, pelos pioneiros e seus sucessores imediatos – quadros formados e profundamente influenciados pela hierarquia católica (...) durante aquele período o Serviço Social é uma instituição essencialmente conservadora. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.379-380).

No Serviço Social renovado há uma ampliação da profissão e consolidação no mercado, uma busca de aperfeiçoamento técnico e a adoção de um horizonte crítico ao final da crise da ditadura civil-militar. Segundo Iamamoto “o conjunto dessas novas necessidades tem como suporte o poder do Estado que assume tanto funções repressivas no plano social, como modernizadoras no plano administrativo”. Os três vetores que levaram a crise do capital para dentro do Serviço Social segundo Netto foram: a crise do padrão estrutural funcionalista de análise sociológica (os insumos teóricos em que o Serviço Social se valia, viam-se questionando em seu próprio terreno de legitimação original); o processo de renovação da Igreja Católica³ que afetará o Serviço Social por todos os lados: no quadro da formação, no quadro da ação e no quadro da sua visão de mundo e o Movimento Estudantil que através de seu protagonismo dinamizou a erosão das formas tradicionais da profissão.

A expressão desse processo na América Latina se deu a partir de 1965 no chamado movimento de reconceituação, que esteve vinculado ao processo de superação do

³ Foi à modernização da Igreja através do II Concílio do Vaticano, o deslocamento sociopolítico desigual em várias latitudes, visível em todos e operantes em dois planos, conforme Netto, “no adensamento de alternativas de interpretação teológica que justificavam posturas concretamente anticapitalistas e antiburguesas e na permeabilidade de segmentos da alta hierarquia a demandas de reposicionamento político-social advindas das bases e do ‘baixo clero’” (NETTO, 2011: pág.145). Acrescenta-se a esse momento a Teologia da Libertação nascida no final dos anos 60 do século XX, que de acordo com Leonardo Boff “apresenta um novo modo de fazer teologia, a partir dos pobres e contra a sua pobreza, profética e com um apelo à consciência ética da humanidade, por colocar no centro de sua preocupação a sorte das grandes maiorias condenadas à miséria e à exclusão por causa das minorias nacionais e internacionais insensíveis, cruéis e sem piedade”. “Tratava-se de criticar as instituições tradicionais como a família, o Estado burocrático e a cultura dominante por seu caráter autoritário e centralizador. Criou-se uma cultura da liberdade e da criatividade. Como as Igrejas estão dentro do mundo, foram também elas perpassadas por esse ar libertador. Daí se explica, em parte, a Teologia da Libertação”. BOFF, Leonardo, Teologia da Libertação: viva e atuante. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=26>. Acesso em 28 de setembro de 2015.

subdesenvolvimento, tendo “como objetivo expreso adequar a profissão as demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental - e que sensibilizavam o Serviço Social pelos mesmos condutos e sujeitos que, internacionalmente, forçavam e penetravam alterações profissionais” (NETTO, 2011: pág.147).

No Brasil as particularidades da renovação profissional se distribuem em três momentos privilegiados de condensação da reflexão, de acordo com Netto “o primeiro cobre a segunda metade dos anos sessenta, o segundo é constatável um decênio depois e o terceiro se localiza na abertura dos anos oitenta”. O autor descreve que essa distribuição de certa forma se relaciona com os organismos que sustentam o processo de renovação, em primeira instância “o impulso organizador é praticamente monopolizado pelas iniciativas do CBCISS [Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais], que então abre a série dos seus importantes “seminários de teorização””. No segundo, além da presença do CBCISS “verifica-se especialmente a objetivação de inquietudes sistematizadas no âmbito dos cursos de pós-graduação, inaugurados um pouco antes”. No terceiro além destes, há “a intervenção de organismos ligados às agências de formação (...) ou diretamente à categoria profissional” (NETTO, 2011: pág.152-153).

A renovação se inicia mediante a ação organizadora de uma entidade que aglutina profissionais e docentes, em seguida tem o seu centro de gravitação transferido para o interior das agências de formação e, enfim, espraia-se desses núcleos para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria profissional (NETTO, 2011: pág.153).

O processo de renovação desenvolveu diferencialmente três direções principais: a primeira direção conforma a *modernização conservadora*, “um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64”. Se auge de formulação se encontra na segunda metade dos anos sessenta, e seus grandes monumentos são os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis, este se revelará como um eixo de imensa densidade no envolver da reflexão profissional e mostrar-se-á o “vetor de renovação que mais fundamente vincou a massa da categoria profissional”. De acordo com Netto, esta perspectiva mantém uma relação de continuidade com o acúmulo profissional dos anos cinquenta aos sessenta, no entanto, esta continuidade é parcial e seletiva, o que recupera dos anos anteriores a 1964 “exclui a vertente que concebia o desenvolvimento brasileiro como função de transformações conducentes à eversão da ordem burguesa estabelecida”. O que lhe confere peculiaridade é a nova fundamentação que utiliza para legitimar o papel e os procedimentos profissionais. E o

caráter modernizador está no fato de aceitar “como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social”. No âmbito profissional, se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, “para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses ‘modernos’” (NETTO, 2011: pág.154-155).

Esta perspectiva terá sua hegemonia posta em questão a partir dos anos setenta, sendo que a crise da ditadura militar será uma das questões que ira reduzir a polarização que exerceu. Seu conteúdo reformista “não atende as expectativas do segmento profissional que, agarrado às mais vetustas tradições do Serviço Social, resiste ao movimento de laicização ocorrente e se recusa a romper com o estatuto e a funcionalidade subalternos historicamente assumidos pela profissão”. De outro, “seu traço conservador e sua colagem à ditadura incompatibilizam-na com os segmentos profissionais críticos quer em face da autocracia burguesa, (...) quer em face dos seus substratos teóricos” (NETTO, 2011: pág.156-157).

A perspectiva de *reatualização do conservadorismo* “é uma vertente que recupera os componentes estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova”, repudiando os padrões vinculados ao pensamento crítico-dialético.

Esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram a profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista (NETTO, 2011: pág.157).

Esta vertente buscará inspiração na fenomenologia, e seus polos difusores concentra-se em instituições universitárias do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, “está direção não registra como nas duas outras que constituem o processo de renovação, uma polêmica acesa em torno das suas proposições” (NETTO, 2011: pág.159).

A terceira direção identificada no processo de renovação de acordo com Netto é a perspectiva que se propõe como *intenção de ruptura* com o Serviço Social “tradicional”. Esta possui diferentes das outras anteriores “como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos”. A intenção de ruptura busca romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador e os seus paradigmas de intervenção social. Esta perspectiva “recorre progressivamente e tradição marxista e revela as dificuldades da sua afirmação no marco

sociopolítico da autocracia burguesa”, o “Método de Belo Horizonte”, sua emersão inicial permaneceu por muitos anos isolado.

Na primeira metade dos anos oitenta, é esta perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da retórica politizada (...) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria, permeando o que há de mais ressonante na relação entre esta e a sociedade (NETTO, 2011: pág.159).

No processo de renovação no Brasil a emersão da ditadura bloqueou o desenvolvimento das tendências críticas do movimento de reconceituação, exceto no método B.H que ficou mais conhecido na América latina que no Brasil. O que o contexto de ditadura favoreceu foi à tendência à modernização conservadora e como se observa o referencial crítico virá somente na crise da ditadura e pós-ditadura.

A ditadura foi à expressão de um fenômeno internacional, resultado de uma política preventiva contra revolucionaria, orquestrada pelos Estados Unidos que promoveu, financiou e executou ditaduras em vários países da periferia do capitalismo (África, Indonésia e América Latina).

A particularidade que a ditadura reforçou foi por alguns fenômenos distintos, mas conectados: o desenvolvimento Capitalista não se operou de forma clássica, ele se desenvolveu sem eliminar soluções econômicas que lhe eram adversas (pré-capitalismo), como o fato de integrar o latifúndio em seu desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento capitalista brasileiro como diz José Paulo Netto “Não redimensionava tais formas (por exemplo: o latifúndio), não liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica”.

Em segundo lugar, a socialização da política no Brasil será um processo inconcluso, pois haverá uma grande exclusão das forças populares dos processos de decisão política, ou seja, segundo Netto “os setores de ponta das classes dominantes (...) conseguiram que um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social”. Articulando a esses elementos o Estado é privilegiado para garantir as decisões pelo alto.

A conjuntura entre 1961-63 dessa época foi marcada por uma forte mobilização de setores democráticos e populares com a possibilidade de reverter o fio condutor (nova formação social) que não caracterizava o quadro pré- revolucionário, trouxe os desdobramento para o golpe de abril de 1964 com um caráter contra-revolucionário.

A ditadura será a restauração do poder burguês pela força, com um caráter reacionário e não progressista; que segundo Netto será: “a heteronômica e a exclusão bem como as decisões pelo o alto”, resgatando as piores tradições da sociedade brasileira, mas ao mesmo tempo trará uma dinâmica nova que ultrapassara seus marcos: a funcionalidade do Estado que

passará a ser o repassador de renda, ou seja, distribuirá a renda da sociedade para o monopólio e mediará os conflitos inter setoriais sempre em benefício dos setores imperialistas. O projeto histórico-societário: que buscou implementar o projeto de modernização conservadora, desenvolvendo sem romper com o atraso e o Estado facilitara o desenvolvimento e racionalizara a economia. E a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional: o desenvolvimento com segurança, o Estado repressivo foi decisivo para o aumento da mais valia e um livre desenvolvimento dos monopólios. Esse serão fatores determinantes para erosão do serviço social tradicional que exigira um papel novo.

A autocracia burguesa investiu na repetição de formas tradicionais da profissão, seu movimento imanente apontou, como tendência e factualidade, para uma formulação do cenário do Serviço Social, justamente pela instauração de condições que se vinculam segundo Netto “a reorganização do Estado e as modificações profundas na sociedade e que efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital”. Elas ferem o Serviço Social em dois níveis: o da sua prática e da sua formação profissional. “No que diz respeito à prática dos profissionais, o processo da ‘modernização conservadora’, tomado globalmente, engendrou um mercado nacional do trabalho, macroscópico e consolidado para os assistentes sociais” (NETTO, 2011: pág.119). E em relação ao perfil da formação profissional, “o impacto operado pelo ingresso na universidade foi multifacetado e contraditório” (NETTO, 2011: pág.126).

A crise da ditadura militar ficou evidente durante o Governo Figueiredo, mas suas bases já haviam começado a ruir antes, o país passava por uma grande crise que refletia em elevadas taxas de inflação, desemprego e endividamento externo. Isso desemboca no lento processo de redemocratização do país, a abertura política concede em 1979 a Lei da Anistia com o perdão dos crimes políticos e o retorno dos exilados, há uma ampla mobilização e organização que envolve vários segmentos da sociedade, em 1984 culmina no movimento Diretas Já com grande participação da população que propunha as eleições para presidência. Haverá um grande protagonismo dos movimentos de esquerda (principalmente o PT) e a criação de movimentos sociais com diferentes tipos de reivindicações, dentre eles o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nesse período de abertura da redemocratização foi construída em 1988 a Constituição Federal, e pela primeira vez na história do Brasil a assistência deixou de ser benemerência e passou a ser destinada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Internacionalmente o fim dos “anos dourados” é enterrado em 1974 e 1975, anos antes a taxa de lucro começa a cair, o crescimento econômico se reduz. Mas é entre 1971 e 1973 que dois detonadores anunciam o fim: a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). A ilusão dos “anos dourados” termina, em 1975, num processo onde se registra uma recessão generalizada, que envolve todas as potências imperialistas. E desde então as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas. O modelo fordista-taylorista também entra em crise.

Trinta anos depois no início do século XXI as taxas de lucro foram restauradas, as crises se amiudaram. Tais respostas configuram a *reestruturação do capital*, articulado sobre um tripé: reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia Neoliberal.

A estratégia para reverter essa conjuntura será no primeiro momento o ataque ao movimento sindical atribuindo a este a responsabilidade pelos gastos públicos com as garantias sociais e a questão da taxa de lucro, reduzindo o poder interventivo do movimento sindical. Instaura-se a terceira fase do estágio imperialista a *acumulação flexível*: a base disso será a reestruturação produtiva, a desconcentração industrial: desterritorialização da produção – unidades produtivas são deslocadas para novos espaços territoriais onde a exploração da força de trabalho é mais intensa.

No Brasil a reestruturação do capital é datada a partir da década de 90, principalmente com a implantação do neoliberalismo. Privatizações, desmonte dos direitos sociais conquistados na constituição de 1988, intensificação da exploração do trabalho vão marcar essa ofensiva do capital.

Apesar disso, para o Serviço Social é a partir dessa década que se explicita a maturidade profissional através da consolidação do projeto ético político. As duas principais razões de acordo com Teixeira e Braz (2009) é a renovação do Serviço Social que se abriu nos anos 1970-80, com os avanços teóricos, organização política tocada pelos órgãos máximos da profissão e a reformulação e atualização dos estatutos legais (Código de Ética e Lei de Regulamentação da profissão), em segundo os autores destacam que na virada da década de 70-80, mesmo resistindo à ofensiva capitalista os movimentos sociais das classes trabalhadores conseguem ter níveis de organização e mobilização em diversos setores da sociedade, inclusive os assistentes sociais. Ancorada nos movimentos sociais e protagonizados por partidos de esquerda essa resistência foi decisiva para o avanço do projeto ético político.

De acordo com Teixeira e Braz os elementos constitutivos do projeto ético político do Serviço Social e os componentes que se materializam no processo sócio histórico da profissão são os princípios e valores éticos políticos, a matriz teórico-metodológica em que se afirma a crítica à ordem vigente que produz de um lado uma crescente miséria e por outro uma concentração das riquezas e as lutas e posicionamentos acumulados pela categoria. Esses “elementos se objetivam e se expressam na realidade (...) ganham visibilidade social por meio de determinados componentes construídos pelos (as) próprios (as) assistentes sociais”. Esses componentes são a produção de conhecimento no interior da profissão, as instâncias político-organizativas do Serviço Social, pode-se elencar de acordo com os autores as associações profissionais, as organizações sindicais e o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), os movimentos estudantis CA’s e DA’s (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). “É por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios” (TEIXEIRA & BRAZ, 2009: pág.08).

O terceiro elemento é a dimensão jurídico-política da profissão, “onde se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão” (TEIXEIRA E BRAZ, 2009: pág.09). No aparato jurídico político estritamente profissional está legitimado o Código de Ética, a Lei de Regulamentação e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social. De caráter mais abrangente tem-se o conjunto de leis do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, nas áreas de atuação o LOS na saúde (Lei Orgânica da Saúde), a LOAS na assistência (Lei Orgânica da Assistência Social) e na área de infância e juventude o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Esses são os componentes em que se materializam os elementos constitutivos do projeto ético-político.

O Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades na formação histórica do país (IAMAMOTO, 2009: pág.04).

Iamamoto no texto “O Serviço Social na Cena Contemporânea” (2009) afirma que os assistentes sociais atuam nas diversas manifestações da “questão social”, “tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas” (IAMAMOTO,

2009: pág.05). Assim, os assistentes sociais através de suas ações na prestação de serviço, viabilizam o acesso aos direitos sociais e de como exercê-los, contribuindo para que os interesses e necessidades dos sujeitos adquiram visibilidade e que possam ser reconhecidos.

A prática profissional do Serviço Social é norteada pelos princípios estabelecidos pelo Código de Ética, entre eles destacam-se o reconhecimento da liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, defesa e aprofundamentos da democracia, posicionamento a favor da equidade e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária e a articulação com os movimentos e de outras categorias e a luta geral dos trabalhadores e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

No entanto, a ordem burguesa é contraditória, pois ao mesmo tempo em que fornece as bases históricas para o desenvolvimento dessas demandas norteadoras desse Código de Ética, simultaneamente bloqueia e impede a sua realização. Nesse sentido, de acordo com Teixeira e Braz, isto não significa que o projeto ético-político se efetive completamente na realidade, para compreender essa questão os autores realizam duas reflexões, a primeira é no sentido de que o resultado prático, ou seja, “a transformação que operamos na realidade através das nossas ações é distinta do que pré visualizamos em nosso pensamento, do que prevíamos como ideal em nossa consciência”.

Significa que a realidade objetiva é diferente do plano subjetivo, e, portanto, daquilo que se idealiza realizar. Significa também que não controlamos todos os aspectos que incidem sobre a realidade, que a sua alteração/mudança/transformação não depende apenas de nossos atos e das nossas ações. Significa em alusão a Marx, que a história é feita pelos homens, mas em condições que estão predeterminadas a eles (TEIXEIRA & BRAZ, 2009: pág.10).

A segunda reflexão dos autores é em relação aos princípios que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social, esses elementos mencionados linhas acima são valores “estranhos ao mundo em que vivemos” e que a conquista plena é incompatível com a sociedade capitalista.

A partir das contradições de classes que determinam a profissão (...) os (as) assistentes sociais podem, desde que num ambiente de democracia política (...), escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais. O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores - por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes - colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital (TEIXEIRA & BRAZ, 2009: pág.11).

Por isso, é necessário, ter clareza para se entender as dificuldades que estão postas cotidianamente para os assistentes sociais em suas variadas inserções profissionais.

Entre os desafios colocados para o Serviço Social na contemporaneidade pode-se destacar como explicado por Teixeira e Braz que o projeto profissional do Serviço Social mantém relações com os projetos societários, e diante da ofensiva capitalista e no enfraquecimento das lutas e da resistência, o projeto ético-profissional encontra-se num momento importante de sua trajetória. Isso porque remete ou não à manutenção das bases teóricas, organizativas e ético políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as linhas do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos, com a conquista da corrente intenção de ruptura durante a ditadura militar. Sua continuação depende das vanguardas profissionais que darão as respostas políticas aos desafios colocados, tanto no âmbito do exercício profissional quanto no campo da formação (onde se destaca a expansão dos cursos privados principalmente com a metodologia à distância, o texto de Yamamoto citado anteriormente nos traz um panorama geral sobre o ensino no Serviço Social principalmente esses cursos que não possuem a qualidade exigida) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas.

Nesse sentido para finalizar este ponto retomamos os dois últimos parágrafos do texto de Yamamoto, que se encaixa perfeitamente com os objetivos desse trabalho, quando a autora propõe que “um caminho fértil” na direção de superar os desafios colocados para a profissão é o de “recuperar para a análise de nosso tempo o profícuo estilo de trabalho de Marx com uma forte interlocução crítica com o pensamento de diferentes extrações teóricas” e com a integração das “forças vivas que anima o movimento da classe trabalhadora em suas distintas frações e segmentos”. E que “o legado acumulado pelo pensamento social crítico brasileiro sobre a interpretação do Brasil no quadro latino-americano precisa também ser re-apropriado”.

Nesse sentido, será trabalhado no próximo capítulo buscando estudar o objeto de intervenção do Serviço Social já citado neste trabalho, a “questão social” e relacioná-la com a questão agrária, tema tão caro ao país o qual atravessa sua formação histórica brasileira e permanece na contemporaneidade.

3- A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E SEUS DETERMINANTES PARA A QUESTÃO SOCIAL

Neste capítulo abordaremos a questão agrária e seus rebatimentos nas manifestações da questão social, pensando a realidade brasileira. Introduzirei nesse capítulo elementos sobre a constituição do modo de produção capitalista e sua nova forma de administrar o comércio e a produção de mercadorias. Trataremos do fenômeno do pauperismo e a sua designação pela expressão “questão social”. Abordaremos também a naturalização da pobreza pela classe conservadora e a apropriação do termo “questão social” pelo pensamento conservador mascarando seus impactos nas condições de vida dos trabalhadores. Apresentaremos neste item como se manifesta a “questão social” no Brasil no período da industrialização e urbanização no início do século XX, bem como: a condição da questão agrária desde a formação social brasileira, abordando o “sentido da colonização” e seus desdobramentos para a reprodução dessa problemática na história do Brasil. Por fim, relacionaremos a questão agrária com a questão social.

A Revolução Francesa de 1789 é uma das chamadas revoluções burguesas e marca a introdução do sistema capitalista como modo hegemônico de produção material e das relações sociais em seu conjunto. Esse acontecimento não é repentino, há um conjunto de fatores que vão contribuir ao longo de séculos para que a base do sistema feudalista comece a ruir.

O capitalismo trará uma nova forma de administrar o comércio e a produção de mercadorias e, nela comandar o trabalho mediante o estabelecimento da manufatura, num primeiro momento. Do século XVI ao XVIII o papel do grupo social dos comerciantes foi decisivo⁴. O livre comércio vai introduzir esse sistema social e diferente que será baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo de obter lucro.

O regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais – histórico-econômicas – de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam. (IAMAMOTO, 2001: pág.11).

Na segunda metade do século XVIII, o capitalismo ingressa num novo estágio evolutivo. Essa passagem se vincula a mudanças políticas e técnicas; nesse estágio o capital organizando a produção através da nascente grande indústria dará curso ao processo que culminará na subsunção real do trabalho ao capital. Aproximadamente a partir da oitava década do século XVIII, configura-se o segundo estágio do capitalismo, denominado

⁴ Informação oral obtida durante as aulas da disciplina Trabalho e Questão Social ministrada pela professora Leila Escorsim.

concorrencial, que se estende até o último terço do século XIX. Nesse momento, o capitalismo se consolida nos principais países europeus⁵.

Sobre a base da grande indústria ocorre um enorme processo de urbanização e concentração populacional em determinadas áreas, assim como a criação do mercado mundial. À essas mudanças, na segunda metade do século XIX, dois processos se farão notáveis: o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos. Surgirão nesse período as lutas de classe fundadas na contradição capital/capital.

Retomando o processo da Revolução Industrial destaca-se uma série de mudanças provadas pela mesma: a divisão social do trabalho; a liberação do trabalhador -“livre” do feudo para vender sua força de trabalho-; a subsunção do trabalho ao capital onde o trabalhador perde todo o conhecimento das fases do processo de produção e especializa-se somente em uma dessas fases; com o aperfeiçoamento das máquinas e o trabalhador perde o conhecimento da totalidade da produção; outra mudança é que agora a riqueza virá diretamente do trabalho e não mais baseada em estatutos e privilégios como no período feudal. Todavia, o desenvolvimento da maquinaria será o grande processo da Revolução Industrial, a qual se estendeu por décadas, especialmente na Inglaterra.

Esse processo de urbanização/industrialização fará exponenciar à situação de pobreza de inúmeros contingentes populacionais. Segundo Netto (2011) a pobreza na Idade Média, no feudalismo, poderia se relacionar ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, falta de alimentos e escassez. Mas, com os progressos advindos da Revolução Industrial de 1870 a produção aumenta, com algum tempo também na agricultura pelo uso da mecanização das terras e máquinas há a possibilidade pelo uso das tecnologias de produzir alimentos para toda a população, porém, se observa ao longo dos séculos a permanência da pobreza, com distintas formas de manifestação e diferentes índices entre os países. Esse fenômeno se chamará pauperismo no período imediato da Revolução. Segundo Netto, está é uma profunda contradição já que “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza. A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se aos seus desdobramentos sócio-políticos” (NETTO, 2011: pág.153-154).

De acordo com o autor, os pauperizados insatisfeitos com a sua situação, cansados de ficar esperando a burguesia cumprir suas promessas feitas no período revolucionário, - como o caso da Revolução Francesa - os proletários não se conformam e seus protestos começam a surgir; isso era inevitável, pois, a exploração capitalista era bruta, centrada no incremento do

⁵ Informação oral obtida durante as aulas da disciplina Trabalho e Questão Social ministrada pela professora Leila Escorsim.

excedente mediante a extensão da jornada de trabalho, sem qualquer garantia de segurança e meios de sobrevivência, exploração do trabalho de crianças, entre outros, e assim os trabalhadores estavam indefesos perante a exploração ávida dos capitalistas. “Seus protestos tomou as mais diversas formas, da violência ludista à constituição da trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes” (NETTO, 2011: pág.154). A resposta da burguesia não foi somente a repressão, mas a incorporação de novas tecnologias à produção, de modo a atemorizar os proletários com a ameaça do desemprego pela redução da demanda de trabalho. A isso alguns grupos de trabalhadores chegam a responder com a quebra das máquinas. De acordo com Iamamoto e Carvalho:

a *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade [feita principalmente pela igreja] e repressão [vindas geralmente pelo estado] (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.84).

Netto não quer dizer que a pobreza é típica do capitalismo. Ao contrário, a desigualdade já existia em sistemas sociais como o feudalismo e o escravismo. O fato novo é a concentração urbana que confere maior expressão à pobreza. E será com a manifestação política radical destes que a burguesia se verá obrigada a apresentar respostas. “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”” (NETTO, 2011: pág.154).

Esse quadro vai se radicalizar ainda mais com o evento revolucionário de 1848, na “primavera dos povos”, onde a luta de classe se eleva a um novo patamar. Esse período será retratado como um divisor de águas, pois, o proletariado a partir dessa derrota aprende a ter clareza de classe, que estas são antagônicas. E deve se constituir como classe e entrar no campo político para reivindicar seus direitos. Esse evento pode-se aferir como um momento em que o operariado se organiza passando de *classe em si* em *classe para si*, situando como o sujeito revolucionário capaz de promover a transformação da ordem burguesa numa sociedade sem exploração. Por outro lado, a burguesia encerra seu ciclo progressista adotado na luta contra o Antigo Regime, converte-se em classe conservadora e vai naturalizar a pobreza, afirmando que esta sempre existiu. Conforme Netto, “com o caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional” (NETTO, 2011: pág.154-155).

A partir de então, de acordo com Netto, a expressão “questão social” desliza para o vocabulário do pensamento conservador e suas manifestações estão ligadas a forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo, etc:

são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente como suporte “científico”), capaz de amenizá-las através de um ideário reformista (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua escola sociológica (NETTO, 2011: pág.155).

No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a “questão social” e se apela medidas sócio-políticas para diminuir suas consequências e afirma-se que somente a sua intensificação contraria a vontade divina. A “questão social” é admitida pela primeira vez na encíclica de Leão XIII, a Rerum Novarum (Coisas Novas). Isso foi um avanço para o pensamento da igreja. Por outro lado,

no âmbito do pensamento conservador – a “questão social”, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora (...) o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. (NETTO, 2011: pág.155).

Desde então o trato da “questão social” pelo Estado vai mudar, não será somente na base da repressão como da coesão, através das políticas sociais, sendo estas formas organizadas, sistematizadas de intervir sem repressão. Pois, além de atenderem ao interesse do capital elas também atendem o interesse do trabalhador, levando ao apassivamento da classe subalterna.

Por outro lado os trabalhadores estarão vigilantes sobre essa questão. “As vanguardas trabalhadoras ascenderam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela” (NETTO, 2011: pág.256). No entanto, de acordo com Netto, compreensão política não é o mesmo que compreensão teórica, o movimento dos trabalhadores tardou alguns anos para encontrar os instrumentos teóricos metodológicos para compreender a origem, a constituição e os processos de reprodução da “questão social”. A compreensão teórica acende com Karl Marx em 1867, do primeiro volume do livro O Capital, com a descoberta da lei geral da acumulação capitalista. “Somente com o conhecimento rigoroso do “processo de produção do capital” Marx pode esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo programático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo” (NETTO, 2011: pág.157). De acordo com o autor, a partir, da análise das obras de Marx, “a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração”, sobre a exploração no

capitalismo o autor afirma “é distintivo desse regime, entre outros traços, é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão nas quais se cria exponencialmente a riqueza social”. (NETTO, 2011: pág.157-158). Como citado anteriormente nas sociedades anteriores ao capitalismo, à desigualdade, as privações deviam-se em certa medida também à escassez que o baixo desenvolvimento das forças produtivas não podia superar, já no capitalismo isso tende a diminuir no decorrer das décadas.

Na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social” (...) tem a ver exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2011: pág.158).

As três próximas décadas após a Segunda Guerra Mundial, no processo de reconstrução econômica e social principalmente na Europa Ocidental, levará o capitalismo a experimentar “os trinta anos gloriosos”, onde o sistema capitalista apresentou bons resultados econômico, as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos diminuiram pela regulação feita pela intervenção do Estado, as taxas de crescimento estavam significativas vivenciando um período de larga conjuntura de crescimento econômico. De acordo com Netto “o Welfare State na Europa nórdica e nalguns países da Europa ocidental, bem como o dinamismo da economia norte-americana (...), pareciam remeter ao passado a “questão social” e suas manifestações - elas eram um quase privilégio da periferia capitalista” (NETTO, 2011: pág.159).

No entanto, o fim dos “anos gloriosos” é enterrado em meados de 1974 e 1975, na entrada da década de 70 dois vetores anunciam o fim da expansão econômica, a decisão americana de desvincular o dólar do ouro, e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esse processo vai culminar numa recessão generalizada envolvendo todas as potências imperialistas, as crises que tinham sido amiudadas se tornaram dominantes, tornam-se episódicas as retomadas. “À redução das taxas de lucro, condicionadas também pelo ascenso do movimento operário – que alcançara significativas vitórias naqueles e nos anos imediatamente anteriores – o capital respondeu com uma ofensiva política e econômica” (NETTO, 2011: pág.159).

De acordo com Netto, o Estado de Bem Estar Social erodiu-se em diversos países e seu resultado fica evidente: o capitalismo “globalizado”, “transnacional” e “pós-fordista” desveste-se e descobre uma nova pobreza, enfim, descobriu a “nova questão social”, que não é nova, mais sim a velha “questão social” travestida de expressões mais evidentes e com

novos agravantes. O autor (Netto) sustenta a tese de que inexistem qualquer “nova questão social”.

O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. (NETTO, 2011: pág.160).

No trato teórico, o autor afirma que é necessário considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais na caracterização da “questão social” no que refere as manifestações já conhecidas e as suas expressões novas. Aprofundando a questão, é válido dedicar à explicação de como se dá a relação do Estado na idade dos monopólios e como este enfrenta as expressões da “questão social”.

Para Netto, no último quartel do século XIX o capitalismo experimenta profundas modificações em sua dinâmica, trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, ou a partir de Lênin, imperialismo. “O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana” (NETTO, 2011: pág.19). A idade dos monopólios altera a dinâmica da sociedade burguesa, ao mesmo tempo em que intensifica as contradições fundamentais do capitalismo e as combina com novas contradições e antagonismos. “A sociedade burguesa ascende a sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tomam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica” (NETTO, 2011: pág.20).

Ainda de acordo com Netto, o capitalismo conduz ao ápice a contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada. Internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. Dessa forma, desde a pressão da burguesia ascendente deu origem ao chamado absolutismo, o Estado intervém no processo econômico capitalista. Na idade dos monopólios segundo Netto, além da preservação das condições externas, “a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática”, ou seja, as funções políticas imbricam-se com suas funções econômicas. Assim, o eixo da intervenção estatal “é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o estado desempenha uma multiplicidade de funções” (NETTO, 2011: pág.25-26), as quais se dividem em diretas, indiretas e macroscópicas.

No capitalismo dos monopólios, é uma função de primeira ordem do Estado à preservação e o controle contínuo da força de trabalho, ocupado e excedente, onde o Estado é obrigado não só assegurar essa reprodução, “mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para ocupação sazonal”. Nesse nível segundo Netto,

dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho (NETTO, 2011: pág.27).

Entretanto, as respostas positivas as demandas da classe subalterna podem ser oferecidas conforme Netto, na medida em que elas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto do aumento dos lucros. O capitalismo, “pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações” (NETTO, 2011: pág.29). Conforme Netto, só então a “questão social” torna-se objeto de intervenção por parte do Estado.

É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais (...). É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (...), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2011: pág.29-30).

Logo a intervenção do Estado sobre a “questão social” se realiza, fragmentando-a e parcializando-a. De outro modo, como problemática de uma totalidade processual específica, remeteria a contradição capital/trabalho colocando em xeque a ordem burguesa. A política social, enquanto intervenção estatal deve-se constituir políticas sociais, pois as consequências da “questão social” são recortadas em problemas particulares, como visto anteriormente, e assim enfrentadas. “Assim, a “questão social” é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção” (NETTO, 2011; pág.32).

A funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo monopolista é variável nomeadamente das lutas de classes, no entanto, o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. O autor salienta “que as lutas e as confluências dos protagonistas não se enceram na formulação – a implementação das políticas sociais é outro campo de tensões e alianças, no qual frequentemente jogam papel não desprezível categorias técnico-profissionais especializadas” (NETTO, 2011: pág.33-34).

Sobre a “questão social” na cena contemporânea, Iamamoto no artigo “A Questão Social no Capitalismo” apresenta quatro aspectos que atribuem novas mediações históricas a produção da “questão social” na atualidade. O primeiro refere às crises cíclicas que são inelimináveis nesse modo de produção, ou seja, elas são constitutivas e funcionais ao modo de produção capitalista, pois, “de uma parte, trazem à luz as contradições do modo de produção capitalista; de outro, criam as condições para uma reanimação e um novo auge” (NETTO & BRAZ, 2010: pág.162). Desse modo, cresce cada vez mais a polarização da concentração da riqueza/aumento da pobreza. Em segundo a autora refere à esfera da produção, “a “flexibilidade” sintetiza a orientação desse momento econômico, afetando os processos do trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, o mercado de trabalho e os direitos sociais e trabalhistas, os padrões de consumo, etc” (IAMAMOTO, 2001: pág.19).

Ainda de acordo com a autora esse processo atinge a luta sindical e um quadro de recessão e desemprego. A necessidade de reduzir custos e aumentar a lucratividade imbrica na necessidade do trabalhador polivalente, a redução do número de trabalhadores, a terceirização e a precarização do trabalho. Em terceiro a autora cita as mudanças na relação Estado/sociedade civil, por meio de interesses privados o Estado reduz sua ação ante a “questão social” por meio da redução de gastos sociais, o decorrente é a privatização das esferas do Estado e conseqüentemente a viabilização dos direitos sociais. Em quarto Iamamoto indica as formas de sociabilidade, “a debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos numa sociedade de desiguais” (IAMAMOTO, 2001: pág.21).

Assim a “questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens, evidenciando a fragmentação entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam.

Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia a dia contra as mesmas – na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, etc. A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que

lideram o ranking mundial das desigualdades, mas espalhando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo as características nacionais (IAMAMOTO, 2001: pág.21).

Compreendendo Netto e Iamamoto ao afirmarem que tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais para caracterizar a “questão social”, utilizaremos essa proposta metodológica para entender como esse processo se dá no Brasil. Na América Latina, e no interior dela está o Brasil, Iamamoto ao citar Wanderley afirma que a “questão social” exige “atentar às particularidades histórico-culturais das relações sociais na região, em suas dimensões econômicas, políticas, culturais e religiosas, com acento na concentração de renda e poder e na pobreza das grandes maiorias”. Requer também dar “visibilidade aos sujeitos que, por meio de seus esforços, conflitos e lutas atribuem densidade política à questão social na cena pública: indígenas, negros, trabalhadores urbanos e rurais, mulheres, entre outros segmentos, que se constroem e se diferenciam nas histórias nacionais” (IAMAMOTO, 2012: pág.146).

De acordo com a autora, as “políticas de ajuste estrutural” assumiram diferentes formas e graus de intensidade nos diversos países latino-americanos. A adoção de políticas neoliberais, como programas de governo, ocorreu em diversos momentos com diferenças na forma de aplicação, por exemplo, o Chile na década de 70, no México na década de 80 e no Brasil na década de 90 do século XX. Esses processos “afetaram a participação do Estado na prestação direta de serviços sociais e no seu financiamento por meios de impostos diretos e indiretos, com distintos graus de progressividade” (IAMAMOTO, 2012: pág.147). Porém, é comum a todos os países que a política social fosse redimensionada, focalizada, quando seguia caminho distinto, e descentralizada na sua aplicação.

De acordo com a autora, segundo avaliação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), os “programas de ajuste” não deram efeito, não reduziu a desigualdade nem distribuição de renda ou serviços públicos, ao contrário, aprofundaram as sequelas da “questão social”, sendo as mais proeminentes: “o retrocesso no emprego, à distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais”. A autora afirma que “a regressão social na América Latina na década de 80-90 expressou-se na transferência de mão-de-obra dos setores de maior produtividade para os de renda mais baixas e acentuou a heterogeneidade produtiva e a desigualdade na distribuição de renda”. Cresceu a desproporção entre o rendimento das famílias mais pobres (40%) e o rendimento das mais ricas (10%). Houve a redução do trabalho assalariado em relação ao emprego total, redução do emprego público, aumento dos

assalariados no setor terciário e acréscimo de trabalhadores auto-empregados (IAMAMOTO, 2012: pág.147).

Para melhor compreender a realidade brasileira iniciaremos por entender o processo de “reconhecimento” da “questão social” na Primeira República, a partir do livro de Iamamoto e Carvalho.

3.1 A particularidade do processo de “reconhecimento da questão social” no Brasil.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2011) passado o processo da constituição do mercado de trabalho tipicamente capitalista no Brasil, ele segue em seu pleno amadurecimento nos principais centros urbanos. A análise partirá no decorrer das décadas de 1920 e 1930⁶. De acordo com Iamamoto e Carvalho as condições de trabalho e existência do proletariado industrial no Brasil demonstram a avidez do capital por trabalho excedente. Neste momento os autores analisam as condições em que se dá o processo de industrialização e ascenso da urbanização do Brasil, que colocaram em evidencia as situações de desigualdade social e também as respostas que a classe operária em formação dará inicialmente a esta situação. Não significa com isso que aqui já não se operavam relações capitalistas, porém ainda calcada em relações de trabalho predominantes em outras formações históricas, vide o regime de escravidão permanente até 1888.

Se reproduz também aqui, como não poderia ser diferente, a situação em que se tem um proprietário, uma classe capitalista, à qual o operário vende sua força de trabalho, sendo esta a única forma de manter a reprodução de sua família. “Como vendedor livre de sua força de trabalho – a certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista – sucumbe inexoravelmente à exploração desmedida do capital” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.134). E mais, a partir do momento em que diante da exploração abusiva há uma luta defensiva que o operariado desenvolve isso aparecerá à sociedade burguesa como uma ameaça aos seus sagrados valores, os autores descrevem como sendo “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir desse momento, a necessidade de controlar a exploração da força de trabalho. “A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.134).

⁶ Período em que se dá a implantação do Serviço Social no Brasil (visto no capítulo anterior).

Os autores descrevem que a população operária se constituía em uma minoria, composta principalmente de imigrantes que viviam em condições muito precárias: “Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz” (pág.137). De acordo com os autores a maioria das empresas funcionava em prédios adaptados, com mínimas condições de higiene e segurança, ocasionando muitos acidentes. Os salários eram ínfimos e mesmo a maioria dos membros de uma família trabalhando exaustivamente era insuficiente para a subsistência. “O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva” (pág.137). Dessa forma, forçava a entrada das mulheres e crianças no mercado de trabalho, o que funciona também como mecanismo para o rebaixamento dos salários. “É comum à observação sobre a existência de crianças operárias de até cinco anos e dos castigos corporais infligidos a aprendizes” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.137).

Conforme os autores, em 1920 a jornada de trabalho era em média de 10 horas por dia ou conforme a necessidade das empresas. Mulheres e crianças eram sujeitas a mesma jornada e ritmo de trabalho, inclusive durante o período noturno com salários bem inferiores. Os operários não possuíam direito a férias, descanso semanal remunerado, licença médica ou qualquer seguro regulado por lei. Não tinham garantia empregatícia e estavam sujeitos à autoridade absoluta, muitas vezes paternalistas, de patrões e mestres. “As frequentes crises do setor industrial, ainda emergente, são marcadas por dispensas maciças e rebaixamento salariais, que tornam mais sombria a vida do proletariado industrial atirado ao pauperismo” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.138). No que confere a cultura estarão à mercê de iniciativas próprias, da caridade e da filantropia.

De acordo com os autores as condições de trabalho a que se submetem os operários tornarão necessária a organização do proletariado. Essa organização assume, no decorrer do período, formas diferenciadas em diversos estágios de seu desenvolvimento. Destacam-se as Ligas Operárias, que buscam juntar “operários de diversos ofícios, tendo por objetivo a luta pela defesa de seus interesses”. Diversas formas de agremiações darão origem a Sociedades de Resistência e Sindicatos, “que se definirão, em sua organização e formas de atuação, diretamente com referência às relações de produção”. No desenrolar das lutas, surgirão formas superiores de organização, como Congressos e Confederações Operárias englobando vários ofícios e cidades, e uma imprensa operária combativa. No plano cultural e social serão desenvolvidas diversas iniciativas que se constituirão em uma crítica aos valores burgueses e

afirmação de um novo tipo de sociedade. No entanto, a legitimidade destas organizações se faz somente no meio operário, pois “no crescer dos movimentos reivindicatórios, serão duramente reprimidas, com o fechamento de suas sedes e a perseguição de seus líderes, constantemente presos ou deportados” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.139).

A luta dos operários estava centrada na duração da jornada de trabalho, defesa do poder aquisitivo dos salários, proibição do trabalho infantil, regulamentação do trabalho de mulheres e menores, seguro contra acidente e doenças, direito a férias, entre outros. As duas primeiras décadas do século XX serão marcadas por greves e manifestações que tomam grande amplitude no pós-guerra. No período de 1917 a 1920 as manifestações terão densidade e combatividade marcando “para a sociedade burguesa a presença ameaçadora de um proletariado à beira do pauperismo” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.140).

No entanto, as primeiras medidas integrativas de relevo e eficácia vão demorar a surgir. Em 1919, marcado pelo fortalecimento do movimento operário, “é implantada a primeira medida ampla de legislação social, responsabilizando as empresas industriais pelos acidentes de trabalho” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.140), mas isso já era realizado em parte pelas empresas pela pressão dos operários. De acordo com os autores, em 1925 é criado o Conselho Nacional do Trabalho. Por meio da Emenda Constitucional a legislação do trabalho passa à atribuição do Congresso Nacional onde serão aprovadas leis que cobrem parte da “proteção ao trabalho”, como a lei de férias, acidente de trabalho, código de menores, trabalho feminino, seguro-doença, entre outros. As leis se limitarão aos principais centros urbanos, e no essencial o Estado não reconhece a existência da “questão social”. Essas medidas parciais “visam mais à ampliação de sua base de apoio e à atenuação do conflito social, sem implicarem um projeto mais amplo de canalização das reivindicações operárias, de controle de sua organização e de potencialização da acumulação” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.142).

Aos movimentos desencadeados pelo proletariado terá como resposta do Estado na Primeira República à repressão policial. “A violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista”. Mas também ações caridosas e assistencialistas, “especialmente após o sufocamento dos movimentos reivindicatórios e nas crises econômicas que lançam grandes massas em situação de extremo pauperismo” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.142).

Durante esse período, o operariado se constituirá de uma minoria, de origem europeia, que permanecem nos centros urbanos mais industrializados isolados social e politicamente,

inclusive das outras classes dominadas. Apesar de politizado, seu saldo de conquistas é bastante reduzido e frutos exclusivos de seu esforço. Essas melhoras não escondem na vida cotidiana, “o extraordinário crescimento de sua miséria relativa, tributo pago a um capitalismo que apenas poderia expandir sua acumulação com base na superexploração da força de trabalho” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.143).

Conforme os autores, no que tange ao empresariado, sua preocupação social, é um fenômeno que aparece a partir da desintegração do Estado Novo e término da Segunda Guerra Mundial. Representa uma adaptação à fase de aprofundamento do capitalismo sob uma diferenciada conjuntura política e sua adesão às novas formas de dominação e controle do movimento operário que se dará através do populismo e desenvolvimentismo, onde se procura o consenso acima da repressão. Manterá, assim, “um confronto constante com os sindicatos [...] ao mesmo tempo em que busca impedir que a arbitragem do conflito saia da esfera policial” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.144). A prática social do empresariado possui entre seus diversos aspectos dois elementos que se relacionam diretamente com a implantação do Serviço Social. O primeiro refere-se “à crítica do empresariado à inexistência de mecanismo de socialização do proletariado, isto é, de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.145). Ou seja, é ajustar o operário para um padrão ético-moral, uma racionalidade de comportamento que mantenha a ordem capitalista industrial. O segundo aspecto é sobre a política assistencialista desenvolvida pelo empresariado no âmbito da empresa. Resumindo:

apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente [digo, o oferecimento pelas grandes empresas de serviços assistenciais, que variam da prestação de assistência médica, até as vilas operárias] constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011: pág.148).

Conforme os autores, a semelhança de ambas constitui-se na aparência benemerente, onde busca atenuar as tensões sociais buscando melhorar as condições em que a lógica capitalista se desenvolve.

Na década de 70, na contratendência a crise capitalista o capitalismo busca se reestruturar provocando profundas modificações nas formas de produção e gestão do trabalho perante a imposição do mercado mundial sob a dominação do capital financeiro, ocasionando alterações na relação entre o Estado e sociedade. “Novas mediações reconfiguram a questão social na cena brasileira contemporânea no contexto da mundialização do capital” (IAMAMOTO, 2012: pág.142).

Conforme Iamamoto, a lógica do sistema capitalista tende a provocar crises que geram profundas recessões, ampliando as desigualdades. Na esfera da organização da produção, após o padrão fordista-taylorista aprofunda-se as relações de trabalho regressivas e precarizadas afetando os trabalhadores. “A desregulamentação do capital (...) nutre o aumento das taxas de mais-valia absoluta e relativa, presentes e futuras, que o discurso do capital resume na ‘flexibilidade’” (IAMAMOTO, 2012: pág.143). A exigência é a redução dos custos e aumento das taxas de lucro. Essa redução dos custos implica na necessidade do trabalhador polivalente, e amplo enxugamento das empresas e terceirização dos serviços. A reestruturação produtiva afeta a organização do processo do trabalho envolvendo a intensificação do trabalho, a ampliação da jornada de trabalho, a redução dos postos de trabalho e a precarização das condições e dos direitos do trabalho.

Esses processos atingem também as formas de sociabilidade de acordo com a autora, de teor conservador, esse cenário envolve “formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias”. A subordinação às leis mercantis diante da debilidade das redes de sociabilidade estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, onde cada indivíduo “‘é livre’ para assumir riscos, opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais”. A “questão social” metamorfoseia-se e assume novas roupagens, mais intensas e evidentes. Os níveis de desigualdade e exploração se elevam, assim como a insatisfação e resistência nas lutas do dia-a-dia. A mundialização do capital não se (re)produz apenas nos países da periferia, mas no espaço mundial, “espraia-se as desigualdades de toda ordem e os conflitos delas decorrentes aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas, segundo características nacionais” (IAMAMOTO, 2012: pág.145).

De maneira geral as páginas acima buscam explicar como se manifesta a “questão social” no capitalismo contemporâneo e como se metamorfoseia através da mundialização do capital e adquire particularidades conforme as características nacionais de países e nações. Todavia, compreendendo a maneira periférica como se desenvolve o capitalismo no Brasil no processo de expansão dos mercados europeus se coloca desde logo o problema da desigualdade social, com a característica da sociedade brasileira, então colônia de Portugal, capitalista, porém, sustentada em relações arcaicas de trabalho no campo, como a escravidão, depois o colonato, entre outros, marcando o traço particular do desenvolvimento capitalista no Brasil: um capitalismo dependente, como analisou Florestan Fernandes, que, portanto se dará preservando relações atrasadas no âmbito do trabalho e da posse da terra.

Assim se coloca elementos para entender a questão social no Brasil, mediados por temas como os que envolvem a chamada questão agrária a partir da formação social brasileira, bem como na contemporaneidade.

Uma das particularidades da questão social é a questão agrária. Está é resultado dos embates estabelecidos devido à posse da terra e ou às relações de trabalho em meio rural; no atual modelo de desenvolvimento agrário uma de suas principais expressões ocorre pelo embate na relação capital/trabalho que ocorre no campo e na cidade, mas que é decorrência do avanço das relações capitalistas no campo (SANT'ANA, 2012: pág.14).

Conforme Sant'Ana as manifestações da questão agrária podem se expressar de diversas formas: “nas condições de vida e trabalho dos assalariados rurais, na luta pela terra e na presença dos movimentos sociais rurais, no adoecimento do trabalhador em decorrência do processo laborativo em meio rural, na migração, no desemprego etc.” (SANT'ANA, 2012: pág.14).

No entanto, a questão agrária está profundamente marcada por características da formação social brasileira. Compartilhando a tese de Caio Prado Junior, de que o Brasil não viveu relações feudais, pois é colonizado no período das grandes navegações, como parte do processo de acumulação primitiva do capital.

De acordo com Caio Prado a expansão marítima dos países da Europa, após o século XV, se origina de simples empresas comerciais levadas pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu. Daí se originará “todo um novo sistema de relações internas do continente como, nas suas conseqüências mais afastadas, a expansão europeia ultramarina” (PRADO JUNIOR, 2008: pág.19). A constituição do Brasil se dá como colônia de exploração, assim, o sentido da colonização é voltado para fora, através da exploração das riquezas naturais sustentando o circuito da acumulação que se iniciava.

Conforme o autor o pioneiro a enfrentar o oceano foi Portugal, seguido da Espanha que descobrirá a América, seguidos pelos portugueses que chegarão ao mesmo continente. “Todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar de “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (PRADO JUNIOR, 2008: pág.20). O autor afirma que inicialmente o interesse dos europeus não era povoar, mas apenas o comércio. O povoamento efetivo surge como uma necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas.

Na América a colonização se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena com poucos recursos a ser aproveitados. Para os fins mercantis que tinham em vista era necessário ampliar as bases, “criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros

que interessassem ao seu comércio” (PRADO JUNIOR, 2008: pág.22). As colônias tropicais tomaram um rumo diferente das da zona temperada. No segundo constituíram-se as colônias de povoamento, “escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade á semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original” (PRADO JUNIOR, 2008: pág.29).

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes. (PRADO JUNIOR, 2008: pág.29).

Conforme Caio Prado, o essencial da formação do Brasil se constituirá para fornecer “açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu”. E acrescenta que o objetivo é exterior,

voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (PRADO JUNIOR, 2008: pág.30).

O autor ainda afirma que esse “sentido” perpassara os séculos, e gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Esse “sentido” é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância. A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, ou seja, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Na agricultura o autor afirma que “o elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos”. (PRADO JUNIOR, 2008: pág.117). A monocultura acompanha a grande propriedade e que ambas derivam das mesmas causas.

A agricultura tropical tem por objetivo a produção de gêneros que tem grande valor comercial e por isso são altamente lucrativos. Com a grande propriedade vai se instalar no Brasil o trabalho escravo. Devido ao número insuficiente da população portuguesa e destes não imigrarem para se tornarem trabalhadores assalariados do campo, a escravidão torna-se assim uma necessidade.

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que

constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira (PRADO JUNIOR, 2008: pág.121).

Esse tripé: a monocultura, a grande propriedade e a escravidão, que compõe nossa formação social, é fundamental para compreendermos nossa história passada e presente. Esses elementos são determinantes fundantes da “questão social” brasileira. Sendo os dois primeiros ainda presentes e marcantes em nossa estrutura agrária, e o último, se não legal, ainda é remanescente em situações de trabalho análogas à escravidão sujeitando trabalhadores do campo e da cidade. As características fundamentais da economia brasileira de acordo com o autor é de um lado, um organismo produtor constituído só para isso; um número pequeno de empresários e dirigentes que senhoriam tudo e a grande massa da população que serve para mão-de-obra. Doutro lado, no funcionamento, sua orientação voltada para o comércio internacional.

De acordo com Caio Prado, o que caracteriza a sociedade brasileira do século XIX, é a escravidão. A escravidão na América não se filia, no sentido histórico, a nenhuma das outras formas que vêm na civilização ocidental, do mundo antigo; ela deriva dos acontecimentos que se iniciam no século XV com os descobrimentos ultramarinos, e pertence inteiramente a ela. A escravidão moderna “nasce de chofre, não se liga a passado ou tradição alguma. Restaura apenas uma instituição justamente quando ela já perdera inteiramente sua razão de ser, e fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas” (PRADO JUNIOR, 2008: pág.268). A escravidão brota como um recurso de oportunidade a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas da América.

A escravidão moderna provocará devastação tanto nas populações indígenas da América, como das do continente africano, no entanto, essa escravidão é desacompanhada, ao contrário das do mundo antigo, “de qualquer elemento construtivo, a não ser num aspecto restrito, puramente material, da realização de uma empresa de comércio: um negócio apenas, embora com bons proveitos para seus empreendedores” (PRADO JUNIOR, 2008: pág.269). O que aconteceu foi o recrutamento abrupto de povos bárbaros e semibárbaros serem tirados de seu habitat natural para serem incluídos numa civilização estranha. E aí está o pior caráter da escravidão: o homem reduzido a uma ferramenta de trabalho, tudo o que queriam deles era sua força bruta, material. “Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor” (PRADO JUNIOR, 2008: pág.270).

De acordo com o autor, a colonização reuniu três raças com aspectos diferentes cujo objetivo foi realizar uma vasta empresa comercial; e contribuíram conforme as circunstâncias e exigências desta empresa, brancos europeus, negros africanos e indígenas do continente.

“Os mais fortes laços que lhes mantêm a integridade social (...) serão os primários e rudimentares vínculos humanos, os resultantes direta e imediatamente das relações de trabalho e produção: em particular, a subordinação do escravo ou do semiescravo ao seu senhor” (PRADO JUNIOR, 2008: pág.339).

Conforme Caio Prado a escravidão exercerá duas funções na sociedade colonial, o fator trabalho e o fator sexual. O autor afirma que o trabalho escravo não saíra do seu ponto de partida, o esforço físico; não educará o indivíduo, não levará para um plano de vida mais elevado. “Não lhes acrescentará elementos morais; e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo” (PRADO JUNIOR, 2008: pág.340). A outra função é o da mulher escrava, “instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um feito menos elementar”. (PRADO JUNIOR, 2008: pág.341).

De maneira geral Caio Prado resume o essencial na sociedade colonial: “de um lado uma organização estéril no que diz respeito a relações sociais de nível superior; doutro, um processo de desagregação mais ou menos adiantado, conforme o caso, resultante ou reflexo do primeiro, e que se alastra profundamente”. No terreno econômico, as atividades de monocultura, a grande lavoura e a mineração de um lado, e as atividades de subsistência, do outro. (PRADO JUNIOR, 2008: pág.342). A vida colonial e as relações existentes nela terão como base para a formação destas relações é o trabalho, tomado como atividade que proporciona ao indivíduo os meios de subsistência.

Em 1822, o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história. Ianni (2004) afirma que a Declaração da Independência não conseguiu lançar o país num nível avançado. De acordo com o autor os movimentos e ideias comprometidas com a democracia foram derrotados ou controlados e aos poucos a monarquia recobriu inquietações de desigualdades, dando a oportunidade aos arranjos da conciliação pelo alto. “O que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo. O modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, o lusitanismo” (IANNI, 2004a: pág.14).

Segundo o autor a Declaração de Independência se arrasta por todo o século XIX, as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais só irão completar-se várias décadas depois, somente após o regime escravista e monárquico entrarem em colapso. No entanto, mundialmente a história já havia estabelecido outros parâmetros. Quando o Brasil conseguiu realizar as mudanças, o mundo capitalista começa adentrar no século XX, ou seja, o capitalismo entrava em sua fase monopolista. A insistência com o sistema escravista revelava

um poder estatal, no caso monárquico, distante e estranho aos interesses da população. A legitimidade imposta não era só pelo alto, “mas estrangeira, no sentido de indiferente aos movimentos mais gerais da sociedade” (IANNI, 2004a: pág.20).

Em 1888-89 o Brasil tentou entrar no ritmo da história. Aboliu a Escravatura e a Monarquia, proclamando a República e o Trabalho Livre. Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio. Favoreceu a imigração de brancos para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesões para a indústria. Ao mesmo tempo, jogava na europeização, ou no branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo (IANNI, 2004a: pág.21).

Houve de acordo com o autor, uma efervescência de ideias e movimentos sociais, recebeu ideias sociais, propostas sindicalistas, anarquistas, socialistas, entre outras. Mobilizou também forças empenhadas em mudanças políticas e sociais. “Mas o que venceu foi o interesse da cafeicultura, do oeste paulista, em aliança com os canavieiros, pecuária, seringais e outros, em diversas regiões do país” (IANNI, 2004a: pág.22). Ou seja, o que prevaleceu foram os interesses da burguesia emergente, combinado com os preexistentes, remanescentes. Predominou a economia primária exportadora, a política dos governadores operacionalizados pelo governo federal e o patrimonialismo em assuntos públicos e privados. O que estava em marcha de acordo com Ianni era uma revolução pelo alto. A burguesia brasileira possui como particularidade o sentido da colonização, ou seja, voltada para fora, não teve um projeto nacional nem autonomia voltada para uma reprodução interna do capitalismo em conexão com a dos países centrais. “Estava em marcha à revolução brasileira, a revolução burguesa brasileira, que se desdobrarão por décadas em manifestações sociais, econômicas, políticas e culturais diversas, díspares e frequentemente contraditórias” (IANNI, 2004a: pág.23).

No entanto, as forças sociais e os movimentos culturais continuavam a operar no sentido da mudança. Nesse sentido, 1922 é uma data simbólica, pois marca o começo de um novo ciclo. Surge o tenentismo, funda-se o partido comunista brasileiro, realiza-se a Semana da Arte Moderna em São Paulo, entre outros. O ciclo do café começava a manifestar mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais. De novo, os movimentos da sociedade brasileira indicavam mudanças, mesmo com tendências diversas e antagônicas.

Em 1930, conforme Ianni, o Brasil fez uma tentativa fundamental de entrar no ritmo da história e torna-se contemporâneo de seu tempo, organizando-se segundo os interesses dos setores sociais mais avançados. “Foi na década de 30 que se formularam as principais interpretações do Brasil Moderno, configurando ‘uma compreensão mais exata do país’” (IANNI, 2004a: pág.29). Os indícios de modernização que se esboçavam em 1922 através da Semana da Arte Moderna, do tenentismo entre outros, a partir de 1930, começa a se acelerar.

Cria-se um ambiente novo, de ampla efervescência cultural, política e social. As extremas desigualdades sociais, que excluía amplos setores da população de espaços culturais, políticos que se estão alargando, foram aos poucos ampliando a “participação”.

Conforme Ianni, à medida que a formação social capitalista se constituía e se generalizava com base a forma de trabalho fornecida pelo trabalhador livre, extinguia-se a escravidão, e intensificava um período de imigração de trabalhadores, ao mesmo tempo a cafeicultura adquiria expansão. A expansão do café iniciou-se nos fins do século XIX e no começo do século XX, mais precisamente de 1880 a 1930. De acordo com o autor ao longo desse período naturalmente teve épocas de altos e baixos em sua vida econômica. Nesse período houve crises de superprodução, condições climáticas e empobrecimento das terras que afetaram de certa forma a cafeicultura. Em certos momentos, se iniciou e desenvolveu outras plantações como algodão e cana-de-açúcar, entre outras. Assim como, algumas atividades artesanais e fabris, no que tange a produção e reparação de instrumentos e equipamentos necessários à produção agrícola.

O setor de serviços, transportes e comércio também se desenvolveu para atender aos grupos sociais que estavam vinculados ao mundo agrário. “A medida que avançava, a monocultura cafeeira provocava a reorganização e a dinamização das forças produtivas” (IANNI, 2004b: pág.13). Ao mesmo tempo em que começava o regime do trabalho livre, criava-se o mercado local, vinculando-se a região aos centros dinâmicos do país. Nesse processo, conforme Ianni, a terra devoluta é transformada em propriedade privada. Ao mesmo tempo em que avançava a monocultura cafeeira, ocorria à concentração/ocupação da propriedade fundiária e a formação de grandes empresas agrícolas. Na medida em que avançava a monocultura cafeeira, ocorriam dois processos referentes à propriedade da terra.

Por um lado, as fazendas de café eram formadas pela compra ou anexação de sítios e fazendas preexistentes no lugar. Criadores e agricultores, grandes ou pequenos, eram induzidos a vender, entregar ou converter as suas terras em cafezais. Nesse sentido, houve alguma concentração da propriedade fundiária. Por outro lado, a cafeicultura propiciou a apropriação privada das terras devolutas disponíveis na região. Mas essa apropriação, em geral, foi realizada por meio da compra das terras (IANNI, 2004b: pág.14).

Em relação às terras devolutas, a legislação do Império cuidava para que as terras não estivessem disponíveis a quaisquer interessados. Houve uma preocupação para encarecê-las, evitando que trabalhadores adquirissem e continuassem apenas na condição de vendedores da força de trabalho. “O espírito e a letra dessa recomendação foram adotadas pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que esteve na base de todo o processo de imigração e colonização havido no país durante a segunda metade do século XIX, em especial até a queda do governo

monárquico” (IANNI, 2004b: pág.14-15). A expansão do café fez com que as melhores terras agricultáveis tivessem um aumento no preço. Ou seja, cresceu o preço da terra para a plantação de café. De acordo com Ianni, o café foi desde o principio uma economia monetária, ditada principalmente pela demanda internacional de café.

Ianni relata que quando o café sofria crises, ou entrava em declínio, as forças produtivas eram reorganizadas, diversificavam-se as atividades produtivas e organizavam-se sob outras formas. Ao mesmo tempo em que a cultura cafeeira começava a se estabelecer, rompia-se. “A rentabilidade da cafeicultura gerava o boom cafeeiro que gerava superprodução que gerava o abandono de cafezais e a diversificação das atividades produtivas” (IANNI, 2004b: pág.32). Assim, ao mesmo tempo, a monocultura cafeeira gerava os elementos que se estabelecia e depois provocavam sua crise, por consequência, se estabeleceu a diversificação das atividades agrárias.

De acordo o autor, a partir de 1918, a diversificação da produção começa a se expandir, com plantações de algodão, feijão, milho, farinha de mandioca, açúcar, aguardente, entre outros produtos. Isso se devia de um lado as crises no café, muitas vezes favorecidas pelas condições climáticas, mas também, uma reorientação dos negócios e atividades nas fazendas de café, havia fazendeiros e sitiantes que preferiam combinar culturas com maior longevidade, como o feijão, milho, algodão e outras.

A geada de 1918, as secas de 1924 e 1926 mostraram aos cafeicultores, grandes, médios ou pequenos, a necessidade de prosseguir com a diversificação das atividades produtivas. “Era necessário diversificar ou mudar as aplicações com seus capitais” (IANNI, 2004b: pág.34). A crise de 1929, de acordo com Ianni será um acontecimento fundamental no processo de diversificação das atividades produtivas no campo. No entanto, a crise do café deveu-se a uma cadeia de crises provocadas pela superprodução, a geada, a seca e o empobrecimento das terras. Nessas condições surge necessidade de desenvolver outras culturas. E se desenvolvem também unidades artesanais e fabris, acelera a urbanização dos núcleos populacionais. “As crises da cafeicultura, a urbanização, a incipiente industrialização, a expansão das burocracias governamentais e o conseqüente crescimento do mercado interno abriam novas possibilidades à diversificação da produção rural” (IANNI, 2004b: pág.35). No que refere ao rearranjo da estrutura fundiária, devido à crise do café, haverá um aumento no número de pequenas propriedades.

Ao romper-se a monocultura cafeeira, desenvolveram-se a cultura algodoeira e da cana-de açúcar, além de outras. Rompia-se a estrutura fundiária, cuja concentração a cafeicultura havia intensificado. Ao mesmo tempo, surgiam ou desenvolviam-se outras atividades produtoras, no campo e na cidade. As crises da cafeicultura provocaram o desenvolvimento das forças produtivas (IANNI, 2004b: pág.36).

De acordo com o autor, ao mesmo tempo em que desenvolvia a crise, ocorria o rearranjo da estrutura da propriedade fundiária e a formação de uma nova estrutura econômico social, modificava-se as relações de produção. Em 1944 as atividades açucareira vão trazer mudanças substantivas importantes para o conjunto da economia e da sociedade, no campo e na cidade. A medida que desenvolveu e impôs a agroindústria açucareira provocou modificações no sistema econômico-social e político. Conforme a expansão da indústria açucareira cresceu o uso de máquinas e equipamentos no processo produtivo, de maneira geral provoca mudanças na composição da mão-de-obra agrícola. Instala-se e consolida-se a fábrica de açúcar no campo. “A agroindústria açucareira, induziu uma reformulação da composição das forças produtivas, composição essa na qual a força de trabalho também foi redefinida” (IANNI, 2004b: pág.42). Ao crescer a importância das máquinas e equipamentos, desenvolve-se a divisão do trabalho e modifica a relevância da força de trabalho. Para se ajustar as exigências do capital os fazendeiros e proprietários de canaviais tiveram que reorganizar suas empresas. A expansão do açúcar fará crescer a modificar a produção industrial.

Desde que desenvolveu a produção açucareira, ela deslocou para a cidade uma parcela significativa da população agrária, conforme afirma Ianni. Ela provocou um rearranjo das forças produtivas e transferiu para a cidade uma parte significativa da mão-de-obra rural. Além de expulsar o trabalhador do campo através da introdução e expansão dos processos mecanizados de trabalho, ela “transferiu para fora das terras da usina e dos canaviais uma parte significativa da sua mão-de-obra permanente e temporária” (IANNI, 2004: pág.44). Assim, cresce paulatinamente da população urbana além das taxas normais de crescimento dos setores secundário e terciário que estão localizados na cidade.

De acordo com o autor, o ciclo do café foi à primeira forma de desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo. A segunda forma seria o desenvolvimento da policultura, através da diversificação agrícola. Em terceiro, é a agroindústria açucareira, passando a elevar a composição orgânica do capital. Nas palavras do autor: “Isto é, desenvolveu-se a divisão social do trabalho; cresceu continuamente o capital investido em máquinas e equipamentos; e reduziu-se relativamente o montante de capital aplicado na compra de força de trabalho” (IANNI, 2004b: pág.46).

O término da Segunda Guerra Mundial restabelece e dinamiza o comércio agrícola internacional, que havia sido prejudicado pelo comércio da guerra. Os gêneros alimentícios e as matérias primas e manufaturados também são restabelecidos e dinamizados. No comércio interno do açúcar também ocorre essas mudanças. A partir daí se desenvolve a época mais

notável da produção açucareira. A partir de 1960, ganhou novo impacto ocasionado pela retirada de Cuba do mercado interno norte-americano após a revolução socialista, então o açúcar brasileiro exportado para os Estados Unidos ganhará cada vez mais expansão.

A usina é uma fábrica fora do lugar, de acordo com Ianni, e parece estar inserida no processo de reprodução do capital agrário. Na usina, o capital “agrário” e o capital industrial parecem se combinar, um subsumindo outro.

Na agroindústria açucareira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital “agrário” as suas cores e os seus matizes. Na usina, a cana-de-açúcar é industrializada, transformada em açúcar e álcool, seguindo exigências e a lógica da produção industrial. Aí comandam os processos físicos e químicos, mas sobressaem a máquina e o andamento maquinizado. Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial (IANNI, 2004b: pág.52).

E mais, segundo Ianni, mesmo a produção de cana-de-açúcar se fazer conforme o andamento da natureza e estações, determinações da usina podem acelerar e aperfeiçoar um pouco do processo. “É nesse movimento que se aplicam e propaga o fertilizante, o defensivo, o caminhão, o trator, a queima de folhas, a intensidade do corte, a velocidade do transporte, a intensificação da força de trabalho”. (IANNI, 2004b: pág.52).

A expansão da agroindústria açucareira modificou o mundo social do campo, e provocou a urbanização do mundo rural. A população que residia ou trabalhava na usina passou a consumir a produção material e espiritual do mundo urbano, conforme descreve Ianni. Essa expansão vai provocar outras modificações como a redução do número de trabalhadores permanentes por temporários. “Esse processo de expulsão de trabalhadores das usinas e canaviais para as periferias das cidades, e simultânea transformação da estrutura do proletariado canavieiro, foi e continua a ser o produto combinado de vários movimentos do capital” (IANNI, 2004b: pág.65).

Essa expansão da agroindústria açucareira não vai durar muito de acordo com Sant’Ana, em 1965 uma nova crise afeta o setor de forma drástica, dentre os diversos motivos, a queda do preço do produto em nível internacional foi o mais importante, afetando diretamente a produção brasileira. No entanto, ações governamentais como programas de investimento e incentivos públicos auxiliam a chegada do açúcar em uma fase áurea no mercado internacional no período de 1969-74. Mas, em 1975 a agroindústria açucareira sofre um declínio. Dessa vez o governo lança no mesmo ano o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool), uma segunda fase do programa ocorre em 1979, redirecionando o programa para a produção de álcool hidratado, retirando a ênfase do álcool anidro que correspondia maior parte da produção.

Entre as décadas de 1960 a 1980, as modificações da base agrícola resultarão num intenso êxodo rural, conforme afirma Sant'Ana ao citar Martine: 30 milhões de pequenos produtores, trabalhadores e seu familiares foram expulsos do campo. Isso trará impactos fortíssimos no agravamento da questão social devido à concentração urbana, mas condições de moradia, desemprego. Na década de 1960 houve também uma política de valorização fundiária que contribuirá para acentuar ainda mais a expulsão do homem do campo. De acordo com a autora dois instrumentos jurídicos contribuíram para isto, o Estatuto da Terra de 1964 e o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. “O Estatuto da Terra foi lançado pelo governo João Goulart e previa a realização da reforma agrária e a modernização da agricultura. Com o golpe militar de 1964, acabou sendo um instrumento importante para a viabilização da modernização agrícola conservadora” (SANT'ANA, 2012: pág.22). Possibilitando assim, tanto a exploração econômica quanto o domínio da política da classe dominante.

Enquanto a repressão, a tortura e a perseguição atingiam toda a esquerda brasileira, o Estado montava as bases da monopolização da economia brasileira. As ações protecionistas do setor canavieiro não foram atitudes isoladas para beneficiar somente aquele setor específico da classe dominante: na realidade, o Estado brasileiro promovia uma ampla internacionalização da economia e garantia aos grandes grupos internacionais investimentos lucrativos e subsidiados em diversas áreas (SANT'ANA, 2012: pág.23).

Conforme a autora, no meio rural a década de 60 foi marcada pela luta pela reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas para o trabalhador rural assalariado “excluído pela lei”. No começo da década de 80 a abertura para o capital estrangeiro já estava estabelecido, cumprindo o papel da ditadura militar; nesse período as lutas populares tomam maior importância. Esse período de ascensão das lutas tem em especial as dos movimentos sociais e movimentos grevistas ligados a setores estratégicos da economia brasileira. No campo, os conflitos permaneceram acirrados, “muito destes trabalhadores ficaram na trajetória, seja atingidos pela fome na condição de retirantes, ou pela bala do latifúndio, ou da moderna empresa capitalista, na condição de sem-terra” (SANT'ANA, 2012: pág.24).

A luta pela terra permeia toda a constituição da sociedade brasileira, ao longo dos períodos diversos movimentos sociais fizeram-se presentes de forma mais ou menos organizada desde o Impérios até a atualidade como observa Sant'Ana. No entanto a década de 80 possui algumas particularidades históricas:

A formação de um movimento social que unifica diversas lutas e que ganha expressão em praticamente todos os estados brasileiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); a reorganização da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e a presença, desde 1979, da Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (SANT'ANA, 2012: pág.24).

Durante esse período de efervescência, o Pró-Álcool passa por mais uma etapa nos anos de 1985 e 1989. Após o fim da ditadura militar, Tancredo Neves assume a presidência pelo Colégio Eleitoral, e com o seu falecimento, José Sarney seu vice assume a presidência. Será neste contexto histórico lançado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985, fruto de negociações iniciadas do então candidato Tancredo Neves. “A proposta inicial do Plano sofreu alterações de maneira a esvaziar seus objetivos e metas: os mecanismos previstos para a efetivação deixaram lacunas ou beneficiavam o processo de desapropriação de terras públicas” (SANT’ANA, 2012: pág.26), retirando o foco da propriedade privada, e logo, os avanços previstos no Plano. Ao final do mandato de Sarney o documento “quase não saiu do papel”, devido à reação das classes dominante no meio rural que se articula à classe que possui o capital, ou, é ela mesma no meio urbano. Segundo a autora foram assentadas 83.687 famílias cerca de 1% do prometido no I PNRA.

Em 1988, é promulgada a Constituição Federal, assegurando o Estado capitalista acima de tudo, criando aparatos jurídicos para manter o *status quo* vigente. Os artigos 184, 185 e 186 tratam especificamente da questão agrária. Nos artigos 184-86 diz claramente que “a propriedade deve cumprir a função social da terra e que para isto deve atender aos critérios de viabilidade econômica, ambiental, e social”. No artigo 185 “estabelece que a propriedade produtiva e a pequena e média cujos proprietários não tenham outro imóvel não estão sujeitos à desapropriação”. Essa possível dubiedade do texto gera controvérsias entre estudiosos e distintas interpretações (SANT’ANA, 2012: pág.26-27).

Na década de 90 de acordo com Sant’Ana, a baixa do petróleo e a inflação alta não sustenta a manutenção do Pró-Álcool. A desativação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), “que fazia o controle de preços do setor e regulamentava a destinação do álcool anidro a Petrobras, marca o fim do programa”. No entanto, “a hegemonia dos setores mais avançados tecnologicamente predominantes na região sul-sudeste consolida-se, assim como a monopolização do setor” (SANT’ANA, 2012: pág.27-28).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no que refere a área agrária, “FHC no seu primeiro mandato promoveu a “satanização” dos movimentos sociais” em especial o MST. No segundo mandato “lançou o Programa Novo Mundo Rural que mais que uma reorientação da política agrária, na realidade, promovia uma nova estratégia política de penalizar os trabalhadores e manter o compromisso com as elites dominantes”. Referente à grande agricultura capitalista, “o governo promoveu investimentos em infraestrutura para viabilizar as atividades deste segmento num processo de integração com a indústria, que vinha

de longa data, mas cuja designação passou a ser dada pelo termo agronegócio”. (SANT’ANA, 2012: pág.32).

Em 2003 é eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que da continuidade a política anterior. Nas atividades voltadas para o campo, de acordo com a autora, é lançado pelo governo o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária, tendo um diagnóstico da realidade agrária brasileira. Ao lançar esse segundo plano a meta era assentar em média um milhão de famílias e a geração de novos postos de trabalho, conforme os dados apresentados por Sant’Ana. No entanto, o não cumprimento dessas metas levou ao florescimento de conflitos, “pois havia uma expectativa muito grande de que ele pudesse promover um processo mais amplo de Reforma Agrária. Os trabalhadores intensificaram a ocupação de terras de maneira a pressionar o governo a efetivar sua proposta de reforma agrária” (SANT’ANA, 2012: pág.36).

De acordo com Sant’Ana, o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária foi mais que um programa que pretendia promover mudanças na estrutura agrária brasileira, ele arrefeceu as lutas sociais que se tornavam mais intensas no campo, “estas aumentaram muito no governo Lula devido à expectativa de efetivação da reforma agrária, mas foram arrefecendo, sobretudo, no último mandato do governo Lula em que houve a diminuição de 7% no número total de conflitos” (SANT’ANA, 2012: pág.37).

Dessa forma, a reforma agrária continua pautada nas agendas dos movimentos sociais do campo na atualidade, pois o estado oferece um mínimo de políticas de assentamentos através da pressão dos trabalhadores. No entanto, o que queremos é a realização da reforma agrária, com a democratização do acesso a terra e a produção de alimentos saudáveis.

Buscando enriquecer a teoria através da prática e como afirmando nos objetivos do presente trabalho, o tema da questão agrária como particularidade da “questão social” não se esgota aqui, aliás, complementa-se com o capítulo seguinte, onde se fará uma análise mais profunda, de como a questão agrária se apresenta a profissão e como está é vista pelos assistentes sociais e como a dialogam com a “questão social”. As análises partirão de entrevistas com assistentes sociais e documentos, tendo em vista que o município escolhido tem como maioria da sua população, o camponês.

4- A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PARTICULARIDADE DO CAMPO: ANÁLISE A PARTIR DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU/PR

Introduziremos este capítulo com uma breve caracterização do município de Rio Bonito do Iguaçu, principais indicadores sociais e de sua população, bem como da composição da população que vive no campo e a relação desta localidade com as lutas promovidas pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – desde a década de 1990 quando começou efetuar ocupações de terra neste território. Em seguida vamos nos deter a problematizar as informações que encontramos nos documentos oficiais das políticas sociais, bem como, no relato das/os profissionais do Serviço Social sobre a intervenção nessa realidade e qual observância dos elementos da questão agrária nesta realidade e se eles rebatem no exercício profissional.

4.1 Caracterização atual do município de Rio Bonito do Iguaçu/Pr e as ocupações de terra.

O município de Rio Bonito do Iguaçu foi emancipado em 1993, atualmente com 22 anos localiza-se na região centro-oeste do estado do Paraná. Estima-se, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que a atual população é de 13.538 mil habitantes distribuídos em 681,406 km². A população do município “é composta em sua maioria por trabalhadores da agricultura, de média e baixa renda, e de um número significativo de desempregados e trabalhadores informais” (HAMMEL, SILVA, ANDRETTA, 2007: pág.35). Com uma economia essencialmente agrícola, a realidade local possui como peculiaridade um número grande de famílias assentadas pelos projetos de Reforma Agrária. Esse número de famílias assentadas divide-se em três assentamentos: Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez Maio (soma-se desde 01 de maio de 2014 um acampamento com aproximadamente 2,000 famílias que não consta nos dados do IBGE). Conforme o Censo de 2010, dos 13,661 habitantes 10,339 residia na área rural e 3,322 residiam na área urbana, mostrando o grau de urbanização de 24,32%. A economia é baseada na agricultura e produção de leite e em menor escala na pecuária. A maioria das propriedades rurais é de pequeno e médio porte.

Em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,629, ficando abaixo da média estadual 0,749 e da média nacional que é de 0,744. O Índice de GINI municipal em 2010 era de 0,5123, demonstrando que o município possui uma grande concentração de renda e de desigualdade.

Da sua origem até 1996 o município era muito pequeno, foi quando no mês de março de 1996, municípios vizinhos a Rio Bonito do Iguaçu, sediaram dois grandes acampamentos às margens da rodovia BR-158, no município de Rio Bonito do Iguaçu. “Em abril do mesmo ano, os trabalhadores saíram em caminhada das duas extremidades do latifúndio rumo à ocupação, permanecendo acampados inicialmente no local que ficou conhecido como “Buraco”, localizado em um ponto estratégico” (HAMMEL, SILVA, ANDRETTA, 2007 apud MONTEIRO, 2003) às margens da fazenda Giacomet Marondin, (proprietária de grande extensão de terra, aproximadamente 90 mil hectares), localizada na região do médio centro oeste do estado do Paraná, era o maior latifúndio do sul do Brasil onde há tempos ocorriam tentativas de ocupações. O fotógrafo Sebastião Salgado (MST, 2001) que acompanhou a ação relata como foi o dia da ocupação da área (apud HAMMEL, SILVA, ANDRETTA, 2007, pág.36).

Era impressionante a coluna dos Sem Terra formada por mais de 12 mil pessoas, ou seja, três mil famílias, em marcha na noite fria daquele início de inverno, no Paraná. O exercito de camponeses avançava em silêncio quase completo. Escutava-se apenas o arfar regular de peitos acostumados a grandes esforços e o ruído surdo dos pés que tocavam o asfalto Pelo rumo que seguia a corrente, não era difícil imaginar que o destino final fosse a Fazenda Giacometti, um dos imensos latifúndios, tão típicos do Brasil. Marginalmente explorados, esses latifúndios, todavia, em razão das dimensões colossais, garantem aos seus proprietários rendas milionárias. Corretamente utilizados, os 83 mil hectares da fazenda poderiam proporcionar uma vida digna aos 12 mil seres que marchavam, naquele momento em sua direção. Anda rápido um camponês: vinte e dois quilômetros foram cobertos em menos de horas, quando chegaram lá, o dia começava a nascer. A madrugada estava envolta em espessa cerração que, pouco a pouco, foi se deslocando da terra sob o efeito da umidade do rio Iguaçu, que corre ali bem próximo, pois o rio de camponeses que correu pelo asfalto noite a dentro, ao desembocar de frente a porteira da fazenda, para e se espalha como as águas de uma barragem. As crianças e mulheres são logo afastadas para o fundo da represa humana, enquanto os homens formam posição bem na frente da linha imaginaria para o eventual confronto com os jagunços da fazenda. Ante a inexistência de reação por parte do pequeno exército do latifúndio, os homens da vanguarda arrebatam o cadeado e a porteira se abre; entram; atrás, o rio de camponeses com foices, enxadas, e bandeiras se erguem na avalanche incontida das esperanças nesse reencontro com a vida - e o grito reprimido do povo sem terra ecoa unísono na claridade do novo dia: reforma agraria, uma luta de todos!

Conforme publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 1999, apud HAMMEL, SILVA, ANDRETTA, 2007, pág.38) o Buraco foi a maior aglomeração de pessoas que a historia pode registrar cujo objetivo comum à posse da terra. Conhecido mundialmente como o maior acampamento da América Latina, com mais de 3,000 famílias equivalente a 12 mil pessoas em busca da realização de um sonho comum.

A falta de estrutura foi agravante, o município não tinha condições para ofertar a essas famílias tudo o que era necessário, pois aumentou significativamente o número da população instantaneamente e isso gerou muitos problemas, como falta de saneamento básico, saúde, educação, etc. O problema mais grave era com a saúde,

para amenizar foi usado remédios alternativos naturais (GALERA, 2009: pág.58-59).

De acordo com Hammel, Silva, Andretta devido ao grande número de pessoas no Buraco, os problemas de higiene, saúde e alimentação cresciam cada vez mais.

Por isso os companheiros se reuniram e chegaram a um consenso de que era hora de agir. Ocupou-se então, o lugar chamado Portão, onde existia uma guarita com vários pistoleiros que tinham o objetivo de proteger a entrada da fazenda, mais de 150 pessoas tomaram a guarita e prenderam os jagunços, levando-os as autoridades de Laranjeiras do Sul (MST, 1999, apud HAMMEL, SILVA, ANDRETTA, 2007, pág.51)

Conforme os autores depois da mudança de parte do acampamento para o Portão, os problemas causados pela superpopulação amenizaram, no entanto, não foram resolvidos. Já havia passado três meses e as autoridades não se manifestavam. Os companheiros de luta se reuniram em assembleia e decidiram ocupar a sede a fazenda, pois estavam passando fome, não conseguiam emprego e não podiam produzir no Buraco, que era uma área de preservação ambiental (apud MST, 1999). O povo caminhou por 14 km, para dentro da fazenda, e na área negociada passou-se a cultivar milho, feijão e verduras. Organizou-se 83 núcleos de trabalho, numa área ocupada de 2,500 hectares. A estrutura era precária e faltavam muitas coisas. Ainda tinha muitas pessoas passando necessidades e crianças doentes, sem assistência.

Hammel, Silva, Andretta descreve que depois de muita luta um grupo de sem terra foi surpreendido por tiros em 16 de janeiro de 1997, enquanto trabalhavam na área desapropriada, ocasionando a morte de dois companheiros acusados de estarem caçando em área proibida, mas as marcas de sangue comprovaram que eles foram arrastados para dentro da mata. Depois desse ocorrido, a empresa Giacomet Marondin passa a denominar-se Araupel, e o latifúndio permaneceu sob o mesmo controle, falseando o seu domínio. Nessa oportunidade, foram desapropriados 16,800 hectares de terra da fazenda, provendo o sustento de mais de 900 famílias, dando origem ao então assentamento Ireno Alves dos Santos e cada família pode ocupar seu respectivo lote.

A terra parecia próxima, não para todos, pois 600 famílias ficaram sem propriedades. Havia terra para todos, mas faltava interesse por parte do governo. A solução encontrada foi mais uma vez a ocupação, agora de outra área da fazenda que ficou conhecida como Paraíso, dando origem ao então assentamento Marcos Freire (é importante ressaltar que os dois assentamentos estão na mesma localidade e as pessoas assentadas fazem parte das 3,000 famílias acampadas no Buraco, o que divide os dois assentamentos é um rio).

Em conversas do dia-a-dia percebe-se o significado deste assentamento para todos. “É o desenvolvimento humano colocado em primeiro plano e a valorização das pessoas em

contraposição ao capital” (HAMMEL, SILVA, ANDRETTA, 2007: pág.64). É a realização de um sonho conquistado pela força de cada sem terra e de seus companheiros, para muitos um pedaço de terra e um lar que nunca teve antes.

Além da conquista pela terra, o desenvolvimento e o crescimento do próprio município após a ocupação é visível. Os assentados movimentam não apenas o comércio local, mas o de toda região. Durante esses anos de acordo com Galera (2009) as conquistas nos assentamentos são muitas: escolas que oferecem educação infantil, ensino fundamental, médio e profissionalizante (magistério), oferecendo também educação de jovens e adultos e ensino especial que funcionam nos dois assentamentos, com aproximadamente 2,500 alunos, todos com transporte escolar. Há também uma unidade de saúde em cada assentamento.

Por ano de acordo com a autora os dois assentamentos produzem em média 500 mil sacas de milho, 50 mil sacas de soja, 50 mil sacas de feijão, 10 mil sacas de arroz, 24 mil litros de leite por dia, chegando a 880 mil litros por ano, além de outros derivados como trigo, verduras, frutas e muitas outras para consumo próprio; São criados em média 20 mil animais entre: suínos, bovinos e aves, para comercialização e consumo próprio (Se atualizados esses dados, a produção de leite aumentou significativamente nos últimos anos, devido, de um lado às plantações sofrerem com as condições climáticas (principalmente as secas), e por outro, o leite rende mensalmente enquanto as plantações duas vezes ao ano).

Em Rio Bonito do Iguçu os assentamentos oportunizaram a milhares de pessoas a possibilidade de trabalharem e com o fruto deste proporcionar uma condição digna aos seus familiares.

Em meados de 2008 e 2009 fazendo divisa ao assentamento Marcos Freire foi assentado mais 70 famílias na fazenda Araupel, esse novo assentamento denominou-se 10 de maio. E recentemente no dia 01 de maio de 2014, aproximadamente 2,000 famílias se acamparam na divisa do assentamento Ireno Alves dos Santos com a fazenda Araupel buscando conquistar um pedaço de chão, criando o acampamento Herdeiros da Terra, destinando-se principalmente para os filhos dos assentados, assegurando assim a permanência dos jovens no campo. Até o presente momento muitas lutas tem se travado junto a Araupel e o governo, mas ainda não há previsão para a desapropriação das terras.

Dessa forma, os dados oferecidos pelo IBGE quanto ao número da população do município deve ser acrescido, o que não significa que os recursos para o município também sejam. Assim, o município enfrenta muitas dificuldades no trato com a população, além do recurso financeiro ser pouco, não é poupado dos desvios financeiros cometidos pelos governantes. Esse quadro é um agravante para a população no que refere à saúde, educação,

manutenção das estradas, entre outros. As estradas sem manutenção dificultam o acesso e os filhos dos assentados faltam à escola, o caminhão do leite não consegue chegar até a residência ou até mesmo o acesso à unidade de saúde. No entanto, desde sua criação até hoje muitas conquistas e vitórias se somam ao município e muitas ainda nos desafiam.

4.2 As ações e programas destinados ao campo e a intervenção dos assistentes sociais juntos aos camponeses

O objetivo principal do capítulo é analisar o processo de intervenção dos assistentes sociais nas diferentes políticas sociais observando a particularidade do campo. Para analisar como isso se dá foram realizadas pesquisas documentais e entrevistas, as quais serão expostas em três momentos: o primeiro refere-se às informações colhidas junto aos Plano Plurianual (PPA's) no período de 2006 a 2017. O objetivo foi selecionar os programas e políticas relacionadas diretamente e/ou indiretamente com o campo. No segundo momento serão analisados os Planos Municipais das políticas sociais com o objetivo de verificar a existência de programas específicos para o campo. E por fim serão expostas e analisadas as entrevistas realizadas com os assistentes sociais do município de Rio Bonito do Iguçu nos meses de abril e maio de 2015. A pesquisa documental foi realizada na prefeitura municipal (PPA) e nas Secretárias de Saúde, Educação e Assistência Social por meio dos planos municipais, e as entrevistas foram realizadas com três assistentes sociais que trabalham na Secretaria de Assistência Social em distintas equipes e com áreas de ação específicas.

4.2.1 Ações que beneficiam o campo nos PPA's

As tabelas foram elaboradas conforme a organização dos PPA's.

Tabela 01 – Plano Plurianual 2006/2009			
Programa/projeto	Atividade	Secretaria	Texto/resumo
“06” Cidade Bonita Realizar efetivamente o planejamento do setor urbanístico, integrado ao planejamento do orçamento anual de forma a proporcionar condições técnicas para o desenvolvimento do município. Ofertar infraestrutura física de competência governamental a toda a população.	0007 Ampliação da rede de eletrificação urbana e rural	Urbanismo	Ampliar a rede de eletrificação urbana e rural
	0010 Sistema de abastecimento de água	Saneamento	Instalação de unidades de captação e tratamento de água; distribuição de linha de cano-mestre; proteção de fontes naturais de água, instalação de sistema comunitário de abastecimento de água. Construir sistema de abastecimento de água em parceria com a SANEPAR e as comunidades, composto de caixa de água, poço tubular profundo, com bomba e rede de distribuição, para atender propriedades do interior do Município com água

			potável. (...) Atendimento às comunidades rurais com elaboração de projetos em parcerias sobre saneamento básico; Coordenar a implantação de sistemas de abastecimento comunitário de água e de abastecedouros comunitários na área rural; Colaboração e incentivo a medidas de proteção de fontes de água nas sedes das comunidades.
“07” Programa morar com dignidade Proporcionar melhores condições de moradia a população de baixa renda; Atender às famílias carentes em situação de risco que não possuem casa própria e, que possuindo necessitem de reconstrução ou reforma caso apresentem falta de asseio mínimo.	0002 Reformas e melhorias em unidades habitacionais	Habitação	Execução e contratação de serviços, para implantar o projeto “Minha Casa em Reforma” para realização de melhorias em moradias de pessoas carentes na área urbana e rural; (...) viabilização de materiais de construção para reforma e melhorias de casas de famílias carentes em áreas urbanas e rurais; Realizar serviços de terraplanagens.
	0003 Obras e infra-estruturas nos assentamentos	Saneamento	Dotar as sedes dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, com infra-estrutura como água, energia, saneamento e ajardinamento; Construção e manutenção das obras de infra-estrutura.
“08” Programa amparo a sinistros Agilidade no atendimento das emergências	0001 Auxilio a reformas e reconstrução de residências atingidas por sinistros	Segurança Pública	Auxílio a reformas e reconstrução de residências urbanas e rurais atingidas por sinistros, através da viabilização de recursos para doação de materiais de construção para famílias carentes.
“09” Nossa escola Proporcionar a população em especial as crianças acesso integral ao ensino fundamental	0003 Aquisição de veículos para o transporte escolar	Educação	Aquisição de veículos tipo ônibus e micro-ônibus, para proporcionar aos alunos da rede municipal e rede estadual de ensino, condições para locomoção até a escola (...). Produto esperado: (...) Proporcionar aos alunos residentes na zona rural do município igualdade de oportunidade de aprendizado.
	0006 Manutenção da merenda escolar	Educação	Fornecer merenda escolar a todos os alunos matriculados nas escolas municipais e nas unidades de educação infantil, inclusão de produtos in natura na merenda escolar (...).
“12” Esporte Solidário Desenvolver o setor esportivo ampliando sua capacidade de atendimento	0002 Incentivo a prática desportiva nas comunidades	Desporto e Lazer	Promoção de eventos incentivando a participação das comunidades, apoio técnico, premiações e repasses de kits esportivos às associações esportivas.
	0003 Realização de campeonatos e jogos escolares	Desporto e Lazer	Aquisição de materiais esportivos, premiação e contratação de serviços de arbitragem e assessoria. Produto esperado: Incentivo a prática de esporte nas comunidades, para que em consequência tenha uma boa qualidade de vida.
	0006 Construção de quadras poliesportivas nos centros estudantis	Desporto e Lazer	Construção de quadras poliesportivas nas escolas municipais e nas comunidades.

	e nas comunidades		
“13” Vida Saudável Proporcionar a população acesso integral aos serviços básicos de saúde	0005 Ampliação da rede municipal de saúde	Saúde	Construção, ampliação, reformas e melhorias de unidades de saúde, sendo, 01 na Comunidade de Linha Rosa com 100m²; Construção de 01 Posto de saúde no Assentamento Marcos Freire entre as comunidades da Água Morna, Apra e Nova Aliança (...)
	0021 Ações de vigilância sanitária	Saúde	(...) Combate ao mosquito transmissor da dengue com vistorias em imóveis urbanos e rurais e campanhas de conscientização (...).
“14” Comunidade em Ação Trabalhar junto a população que encontra-se em situação sócio econômica vulnerável visando o enfrentamento a pobreza e a universalização dos direitos sociais	0013 Apoio à juventude	Assistência Social	(...) Apoio ao PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), urbano e rural (...).
“15” Mãos do Produtor Aumentar a produção agropecuária e a renda dos produtores e consequentemente sua qualidade de vida	0002 Aquisição de veículos e equipamentos agrícolas	Agricultura	(...) Aquisição de 03 implementos agrícolas para silagem para fazer feno.
	0004 Atividades em parceria com entidades	Agricultura	Formulação de convênio anual com o escritório local da Emater-Paraná; Convênio com os sindicatos; Convênio com entidades sem fins lucrativos, como associações, central de associações, cooperativas, sites, que tenham entre outras atividades, o desenvolvimento da agricultura e pecuária.
	0005 Implementação de fundo municipal de Desenvolvimento agropecuário	Agricultura	Financiamento de atividades agropecuárias, em forma de empréstimos com juros subsidiados.
	0006 Distribuição de insumos	Agricultura	Aquisição de insumos para distribuição subsidiada aos pequenos agricultores
	0007 Construção de espaços para feira do produtor rural	Agricultura	Construção e manutenção de espaço físico para instalação da feira dos produtores hortifrutigranjeiros (...).
	0008 Manutenção da Casa Familiar Rural	Agricultura	Repasse de recursos financeiros para manutenção da Casa Familiar Rural; (...) Apoio ao egresso do aluno à Casa Familiar Rural.
	0010 Capacitação Técnica dos produtores	Agricultura	Qualificar produtores e familiares no exercício de suas funções; Firmar parceria com universidades nas áreas da engenharia da produção de alimentos, visando fornecer suporte técnico e apoio a produtores; Firmar parcerias com EMATER, SENAR, Sindicatos, Associações comunitárias, Associações de Moradores do interior e Associações de produtores, para viabilizar

			assistência técnica aos produtores e realizar cursos diversos, treinamentos, palestras, seminários, realizar feiras agropecuárias, etc. Transporte de produtores em exposições regionais.
	0012 Campanhas Agropecuárias	Agricultura	Desenvolvimento de campanhas de conscientização sobre vacinação do rebanho e uso adequado de agrotóxicos e outras que se fizerem necessárias.
	0013 Diversificação da produção agropecuária	Agricultura	Propiciar o aumento de melhorias ao produtor do campo diversificando sua produção. Aquisição de equipamentos, materiais, matrizes reprodutores, através de projetos específicos da secretaria.
	0014 Prestação de serviços e extensão rural	Agricultura	Prestação de assistência técnica com o próprio quadro técnico ou contratação de serviços de terceiros.
	0015 Apoio a organização rural	Agricultura	Apoio e assessoria para entidades, clubes de mães, Associações comunitárias, associações de produtores rurais e cooperativas de produtores.
	0016 Projeto/programa de inseminação artificial	Agricultura	Pagamento de capacitação de inseminadores e aquisição de materiais, aquisição de kit de inseminação e botijões de sêmen.
	0019 Construção de melhorias em propriedades de pequenos agricultores	Agricultura	Aquisição de materiais de construção e serviços para atender os pequenos agricultores, visando a construção de pocilgas, açudes, estábulos, barracões, armazéns e secadores comunitários e outras melhorias necessárias para a diversificação da propriedade rural.
	0020 Diversificação nas propriedades	Agricultura	Incentivo no desenvolvimento de atividades de bovinocultura de leite; suinocultura, Erva-mate, Mandioca, Fruticultura, Sericicultura, avicultura, piscicultura, apicultura, reflorestamento, cotonicultura.
	0021 Serviços de transporte	Agricultura	Prestação e/ou aquisição de serviços de transportes de objetos, animais (com aptidão leiteira e suína), produção de casulos, insumos e corretivos.
	0022 Serviços de mecanização	Agricultura	Prestação e/ou aquisição de serviços de mecanização para agricultores do município, para terraplanagens, destoca, açudes, silos e outros que forem necessários para as atividades agropecuárias.
	0023 Incentivo a prática da agricultura orgânica	Agricultura	Incentivo e apoio a prática da agricultura orgânica.
	0024 Construção da unidade de recepção e beneficiamento de leite	Agricultura	Construção de espaço físico para instalação da unidade de recebimento e beneficiamento de leite, com aproximadamente 700m².
“16” ECO-LÓGICO/ EDUCAÇÃO Executar atividades, campanhas, projetos e	0003 Construção de abastecedouros comunitários	Gestão Ambiental	Manter os já existentes construir novos abastecedouros comunitários em localidades da zona rural do município para que seja feita adequadamente a

programas que visem a educação e proteção ambiental, conscientizando e envolvendo a população no trato do meio ambiente			limpeza de equipamentos e utensílios agrícolas de pulverização de agrotóxicos; adquirir caixas de água para captação e distribuição nos abastecedores, construir plataformas para a realização da limpeza; e realizar campanhas educativas de orientação quanto aos cuidados, manuseio, lavagem e devolução das embalagens.
“17” Estrada da vida Dotar a área rural de infra-estrutura viária adequada para o escoamento da produção e para transporte de pessoas e alunos	0001 Atividades do departamento de viação	Transporte	(...) Coordenar as ações para implantação de infra-estrutura viária rural como: adequação, readequação, pavimentação e cascalhamento de estradas rurais, manutenção de pontes e bueiros (...).
	0003 Construção, ampliação e restauração de estradas vicinais	Transporte	Execução de cascalhamento, adequação, readequação, manutenção, conservação e outras melhorias em estradas localizadas no interior do município; Aquisição de materiais e serviços para pavimentação, adequação, readequação e manutenção de estradas rurais; Conservação de estradas rurais pela locação de cascalho, pedra brita, tapa buraco e serviços de equipamentos rodoviários.
	0004 Aquisição de equipamentos rodoviários	Transporte	Aquisição de equipamentos rodoviários para agilizar e facilitar a recuperação de estradas rurais
	0006 Obras e infraestrutura de transporte	Transporte	Restauração e recuperação de estradas rurais e construção e manutenção de pontes e bueiros com recursos oriundos do CIDE.
	0010 Manutenção do alojamento e alimentação de funcionários	Transporte	Pagamento de despesas com transporte, alojamento e alimentação à funcionários que prestam serviços no interior do Município.
	0014 Pavimentação com pedras irregulares	Transporte	Serviços de pavimentação com pedras irregulares com equipamentos próprios e contratação de serviços de terceiros no município [em diversas comunidades rurais].
	0015 Pavimentação asfáltica em estradas rurais	Transporte	Serviços de pavimentação com lama asfáltica em estrada pavimentada com pedras irregulares em estradas rurais com equipamentos próprios e contratação de serviços de terceiros no município.
“18” Mãos para o trabalho Promover o desenvolvimento do município através do fomento aos setores comercial, industrial, agroindustrial e prestadores de serviços	0004 Elaboração de projetos e estudos de viabilidade	Indústria	Despesas necessárias para estudos e concretização de ações de desenvolvimento do Município, principalmente nos assentamentos existentes (...).
	0005 Apoio a associações em geral	Indústria	Apoio à instituição e desenvolvimento de associações em geral na sede e interior do Município.
“20” Comunicação e divulgação de atos e fatos públicos	0003 Apoio a instalação e manutenção dos	Administração	Oferecer a população urbana e rural, acesso aos meios de comunicação como jornal, telefone, rádio, correios,

Divulgação dos atos, programas, ações e notícias do Município; Informar a população dos atos e fatos da administração municipal bem como obedecer a legislação no que se refere à publicação dos atos oficiais; Oferecer a população acesso aos meios de comunicação	veículos de comunicação		televisão; Apoio a modernização dos serviços de comunicação com fins lucrativos e culturais (...).
“21” PA Ireno Alves dos Santos e PA Marcos Freire Sistematizar e acelerar o processo de desenvolvimento e consolidação de projetos dos assentamentos I.A.S e M.F, visando conclusão e integração familiar, através da concessão de investimentos em infra-estrutura, capacitação e assistência técnica, em conformidade com as diretrizes e normas do Regulamento Operativo do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária.	0001 Gestão Ambiental	Organização Agrária	Desenvolver ações, projetos, programas, no sentido de: promover a correção do solo por meio da calagem e fosfatagem; promover a destoca e o enleiramento de terras; Realizar o povoamento florestal inapta para a agricultura e pecuária, adequando-as para exploração florestal com espécies comerciais (...).
	0002 Infra-estrutura social	Organização Agrária	Promover a recuperação habitacional; construir e reformar módulos sanitários; construir fossas sépticas e caixas de gordura; proteção de fontes para consumo humano; construção de centros comunitários; Construir um posto de saúde; construir edificações anexas às escolas das comunidades, devidamente equipadas; equipar biblioteca; construção de salas de aula.
	0003 Infra-estrutura básica	Organização Agrária	Promover o cascalhamento e recuperação de estradas.
	0004 Infra-estrutura produtiva	Organização Agrária	Instalação de resfriadores de leite com capacidade de 3,000 litros; Construir abrigos para resfriadores de leite.
	0005 Assistência técnica e capacitação	Organização Agrária	Prestação e/ou contratação permanente de serviços de assessoria técnica, social, ambiental e agropecuária nos projetos de assentamento (...).
	0006 Atividade PA Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire	Organização Agrária	Repasse de recursos públicos a entidades e/ou instituições sem fins lucrativos para desenvolver atividades, projetos, programas e ações nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

Os programas que mais tem atividades referentes ao campo é o programa 15 referente à agricultura, o programa 17 em relação ao transporte e o 21 exclusivo para os assentamentos. Adianto que esse foi o único PPA com um programa exclusivo para os assentamentos. Nesse período 2006 a 2009 os assentamentos possuíam uma estrutura bem precarizada, somente nos

últimos 05 anos que os assentamentos conseguiram se estruturar melhor, isso se deve em parte pela produção de leite, rendendo mensalmente recursos financeiros, possibilitando a melhora na qualidade e quantidade de leite entregue. Quanto a sua estrutura geral depois de 15 anos elas finalmente começam a aparecer.

No entanto, ter uma atividade no PPA não significa que ela seja materializada, algumas dessas atividades nunca chegaram até os assentamentos. Para exemplo, faço uso das próprias condições da minha família: desde que chegamos ao assentamento Marcos Freire para se deslocar até a estrada principal temos de percorrer em média 700 metros e a estrada sempre foi de chão, depois de não haver condições para trafegar e muita pressão na prefeitura ela foi cascalhada. É claro que os assentamentos abrangem um extenso território, mas não deixa de ser um descaso com a população do campo. Intencionalmente a maior quantidade de atividades dos programas destina-se as estradas, a agricultura e a estrutura geral dos assentamentos. Essas são as principais demandas que os camponeses necessitam, pois são elas que garantem de maneira geral os recursos financeiros para sobrevivência das famílias.

Tabela 02 – Plano Plurianual 2010/2013			
Programa/projeto	Atividade	Secretaria	Texto/resumo
“8” Programa de Habitação Popular e auxílio à moradia Proporcionar melhores condições de moradia a população de baixa renda; atender as famílias carentes em situação de risco que não possuem casa própria, e, que possuindo necessitem de reconstrução ou reforma caso apresentem falta de asseio mínimo.	001 Fundo Municipal de Habitação/Programa de Habitação Popular/ Programa Auxílio Moradia	Habitação	(...) Construção de unidades habitacionais em parceria com o Governo Estadual e/ou Federal; Implementar o Fundo Municipal de Habitação. Apoio através de serviços de máquinas (terraplanagens) conforme critérios definidos nos programas para unidades urbanas, rurais e em núcleos habitacionais. Mobilizar e incentivar mutirão e auto-construção de unidades habitacionais, na sede do Município, Distritos e interior; Dotar os núcleos habitacionais com infra estrutura básica em energia, abastecimento de água e demais infraestrutura necessária (...) Executar obras de infraestrutura, terraplanagens, água, luz, saneamento, ajardinamento, etc, em casas individuais ou em núcleos habitacionais, nas áreas urbanas e interior do Município. Construção de unidades habitacionais nos distritos; construção de unidades habitacionais em parceria com o Governo Federal; e construção em propriedades rurais (...).
“13” Esporte e Lazer	003 Construção,	Desporto e Lazer	(...) Construção de arquibancada

Desenvolver o setor esportivo e proporcionar momentos de lazer à população.	ampliação e reforma em áreas esportivas		e/ou alambrados nos campos de futebol do interior do Município (...)
“14” Ações da Saúde Proporcionar a população acesso integral aos serviços básicos de saúde.	002 Atividades Fundo Municipal de Saúde	Saúde	(...) melhorar o atendimento nos postos de saúde das comunidades com a presença efetiva de médicos e outros profissionais de saúde (...). Realizar atendimento odontológico para atendimento e elaboração de programas educativos junto à comunidade e escolas. Realizar atendimento odontológico nas unidades básica de saúde, sede e interior (Auxílio e fornecimento de prótese dentária; fornecimento de kit bucal aos alunos (creme dental, escova dental e flúor; atendimento dentário aos alunos; Auxílio financeiro para aquisição de prótese, fornecimento de aparelhos ortodônticos; Auxílio para tratamento de canal) (...).
	003 Aquisição de Veículos, equipamentos e materiais permanentes	Saúde	(...) Equipar os postos de saúde das comunidades e da sede do Município e clínica da mulher e infantil.
“15” Produção agropecuária sustentável Aumentar a produção e a renda dos produtores e consequentemente sua qualidade de vida.	001 Atividades do Departamento de Agropecuária	Agricultura	Elaborar e coordenar, juntamente com o Prefeito Municipal, as políticas de desenvolvimento do setor agrícola e pecuário; realizar avaliação periódica sobre o desenvolvimento do setor agropecuário e realizar mudanças que se fizerem necessárias (...) Apoio para os agricultores quitarem as parcelas com COPEL.

	002 Fomento da produção agropecuária	Agricultura	Prestação de assistência técnica com o próprio quadro técnico, ou contratação de serviços de terceiros. Aquisição de insumos para distribuição subsidiada e/ou doada aos pequenos produtores. Aquisição de insumos destinados a custeio e investimento em programas de apoio as atividades agropecuárias, e a instalação de unidades demonstrativas; execução dos seguintes serviços de apoio e infra-estrutura em propriedades rurais como terraplenagem para construção de aviários, pocilgas, estábulos, galpões de fumo, estufas e outras dependências afins; escavações para construção de esterqueiras, bebedouros para gado com manilhas, reservatórios d'água e silos-trincheira; drenagens; construção de açudes; silagem; serviços, máquinas e equipamentos destinados ao melhoramento da atividade agropecuária no Município; produção de frutas e hortaliças orgânicas para uso na merenda escolar; apoiar agricultores em questões ambientais e ao desenvolvimento de programas de órgãos dos governos estadual e federal que estabeleçam benefícios aos produtores rurais e ao meio ambiente do município; realização de concurso para premiar o produtor destaque, com a finalidade de premiar os agropecuaristas que se destacarem na sua atividade no Município [entre outras atividades].
	003 Aquisição de veículos, equipamentos e implementos para a agricultura	Agricultura	Aquisição de 02 veículos; 01 caminhão furgão equipado; 20 patrulhas agrícolas mecanizada (trator de pneus e equipamentos); Aquisição de 07 Implementos agrícolas para silagem, para fazer feno. Aquisição de calcareadeiras e esterqueiras. Aquisição de máquinas e equipamentos para produção de biodiesel; equipamentos para fabrica de ração e adubo orgânico. Equipamentos e materiais para abatedouro de suínos e bovinos.
	007 Estruturação do centro de formação de jovens rurais	Agricultura	Construção de estrutura física para atendimento de jovens no Centro de Desenvolvimento Sustentável e

			Capacitação em Agroecologia, com área total de aproximadamente 540 m2.
<p>“17” Infraestrutura viária rural Dotar a área rural de infraestrutura viária adequada para escoamento da produção agrícola transporte de pessoas e alunos.</p>	001 Atividades do departamento de viação	Administração	(...) Apoio institucional aos proprietários rurais nas questões de legislação ambiental; Coordenar as ações para implantação de infra-estrutura viária rural como: adequação, tapa buraco, readequação, pavimentação e cascalhamento de estradas rurais; Construção, manutenção de pontes e bueiros (...) Execução e manutenção de cascalhamento nas estradas do interior do Município beneficiando os produtores e transporte escolar.
	003 Pavimentação e obras complementares nas estradas rurais	Transporte	Execução e/ou contratação de serviços de terceiros para obras de construção, adequação, readequação, conservação e outras melhorias em estradas localizadas no interior do Município; Aquisição de materiais e serviços para adequação, readequação e manutenção de estradas rurais; Pavimentação e recapeamento (asfáltico); recuperação de calçamentos (pedras irregulares); Serviços de pavimentação com pedras irregulares com equipamentos próprios e/ou contratação de serviços de terceiros no Município; Serviços de pavimentação com lama asfáltica em estrada pavimentada com pedras irregulares em estradas rurais com equipamentos próprios e contratação de serviços de terceiros no Município. Aquisição de materiais e serviços para construção, manutenção e conservação de pontes. Construção de 02 pontes e manutenção das demais; Construção e manutenção de bueiros nas estradas. Realizar parceria com consórcio intermunicipal.
<p>“18” Trabalhando nos setores, industrial, comercial e prestação de serviços Promover o desenvolvimento do Município através do fomento aos setores comercial, industrial,</p>	004 Apoio a instalações de unidades industrial, comercial, agroindústria e cooperativa	Indústria	(...) Diversificação da agricultura através do fortalecimento do sistema cooperativista (...).

agro-industrial e prestadores de serviços.			
“21” Apoio Comunitário Incentivar as comunidades a se organizarem visando melhorias e implementação de projetos, programas, auxílios e outros benefícios destinados às comunidades. Assistir os membros das entidades a participarem de projetos e programas oferecidos pelas três esferas de governo.	002 Apoio as associações e entidades comunitárias	Direitos da cidadania	(...) Parceria com entidades nas alternativas de renda aos pequenos agricultores, incentivando a diversificação agrícola para subsistência familiar. Realizar palestras sobre meio ambiente, proteção de fontes de água, fixação do jovem e demais pessoas no campo, capacitação técnica, treinamentos aos associados das diversas instituições; proceder análise de capacidade de endividamento dos membros das associações e entidades correlatas; análise, assessoria e encaminhamento de projetos para viabilizar linhas de crédito de PRONAF Custeio, PRONAF investimento e outros projetos correlatos aos pequenos agricultores; concessão e acompanhamento de patrulhas agrícolas; elaborar e encaminhar projetos aos associados objetivando adquirir patrulhas e demais implementos agrícolas aos agricultores (...).
“22” Proteção à criança e ao adolescente Promover o atendimento integral à criança e ao adolescente, conforme determina o Estado da Criança e do Adolescente.	004 Apoio as ações da criança e adolescente	Assistência Social	Incentivo a disponibilização de espaços físicos para realização de palestras de orientação e prevenção em diversas áreas e fatores para crianças e adolescentes na sede e no interior do Município bem como, incentivo à fixação do jovem no campo e conscientizando de jovens e familiares sobre o melhoramento das propriedades.
“23” Programa de segurança alimentar e nutricional Implantar e implementar um conjunto de ações intersetoriais para garantir oferta e o acesso aos alimentos para a população promovendo a nutrição e a saúde e também o desenvolvimento econômico-social local e regional.	001 Segurança alimentar na escola	Educação	Adquirir alimentos da agricultura familiar, para os alunos das escolas da rede municipal de ensino fundamental, infantil e especial.
	003 Segurança alimentar- com apoio ao agricultor	Agricultura	Apoiar a construção da feira do produtor; Oferecer assistência técnica aos agricultores em relação a produção com qualidade dos produtos a serem comercializados nas feiras. Incentivar e apoiar a industrialização dos produtos. Aumentar o número de agricultores participantes da feira do produtor. Apoio na organização de cooperativas de agricultura familiar.
** Contemplam-se os seguintes programas e atividades da tabela 01: 06,0007 - 08,0001 –			

09,0006 – 13,0021 – 14,0013 – 15,0004,0007 e 0008 – 16,0003 – 17,0006 e 0010 – 18,0004 e 20,0003.

Educação e saúde também são importantes aos camponeses! Nessa questão é relevante destacar que no Assentamento Marcos Freire existe quatro escolas, com educação infantil a ensino profissionalizante (magistério). No assentamento Ireno Alves dos Santos há seis escolas, desde educação infantil a ensino médio. Dentre muitas conquistas na área da educação destaca-se a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) instituído pelo projeto de lei 2.199-07, localizada no Assentamento 08 de junho pertencente à cidade de Laranjeiras do Sul numa distância de 18,1 Km de Rio Bonito. Oferece seis cursos: Agronomia (ênfase em agroecologia), Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Ciências Econômicas e duas Licenciaturas Interdisciplinares em Educação do Campo. Como se podem observar os cursos valorizam a particularidade da região, o campo. Em relação à saúde os dois assentamentos possuem uma unidade básica.

Nessa tabela novamente a maior quantidade de atividades é em relação à agricultura e transporte. Nesse PPA foi criado um programa exclusivo para a segurança alimentar e nutricional adquirindo alimentos dos camponeses (no próximo item trataremos disso). O que se concretizou de novo para os assentamentos foram às patrulhas agrícolas nas comunidades, todas elas têm o que contribui financeiramente na utilização dos maquinários agrícolas.

Tabela 03 – Plano Plurianual 2014/2017

Programa/projeto	Atividade	Secretaria	Texto/resumo
“7” Planejamento e gestão urbana Realizar efetivamente o planejamento do setor	007 CMC – Consortio Intermunicipal Cantuquiriguaçu	Urbanismo	Repasse de recursos financeiros ao Consórcio Municipal da Cantuquiriguaçu, destinados para [executar diversas atividades, entre elas, agricultura].

<p>urbanístico, integrado ao planejamento do orçamento de forma a proporcionar condições técnicas para o desenvolvimento do Município. Ofertar infraestrutura física de competência governamental a toda população. Planejar crescimento ordenado da cidade e distritos</p>	<p>008 Pavimentação, calçadas e obras complementares em geral</p>	<p>Urbanismo</p>	<p>-Construção de pavimentação asfáltica no quadro urbano da sede do Município, bairros e Distritos; Construção de pavimentação com pedras irregulares no quadro urbano do Município, bairros e distritos; (áreas de interesse social como loteamento São Sebastião e Santana-Campo do Bugre); Construção, manutenção e reforma de passeios, calçadas, adaptação de calçadas para portadores de necessidades especiais; construção e manutenção de galerias de águas pluviais, bocas de lobo e meio-fio, etc. construção de praças e parques infantis nos loteamentos, conjuntos habitacionais e bairros, inclusive Campo do Bugre e em comunidades do interior do Município (...)</p>
<p>“8” Programa de Habitação Popular e auxílio à moradia Proporcionar melhores condições de moradia a população de baixa renda; atender as famílias carentes em situação de risco que não possuem casa própria, e, que possuindo necessitem de reconstrução ou reforma caso apresentem falta de asseio mínimo.</p>	<p>001 Fundo Municipal de Habitação/Programa de Habitação Popular/ Programa Auxílio Moradia</p>	<p>Habitação</p>	<p>Construção de unidades habitacionais em parceria com o Governo Estadual, Federal, Companhia de Habitação do Paraná – Cohapar e/ou com as empresas contratadas ou conveniadas na área e habitação. Apoio através de serviços de máquinas (terraplanagens) conforme critérios definidos nos programas para unidades urbanas, rurais e em núcleos habitacionais. Mobilizar e incentivar mutirão e auto-construção de unidades habitacionais, na sede do Município, bairros, Distritos e interior; Dotar os núcleos habitacionais com infra estrutura básica em energia elétrica, iluminação pública, terraplanagens, água, saneamento, ajardinamento, etc, em casas individuais ou em núcleos habitacionais, nas áreas urbanas e interior do Município; Nas comunidades do interior priorizar as comunidades de Alto Iguaçu, Arapongas e Sede. Construção de unidades habitacionais nos distritos e comunidades carentes; construção de unidades habitacionais em parceria com o Governo Federal; construção em propriedades rurais. Apoio e implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (urbano e rural).</p>
<p>“09” Programa amparo a sinistros Agilidade no atendimento das emergências</p>	<p>001 Auxilio a reformas e reconstrução de residências atingidas por sinistros</p>	<p>Segurança Pública</p>	<p>Auxilio imediato a reformas e reconstrução de residências urbanas e rurais atingidas por sinistros, através da doação de materiais de construção, para famílias carentes, conforme dispõe a Lei Municipal nº 783/2009 DE 22 DE ABRIL DE 2009. Instituir e implementar o Plano de Defesa</p>

			Civil.
<p>“10” Acesso integral ao ensino Proporcionar à população em especial as crianças acesso integral ao ensino básico, sendo, fundamental e médio, infantil de 3 a 5 anos; educação especial, educação para jovens e adultos e apoio ao ensino superior.</p>	010 Manutenção da frota de veículos do transporte escolar	Educação	Proporcionar, aos alunos da rede municipal e da rede estadual de ensino, condições para locomoção até a escola na área urbana e rural; envidar ações junto ao Governo do Estado para que o mesmo assumas as despesas do transporte escolar dos alunos da rede estadual, conforme o que determina a Lei; Manutenção do transporte escolar, com contratação de serviços de terceiros e manutenção da frota de veículos própria.
<p>“12” Difusão Cultural Proporcionar a população em geral o acesso às fontes de cultura.</p>	001 Atividades do departamento de cultura	Cultura	(...) Implantar cursos de teatro, circo, dança, música e artes visuais nas comunidades e distritos (...).
<p>“13” Esporte e Lazer Desenvolver o setor esportivo e proporcionar momentos de lazer à população.</p>	003 Construção, ampliação e reforma de áreas esportivas	Desporto e Lazer	(...) Construção e/ou reformas de arquibancada, coberturas, alambrados, iluminação, traves, redes, etc nos campos de futebol das comunidades e bairros do Município (...).
<p>“15” Produção agropecuária sustentável Aumentar a produção e a renda dos produtores e consequentemente sua qualidade de vida.</p>	003 Aquisição de veículos, equipamentos e implementos agrícolas	Agricultura	Aquisição de 02 veículos; 01 caminhão furgão equipado; 20 patrulhas agrícolas mecanizada (trator de pneus e equipamentos; Aquisição de 07 Implementos agrícolas para silagem, para fazer feno. Aquisição de calcareadeiras e esterqueiras. Aquisição de máquinas e equipamentos para produção de biodiesel; equipamentos para fabrica de ração e adubo orgânico. Equipamentos e materiais para abatedouro de suínos e bovinos. Aquisição de no mínimo 6 (seis) balanças comunitárias, instalação e construção de edificações para proteção das balanças. Apoio na aquisição de equipamentos de irrigação para produção de leite. Aquisição de um Caminhão do Agricultor. Aquisição de equipamentos como tanque de combustível, carreta e outros para complementar as patrulhas agrícolas já existentes.
	004 Ampliação da casa familiar rural	Agricultura	Ampliação da estrutura física da Casa Familiar Rural, com a construção de salas de aula, sala de informática, sala para reuniões, alojamentos, saguão, auditório, sala para cursos profissionalizantes, totalizando aproximadamente 300m2.
	005 Atividades em parceria com entidades	Agricultura	Repasse de recursos financeiros através da formulação de convênio anual com o escritório local da

			Emater-Paraná; Convênio com os Sindicatos; Convênio com entidades sem fins lucrativos, como associações, central de associações, cooperativas, CACIA, ACANF, que tenham entre outras atividades, o desenvolvimento da agricultura e pecuária. Repasse de recursos financeiros para manutenção da Casa Familiar Rural, entre eles estrutura física, administrativa, materiais permanentes e de consumo, equipamentos e recursos humanos e encargos, para desenvolver as atribuições da Casa Familiar Rural; Apoio ao egresso do aluno à Casa Familiar Rural.
	006 Espaço físico para feira municipal da agricultura	Agricultura	Construção e adequação de espaço físico adequado para instalação da Feira Municipal visando apoiar a agroindustrial e a produção de hortifrutigranjeiros.
“17” Infraestrutura viária rural Dotar a área rural de infraestrutura viária adequada para escoamento da produção agrícola transporte de pessoas e alunos.	003 Pavimentação e obras complementares em estradas rurais	Transporte	Execução e/ou contratação de serviços de terceiros para obras de construção, adequação, readequação, cascalhamento, conservação e outras melhorias em estradas mestres e estradas de acesso as propriedades localizadas no interior do Município; Aquisição de materiais e serviços para adequação, readequação e manutenção de estradas rurais; Pavimentação e recapeamento (asfáltico); recuperação de calçamentos (pedras irregulares); Serviços de pavimentação com pedras irregulares com equipamentos próprios e/ou contratação de serviços de terceiros nas estradas de acesso as comunidades no Município; Serviços de pavimentação com lama asfáltica em estrada pavimentada com pedras irregulares em estradas rurais com equipamentos próprios e/ou contratação de serviços de terceiros no Município. Aquisição de materiais e serviços para construção, manutenção e conservação de pontes. Construção de pontes e manutenção das demais; Construção e manutenção de bueiros.
	004 Aquisição de veículos, equipamentos rodoviários e material permanente	Transporte	Aquisição de equipamentos rodoviários e veículos, preferencialmente: 3 veículos utilitário, 1 Rolo Compressor, 1 patola, 1 escavadeira, 1 retroescavadeira, 1 pá carregadeira, 1 escavadeira hidráulica. Equipamentos

			para abastecimento e lubrificação de máquinas e outros equipamentos rodoviários que se fizerem necessários; Implantar os centros administrativos nas comunidades centralizadas (Linha Rosa, Centro Novo, Araponga e para Comunidade Sede).
<p>“18” Trabalhando nos setores, industrial, comercial e prestação de serviços Promover o desenvolvimento do Município através do fomento aos setores comercial, industrial, agro-industrial e prestadores de serviços.</p>	004 Apoio instalação de unidades industriais, comerciais, agroindústrias e cooperativas	Indústria	(...) Apoiar a comercialização de produtos coloniais, artesanais e outros produtos; Diversificação da agricultura através do fortalecimento do sistema cooperativista; Apoiar e/ou implementar a industrialização e beneficiamento do leite no Município em parceria com a cooperativa de leite (...)
<p>“21” Apoio Comunitário Incentivar as comunidades a se organizarem visando melhorias e implementação de projetos, programas, auxílios e outros benefícios destinados às comunidades. Assistir os membros das entidades a participarem de projetos e programas oferecidos pelas três esferas de governo.</p>	002 Apoio as associações e entidades	Direitos da cidadania	1-Disponibilizar servidores públicos, assessoria técnica e jurídica para auxiliar, incentivar e orientar organizações em geral e regularização/titularização dos imóveis aos proprietários nos assentamentos; (...) Parceria com entidades nas alternativas de renda aos pequenos agricultores, incentivando a diversificação agrícola para subsistência familiar; concessão e acompanhamento de patrulhas agrícolas; elaborar e encaminhar projetos aos associados objetivando adquirir patrulhas e demais implementos agrícolas aos agricultores; Repasses financeiros através de subvenções sociais ou contribuições, instituições, entidades, Associações comunitárias, associações de bairros, associações de agricultores, centrais de associações, associação comercial, Conselho de Desenvolvimento Comunitário e de Segurança de Rio Bonito do Iguaçu, legalmente instituídas visando a construção, ampliação, reformas em geral, construção de benfeitorias em edificações comunitárias, como churrasqueiras, banheiros, cozinhas (espaço físico e equipamentos), canchas de bocha, bem como instalação de telefone em locais não beneficiados, aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo (...)
<p>“22” Proteção à criança e ao adolescente Promover o atendimento</p>	004 Atendimento de crianças e adolescentes	Assistência Social	(...) Incentivo a disponibilização de espaços físicos para realização de palestras e confecção de folders, cartilhas e panfletos sobre orientação,

integral à criança e ao adolescente, conforme determina o Estado da Criança e do Adolescente.			informação e prevenção referente diversas áreas e fatores para crianças e adolescentes na sede e no interior do Município bem como, incentivo à fixação do jovem no campo, meio ambiente e conscientizando de jovens e familiares sobre o melhoramento das propriedades.
“26” Programa de Inclusão Digital Possibilitar aos agricultores o uso da internet visando incluí-los na sociedade da informação e, com isso, certamente, melhorar sua qualidade de vida. Evitar que o jovem do campo fique distante das oportunidades e assim deixar de ir para as cidades, pois a inclusão digital será um dos atrativos para ele na zona rural, o que torna o programa ainda mais importante. Possibilitar aos agricultores buscar aumentar o conhecimento específico na atividade de produção.	001 Inclusão digital do agricultor	Agricultura	Apoio por meio de aquisição e/ou locação de equipamentos e/ou serviços visando à liberação de sinal para acesso a internet, no Município. Incentivo para instalação de internet nas propriedades rurais e em equipamentos municipais (praças, parques, etc.). Realizar curso gratuito sobre noções de informática e acesso à internet, aos produtores, seus filhos e funcionários, por meio dos laboratórios de informática das escolas.
*** Contemplam-se os seguintes programas e atividades da tabela 01: 06,0007 – 09,0006 – 16,0003 – 17,0006 e 0010 – 18,0004. Da tabela 02 são os seguintes: 15,001 e 002 – 17,001 – 23,001 e 003.			

Depois dessa longa exposição, o que é latente é a repetição de programas num período de aproximadamente 12 anos, sendo que a cada quatro anos há mudança dos governantes municipais. Com uma melhor organização nos programas, muitas atividades e ações foram juntadas em uma só, no entanto, as ações exclusivas para o campo tendem a diminuir com o passar dos anos, reflexo em parte da “melhora na estrutura” dos assentamentos. Inédito nesse PPA é o programa 26 de inclusão digital. Isso demonstra que as prioridades vão mudando, o problema é que muitas deixadas para trás não foram concretizadas.

De maneira geral, as demandas mais prioritárias para os camponeses se distribuem ao longo desses anos, são as que urgentemente precisamos, mas tem muitas atividades que se tivessem sido realizadas, teriam dado uma melhor qualidade física aos assentamentos.

4.2.2 Exposição dos Planos Municipais das políticas sociais

Nesse item buscou-se identificar nos Planos Municipais das políticas de assistência social, saúde e educação a existência de ações exclusivas para os sujeitos do campo⁷. Também será exposto sobre o conselho de segurança alimentar criado em 2015 no município e os alimentos adquiridos da agricultura familiar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) coordenados pela prefeitura municipal.

O primeiro a ser analisado é o Plano Municipal de Assistência Social 2014/2017. Não foi encontrada nenhuma ação e estratégia destinadas exclusivamente aos trabalhadores do campo. O texto de maneira geral se refere aos usuários, famílias beneficiárias, grupos nas comunidades ou áreas de vulnerabilidade. No entanto, um dos seus impactos e/ou resultados esperados é “maior conhecimento e apropriação da realidade local”. E a cobertura da rede prestadora de serviços no que refere a “outros órgãos e entidades de apoio” cita a ACAMF (Associação Comunitária do Assentamento Marcos Freire) e CACIA (Central das Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos), as duas associações dos assentamentos.

O segundo plano analisado é o Plano Municipal de Saúde 2014/2017. Novamente não foram encontradas ações exclusivas para o campo, as ações são destinadas a população em geral. O município abrange somente a atenção primária com 05 unidades básicas de saúde distribuídas no município, inclusive uma em cada assentamento, as atenções secundárias e terciárias são ofertadas em outros municípios de acordo com a demanda e as necessidades.

O terceiro plano refere-se ao Plano Municipal de Educação (PME) 2015/2025 aprovado em 02 de junho do recorrente ano. Diferente dos dois planos acima o PME explica no art. 7º as estratégias que se estabelecera, entre elas encontra-se “II – considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas à equidade educacional e a diversidade cultural”.

A análise e exposição serão apresentadas conforme organização do PME, segundo a numeração das metas: **Meta 1** “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 27% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE”. O

⁷ Neste trabalho estamos usando para denominar os trabalhadores do campo expressões tais como: trabalhadores do campo, assentados, camponeses, nesse último não vamos problematizar teoricamente o seu uso, pois, abriria um longo debate. Entretanto estamos utilizando-o porquê tem sido uma orientação política de entidades como Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Via Campesina.

município conta com dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) na área urbana e nove escolas que ofertam Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo uma urbana, na sede do município e oito no campo. De acordo com o PME “a Educação Infantil é oferecida para as famílias de diferentes etnias e grupos sociais, do campo e cidade. Cada uma com suas singularidades, com suas histórias e um modo de vida específico”. É importante destacar que a maioria das tabelas apresentam dados referentes ao urbano e rural. Das estratégias exclusivas direta ou indiretamente para o campo: 1.10 - fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada, para atendimento das crianças da educação infantil; e 1.18 - definir o papel da escola de educação infantil no campo, garantindo a identidade do homem do campo com metodologia e material adequado a realidade do meio rural.

Meta 2 “universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE”. Das estratégias: 2.6 – desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas; e 2.10 – garantir a oferta de ensino fundamental também para a população do campo, indígenas e quilombolas nas próprias comunidades. **Meta 3** “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida no ensino médio para 85%”. Das estratégias: 3.7 – fomentar a expansão de matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência. **Meta 5** “alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Estratégia: 5.5 – apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas, oriundas de outras nacionalidades e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos (...).

Meta 6 “oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica”. Das estratégias exclusivas direta ou indiretamente para o campo: 6.7 – atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral,

com base em consulta prévia e informada, considerando-se as particularidades locais. **Meta 7** “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem (...)”. Das estratégias: 7.19 – desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para a educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais (...). A **Meta 8** refere-se a escolaridade média da população de 18 a 29 anos. Não há nenhuma estratégia específica para o campo, mas me chamou a atenção dois gráficos: O primeiro é um indicador feito pela PNAD em 2013 sobre a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, a comparação é feita entre Brasil (9,8) Paraná (10,2) e Rio Bonito (7,8). Se compararmos o mesmo indicador com a área rural, o Brasil (7,8), Paraná (8,9) e Rio Bonito (7,2). Veja a diferença considerável entre os dois indicadores, como o campo é mais elevado, no entanto, se comparar Rio Bonito a diferença é de 0,6 a menor de todos.

Meta 10 “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. Estratégia: 10.3 – fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação à distância. Meta 11 “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público”. Estratégia: 11.4 – expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades. Meta 14 “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores”. Estratégia: 14.1 – ofertar auxílio aos mestrandos e doutorandos provenientes da população do campo (...).

Meta 15 “(...) assegurar que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atuam”. Estratégia: 15.2 – implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial e por fim, a **Meta 18** “assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de Planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública (...)”. Estratégia: considerar as especificidades socioculturais das escolas do

campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

Como a construção do PME é recente, foi realizado um questionário e enviado a secretária municipal de educação no início de 2015. Algumas das questões remetem ao campo. Em relação à implementação da política de Educação do Campo “Em Rio Bonito do Iguaçu a Educação do Campo vem conquistando lugar na agenda política nas instâncias Municipal, Estadual e Federal, pois no município temos o maior assentamento da América Latina (...) atualmente a Secretaria Municipal de Educação têm organizado eventos de formação continuada para professores e seminários objetivando a discussão/ construção de políticas públicas da educação do campo, estando o município em processo de implementação dessa política”. Nesse caso mesmo que não esteja explícito o termo educação do campo no PME, observa-se que a maioria das estratégias específicas para o campo se atentava a particularidade dessa realidade e a construção de meios que se ajustem a essa especificidade. Ficou explícito a preocupação em relação à realidade do campo, quando perguntado sobre um currículo específico foi afirmado que “busca-se trabalhar com um currículo flexível a mudanças, onde se procura sintonizar com as especificidades do campo, adaptando a realidade dos educandos”. Foi relatado também que no Conselho municipal de Educação há dois representantes do campo ou de suas associações. Em relação à merenda escolar buscou-se saber se os alimentos utilizados eram aquisições industrializadas ou do campo. Foi informado que cerca de 51% dos produtos adquiridos são da agricultura familiar⁸. Todos os produtos são *in natura* e cultivados e/ou produzidos no município. São adquiridos através de recursos Federais e Municipais através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e com a contrapartida da entidade executora (Prefeitura).

Observa-se que a quantidade de alimentos da agricultura familiar adquiridos para a merenda escolar é significativo, mostra que além de colaborar financeiramente com os agricultores que podem vender seus produtos, são alimentos frescos e saudáveis em relação aos industriais. Para dar um aporte sobre a importância da alimentação e a garantia da mesma foi criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 13/04/2015 pelo decreto nº 045/2015, no qual entre os membros que compõem a representação da sociedade civil devem ter representantes do movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e rural.

⁸ Ver anexo 1. Dados fornecidos pela secretária municipal de educação.

O PME é o único plano municipal analisado que possui ações que incluem a particularidade do campo, além deste dos indígenas e quilombolas identificando a preocupação com a realidade de cada local. A ausência de ações exclusivas para o campo através da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, principalmente da última mostra que a realidade social não está em pauta em muitas ações do município. Em relação às ações da assistência social daremos ênfase no próximo item.

4.2.3 Exposição e análise das entrevistas realizadas com assistentes sociais do município de Rio Bonito do Iguazu sobre a intervenção junto aos sujeitos do campo.

As entrevistas foram realizadas com três profissionais que trabalham no município, na Secretaria de Assistência Social e no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) nos meses de abril e maio de 2015. Foi realizada uma entrevista semi-aberta, com um questionário⁹ de sete perguntas que foi disponibilizado antes das entrevistas, mas durante as entrevistas havia a liberdade para outras perguntas e colocações. Estas entrevistas também foram gravadas, a terceira na verdade se tornou um questionário já que as respostas do roteiro foram enviadas unicamente via correio eletrônico, não tendo o encontro presencial para sua realização; isso não se deu por decisão da pesquisadora. A exposição das entrevistas será na forma em que elas foram ditas ou escritas

Os assentamentos são atendidos pela equipe volante que foi instituída em agosto de 2012, no CRAS do município, devido ao grande número de habitantes no campo e o vasto território, assim os usuários das políticas de assistência social não precisam se deslocar até a cidade, pois a equipe vai às residências e comunidades do campo. De acordo com os profissionais a equipe volante atende em média 3,000 mil famílias nos assentamentos. Dessa forma o CRAS do município é responsável pela área da cidade e das comunidades rurais mais antigas.

As principais ações da equipe volante nos assentamentos é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinado principalmente às crianças nas escolas e os idosos nas comunidades visando à promoção da saúde (o SCFV é ofertado a todas as idades, mas no município trabalha-se mais com as crianças e idosos). Ao todo são seis grupos localizados nas seguintes comunidades: Sede, Arapongas, Centro Novo, Agua mineral, Agua Morna, Alta

⁹ Ver apêndice 1.

floresta e Nova União com somente o PAIF. Para maior integração os grupos são centralizados perto das comunidades, nas escolas ou na CACIA (Central das Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos).

Os grupos são formados em média de 15 a 35 pessoas, de acordo com os entrevistados 99% dos grupos são compostos de mulheres. Seus principais objetivos e a promoção da saúde através de dinâmicas e atividades criativas ou promover alguma discussão relevante à comunidade além de levar informações sobre o acesso aos direitos sociais. Os grupos têm atingindo somente as crianças dos colégios municipais e até o termino do recorrente ano é para iniciar nos colégios estaduais com a nova equipe que vai assumir o concurso público do município.

Fazem parte das atividades desenvolvidas pelo assistente social da equipe volante as visitas domiciliares, de acordo com a profissional as demandas geralmente chegam até elas, ou aparecem no grupo quando alguma usuária questiona ou pede. Por mês são realizadas em média cinquenta visitas domiciliares, o sujeito A enfatiza que com a equipe anterior isso não ocorria e que “como o profissional se identifica na área de trabalho, talvez não se identifica com o trabalho, talvez seja um bom profissional só que não se identifica com aquele ambiente” (sujeito A).

Referente às ações específicas para o campo: De maneira geral os três entrevistados não especificaram uma ação exclusiva para o campo. O Sujeito A fala das atividades da equipe volante que consiste necessariamente no PAIF e SCFV destinados as comunidades do assentamento, mas que esses serviços são trabalhados em todo o município “dividido em várias comunidades, no assentamento a gente tem hoje seis comunidades que participam desse serviço e aqui na cidade tem mais seis comunidades, que também participam do mesmo serviço” (A). Relata que esses serviços são importantes, pois:

fortalece principalmente a questão da comunidade em si né, o PAIF, a maioria, 99% dos grupos são mulheres, e isso fortalece muito a união delas, principalmente porque elas ficam muito em casa e tem aquele serviço muito maçante de cuidar dos filhos, cuidar do marido, limpar a casa, tirar leite que é uma coisa muito comum, é bom para elas saírem, nesses grupos são feitos muitos trabalhos terapêuticos, mas são trabalhos feitos manualmente (A).

Raquel Sant’Ana ao falar do trabalho com grupos afirma que:

é (ou deveria ser) um espaço privilegiado para trabalhar a dimensão educativa inerente ao exercício profissional. Nas reuniões, o profissional pode trabalhar assuntos que permitam desvendar os complexos mecanismos que garantem à ideologia dominante espalhar-se por todos os interstícios da vida (Sant’Ana, 2012: pág.170-171).

Em relação à participação das mulheres como maioria Sant'Ana explica que apesar da mudança legal, ir até os equipamentos destinados a política pública é visto pela população como “pedir ajuda”, e neste caso, quem deve fazê-lo é a mulher; “a própria formatação da política indica que os cadastros dos usuários devem ser feitos preferencialmente em nome das mulheres, pois são elas as principais responsáveis pelas crianças e pelos jovens” (SANT'ANA, 2012: pág.173).

O sujeito B afirma que a política de assistência social no município segue a política nacional, as normativas nacionais e estaduais. Relata que não vê uma separação entre campo e cidade, mas:

quando você vai numa comunidade né, você vai trabalhar conforme a necessidade observada pelo profissional e conforme a necessidade, tanto da comunidade assim em questões de espaço físico, as relações sociais estabelecidas nessa comunidade, mas eu não vejo que tenha algo assim separado sabe, você trabalha com a questão dos territórios, daí se os territórios tem uma realidade específica é claro que você vai tentar atingir mais aquela realidade né, não vai ter nenhuma política, é a política nacional que segue, não é uma política específica pra acampamento, uma política específica pra assentamento e uma política específica pra comunidades desassistidas e uma política pra zona urbana (B).

Afirma que os assentamentos já estão bem estruturados, no entanto, não significa que não tenha problemas, mas estes estão mais organizados, possuem estrutura física e financeira e o Serviço Social trabalha com as famílias vulneráveis, dessa forma o território é escolhido por comunidade. O sujeito C volta a enfatizar que a matriz dos programas é predeterminada pelo Estado e a união e as políticas sociais desenvolvidas no município são as mesmas para a área urbana como a rural. De fato como observado no PPA e no Plano Municipal de Assistência Social não há nenhum programa ou política exclusiva para o campo. Como um município majoritariamente constituído de camponeses não tem uma ação exclusiva para o campo?! Conferimos a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por exemplo, onde consta:

Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada (PNAS, 2004).

Ora, se observamos a PNAS entender-se-á que é possível criar uma política ou programa que atenda a todo um território, diga-se de passagem, o campo, ao invés de focalizar em uma ou outra comunidade com mais incidências de famílias vulneráveis. Mesmo que os assentamentos, e direcionamos por ora só os assentamentos, possuam uma estrutura melhor, não significa que é homogêneo. Pode oferecer mais ênfase nas localidades mais

pobres, mas pode ao mesmo tempo atingir toda essa população, todo esse território. Isso exige também a autonomia profissional e o comprometimento com o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social.

Analisemos agora **a participação dos trabalhadores do campo em espaços de controle social do município a partir do conhecimento dos entrevistados**. O sujeito C explica que há conselhos vinculados a secretária municipal de assistência social “e a participação nas reuniões mensais ou em conferências, espaços estes destinados a avaliação de determinada política pública é quase que inexistente a participação de trabalhadores do campo”. O sujeito A explica que é realizado incentivos para que a população das áreas rurais possam estar participando “a gente convida nos grupos né, é citado no rádio, nos grupo que a gente faz no assentamento, é comunicado que vai ter a conferência tudo, assim, é bem exposto ao público mesmo, sabe, a gente está sempre convidando, é difícil eles vir sabe, vir por ser longe e tudo mais”. O sujeito B afirma que não há participação de nenhuma entidade do campo.

trabalhadores do campo, não tem nenhuma entidade específica, somente enquanto usuários, trabalhador do setor né, não temos entidades também, nós não temos, uma época o sindicato fazia parte, o sindicato dos trabalhadores rurais, do conselho de assistência, aí tem a questão da dificuldade da participação, daí né, numa das conferências, não me lembro qual acabou-se optando por outra instituição, e o sindicato dos trabalhadores acabou saindo do conselho né, então entrou essa outra instituição, mas nada impede que eles participem né, o convite é feito (B).

Ainda explica que são feitas algumas reuniões com os usuários nas comunidades rurais, mas devido ao tempo e o vasto território são realizadas em algumas comunidades somente.

Se a participação é quase inexistente como explicou o sujeito C, porque ela não ocorre? Por que a Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do CRAS ou da equipe volante não buscam entender essa questão e propor uma nova metodologia para a participação da população camponesa nos conselhos e conferências? Culpabilizar a população pela não participação não resolve essa questão, fundamentalmente nos assentamentos; a distância do perímetro urbano e os afazeres do campo impossibilitam ou dificultam essa presença. Mas não significa que não tenha organização coletiva. Por exemplo, todas as comunidades possuem uma Associação da patrulha agrícola, que tal tentar aproveitar esse espaço para divulgação? Tem localidade nos assentamentos que fica há 50 km de distância da área urbana do município, se o maior contingente da população está nas localidades rurais é possível realizar algumas conferências ou reuniões nessas comunidades. Parece-me que essa culpabilização a população pela não participação vai continuar a gerar os mesmos resultados;

é hora de buscar novas metodologias para promover o interesse e a participação dos camponeses nesses espaços.

Em relação às Organizações: o ponto de vista dos assistentes sociais sobre as organizações políticas dos trabalhadores do campo. O sujeito A reconhece a importância das organizações, e cita o MST e seu objetivo de lutar pela terra como sujeitos coletivos, no entanto, em nenhum momento relaciona com o Serviço Social. “Se eu for citar o MST é um exemplo, porque eles são um movimento organizadíssimos assim, eles são pautados em próprias leis, eles são organizados, eles conquistaram, antes era o maior assentamento hoje é o segundo maior assentamento da América Latina” (A).

O sujeito B disse que não faz a divisão de trabalhadores do campo e da cidade.

Eu não tenho muito conhecimento quanto dessa questão dos trabalhadores do campo né, eu também não faço essa divisão, minha visão de assistência social é mais no geral, e as especificidades de cada grupo vamos dizer, de cada comunidade, de cada território que se desenvolve (B).

O sujeito C também reconhece a importância da luta das organizações dos trabalhadores rurais e acredita que essas organizações já possuíram uma articulação maior, “creio que devido a alguns líderes se beneficiarem e beneficiarem alguns poucos com esta pauta acaba que muitos trabalhadores acabam que por se desmotivar, (...) porém a luta é mais do que justa, pois enquanto existir latifúndio existirá desigualdade” (B).

Sobre a relação com a intervenção profissional: no trabalho como assistentes social ocorre algum contato ou articulação com as organizações do campo do município ou região. O sujeito C explica que “existe um contato esporádico”, mas somente “quando alguma organização percebe alguma situação, necessita de um encaminhamento para a política pública de assistência social ou outra política pública que compõe a rede de atendimento” (C). Mais uma vez o Serviço Social não participa dessa questão. O sujeito B relata a mesma questão:

não, só não, não ocorre. Assim quando eles procuram pra solicitar alguma informação a gente repassa, quando a gente precisa de alguma informação a gente pede, mas eu, não tem isso, o trabalho desenvolvido é sim, mais não com organizações, e nem sei como esta isso no município (B).

Sobre a atuação da equipe volante no assentamento o sujeito A revela que não há esse contato, e diz que “lá no acampamento quando a gente vai fazer visita essas coisas sabe tipo assim, a gente tem que pedir permissão assim pra falar, mas no mais não”. Ela cita também que quando surgiu o acampamento toda a equipe foi fazer o cadastro dos sem-terra “foram fazer o cadastro, eles foram entrar em contato com os líderes lá, se eles permitissem tudo mais

esse contato sabe, não é projeto, mas eles precisavam, foram lá e pediram, eles cederam aí ficaram dois, três dias lá fazendo cadastro” (A).

Referente às demandas dos trabalhadores do campo, como estas aparecem no trabalho dos assistentes sociais. O sujeito B relata que no órgão gestor, que é a parte da política, em “alguns momentos nós temos, é situações em que aparecem mais as famílias do campo”, mas diz que normalmente não há diferença nas demandas. O sujeito A explica que na equipe volante, “a gente fica aqui e é só trabalho interno mesmo, é praticamente não tem aqui, a gente vai até lá, então a gente faz muita visita fora os grupos e tal, então a gente tem muitos assim, o ir até eles” (A). O sujeito C não especificou demandas exclusivas do campo, diz que seu trabalho se divide em “50 % demanda espontânea, 30 % encaminhamentos de outras políticas públicas e 20 % busca ativa”.

É importante destacar que o trabalho do assistente social da equipe volante, por exemplo, que trabalha com o campo, se resume necessariamente nos trabalhos em grupos do PAIF, SCFV e visitas domiciliares, em nenhum momento é mencionada pesquisa, assessoria, articulações ou até mesmo reuniões (salvo em algumas comunidades) com os trabalhadores do campo ou suas organizações.

De acordo com a orientação política do Projeto Ético-Político constatamos que essas ações podem ser realizadas pelos assistentes sociais (selecionei algumas). Referente à lei 8.662/93 que regulamenta a profissão: Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

Em relação ao Código de Ética (selecionei alguns). Sobre os princípios fundamentais: Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores. Art.12 - Constituem direitos do assistente social: b) apoiar

e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania. Observa-se dessa forma que se o assistente social usar de sua autonomia profissional ele é amparado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social para realizar um trabalho diferenciado, um trabalho que permita conhecer a realidade do campo e usufruir dos meios para construir um programa/política específico para o campo. Ou seja, essas são ações que podem ser feitas como competência profissional, e não através da militância do assistente social.

Questão Agrária: é um tema importante para o desenvolvimento do trabalho do assistente social. O sujeito A diz que a questão agrária é importante para o seu trabalho, “ainda mais no Rio Bonito e é Rio Bonito hoje 90% está na questão do assentamento” (A). O sujeito C diz que não diretamente, relaciona a questão agrária com a conquista da terra, “a partir do momento que todo cidadão possuir os meios de obter os mínimos necessários para a subsistência e dos que o cercam conseqüentemente uma melhor qualidade de vida a demanda diminui”. Para esse profissional a questão agrária é um tema importante porque oferece melhor qualidade de vida e diminui a demanda do Serviço Social. É claro que a distribuição de terras vai melhorar as condições financeiras das famílias e a qualidade de vida, no entanto, ver só pelo ângulo do trabalho como assistente social, me parece extremamente individualista. Para este profissional o que interessa é o fim porque o beneficia, ele não se preocupa em conhecer a realidade dos camponeses, sua preocupação é com a quantidade de demandas e ignora um dos fatos mais importantes para a intervenção profissional, que é conhecer a realidade a qual vai intervir.

O sujeito B considera importante a questão agrária, mas acha que deveria ocorrer de uma forma diferente, “talvez ocorrer de uma forma diferente, mas é claro que na nossa realidade né, políticas, iniciativas, não vai acontecer sem as lutas né, mas eu acredito que ela deveria né, ocorrer de uma forma diferente, com talvez um pouco mais de organização” e buscar atingir as famílias que não tem vínculo empregatício no município “uma orientação de repente, fazer um trabalho de orientação com essas famílias porque infelizmente elas não têm é, algumas também acabam quando ganhando a terra elas acabam não permanecendo né, até por questão de conhecimento mesmo”. Ao ser questionado sobre quem deveria construir essa “forma diferente, mais organizada” explica:

olha eu não sei de quem deveria partir isso né, eu acho assim que, é, poderia ser através desses movimentos né, das lideranças dos movimentos, mas também eu não sei se eles iriam conseguir desenvolver isso sozinhos né, só que eu acho assim que ainda o nosso país ele precisa de uma mudança eu acho que cultural sabe, revisão né, que é uma questão complexa assim, bem difícil de mudar essa questão da visão do povo. Aqui na nossa região é dessa forma, eu acredito que tenha outras regiões

assim que essa visão é diferente né, é uma visão mais aberta, é uma visão assim é, como direito mesmo né, que a população tem uma visão diferente dessa questão da reforma agrária (B).

As afirmativas de B são contraditórias. Observe: o profissional entende que é necessário ter as lutas para mudar a realidade, no entanto, acha que as lutas que ocorrem atualmente deveriam ser mais organizadas, mas não sabe como isso deveria acontecer, fica em dúvida se as lideranças dos movimentos sociais conseguiriam “encabeçar isso sozinho”. Fala da necessidade de uma mudança, mas não se dispõe como sujeito a ingressar nessas trincheiras. Acredita que a população deveria ter uma visão diferente sobre a questão agrária, que não seja influenciada pela classe dominante, mas como profissional do Serviço Social não oferece meios para isto. O que reina é o discurso, a teoria, mas nas ações o profissional se acomoda nas demandas da instituição e deixa ter maior autonomia.

Sant’Ana (2012) avalia que “a defesa da reforma agrária, a legitimidade dos movimentos sociais e a luta pela terra é algo inconteste para aqueles que defendem o projeto ético-político do serviço social” e que isto é explicitado pelos posicionamentos dos órgãos representativos da categoria. No entanto, a autora avalia que entre as proposições do projeto e o posicionamento da categoria profissional há diversas divergências. Em relação aos temas ligados diretamente aos direitos de cidadania, em especial, os direitos sociais há mais consenso na categoria; temas mais polêmicos como a luta pela terra, dividem os profissionais. Afinal, de acordo com Sant’Ana (2012), a luta pela terra “coloca em xeque o que deveria ser inquestionável para as classes dominantes: o direito da propriedade, base fundamental de legitimidade do próprio sistema econômico”. No Brasil, a autora explica que o aparato ideológico tem que ser muito eficiente, pois para justificar uma das maiores concentrações fundiárias do mundo e extrema desigualdade; “só mesmo a defesa da inviolabilidade da propriedade privada e o discurso da ordem calcados numa histórica relação de mando por parte das classes dominantes conseguem manter esta realidade” (SANT’ANA, 2012: pág.196-197).

E como o homem pensa segundo a realidade na qual está inserido (Marx e Engels, 2007), apesar dos esforços da categoria em criar uma massa crítica no sentido de questionar as relações de desigualdade, é muito mais fácil conseguir maior consenso naquilo que assegura direitos dentro da “ordem” do que no que poderia colocar em questão a próprio sistema social (SANT’ANA, 2012: pág. 197).

Em relação à discussão da questão agrária e dos direitos dos trabalhadores do campo na formação acadêmica. O sujeito C afirma que essa discussão ocorre e é suficiente, pois o acesso à formação acadêmica depende apenas da vontade do indivíduo, e “no caso de RBI que possui transporte para os municípios que oferecem esta oportunidade”. É

impressionante o discurso dominante, disseminado pela classe dominante, onde o sujeito é culpabilizado por sua condição. O acesso à formação acadêmica de qualidade, digo, o acesso a universidades e faculdades públicas cuja frequência seja presencial é bem complicado para que a “vontade do indivíduo” possa resolver. Parece-me que a discussão sobre a questão agrária e os direitos dos trabalhadores do campo na formação acadêmica desse assistente social foi insuficiente.

O sujeito A afirma que a discussão da questão agrária e dos direitos dos trabalhadores é muito importante, “eu acho muito importante ter esse conhecimento histórico (...) acho que a questão mesmo pra você se enturmar, saber, com o que está lidando, o que é essa reforma, como surgiu, pra que serve, eu acho muito importante, e principalmente pra questão do pré-conceito”, ela explica ainda que não conhecer a realidade é muito complicado pois, terá uma visão pré-concebida sem saber se é verdade e como profissional se torna complicado trabalhar com as pessoas “quando você não tem a história formada, você não estudou isso você vai pensar qualquer coisa, e aí é muito complicado (...) nessa questão eu acho muito importante, é conhecer a história”. No entanto, explica que não estudou a questão agrária na faculdade, e só teve o contato quando começou a trabalhar no município. Afirma que a formação acadêmica em relação aos direitos dos trabalhadores e a questão agrária é insuficiente, e muito pouco trabalhado nas universidades e faculdades, e que a população, principalmente a classe subalterna tem muitas dificuldades de ingressar numa universidade pública de qualidade.

acho que os direitos dos trabalhadores do campo na formação acadêmica que seria na questão dessas de poder ter esse direito, se acontece? pouco né, bem pouco né, não é o suficiente, mas aí não é suficiente não só no campo, mas também com a classe baixa, toda a questão da massa da população que não tem condições (A).

O sujeito A diverge do B ao afirmar que a formação acadêmica é frágil em relação à discussão da questão agrária e os direitos dos trabalhadores do campo e que a classe subalterna tem muitas dificuldades de ingressar em uma universidade pública de qualidade. Mesmo que não tenha tido na formação acadêmica os estudos sobre questão agrária, trabalhar com os sujeitos do campo e conhecer sua realidade possibilitou o acesso a esse conhecimento e uma visão realista da situação da classe subalterna.

O sujeito B relata que estudou a “questão de movimentos (...) porque na minha época era bem forte ainda essa questão de movimentos”, mas, em relação às lutas por direitos e de estar possibilitando a população uma visão diferente de mundo é muito pouco e que somente em algumas instituições isso ocorre atualmente, “eu nem sei se estou certa sabe, porque eu não sei te dizer mesmo, mas eu assim, as estagiárias com quem a gente conversa a primeira pessoa assim que trabalha essa questão, que vem conversar aqui com nós é você” e acrescenta

“realmente não temos (...) mas eu acho que não sei se tem isso, se é tratado de uma forma, assim com ênfase nas universidades, faculdades, eu não sei, eu acredito que não”.

O sujeito B afirma que estudou a “questão de movimentos” porque na época em que se formou era muito forte. Mas, acredita que isso não ocorra com “ênfase nas universidades”, pois, os estagiários que recebe não tratam desta questão.

Em relação ao debate da questão agrária no interior da profissão Sant’Ana explica que

a relação entre questão agrária e social não é algo que a profissão tenha conseguido produzir grandes acúmulos teóricos, e isto está expresso na forma restrita como a questão agrária é entendida nos congressos da categoria: são apenas as manifestações de problemáticas explicitamente do meio rural; os periódicos especializados de serviço social quase não têm artigos que tratam do modelo de desenvolvimento agrário ou dos movimentos sociais rurais (SANT’ANA, 2012: pág.151).

A autora relata que outra evidência da dificuldade de apreender a mediação entre questão agrária e serviço social “é que as pesquisas que tratam de temática agrária raramente tratam do serviço social; mesmo a profissão tendo um caráter interventivo, as publicações sobre este tema enfocam resultados de pesquisa e só ocasionalmente trazem relatos de experiências nesta área”. Sant’Ana explica que “na realidade, as particularidades da questão social resultantes do embate de classes advindos das relações capitalistas na agricultura compõem a questão agrária, e a não apreensão das mediações que a constituem irá viabilizar uma análise da realidade a partir do mundo trabalho” (SANT’ANA, 2012: pág.151-152).

Para buscar entender o posicionamento dos assistentes sociais continuaremos nos referenciando na obra de Raquel Sant’Ana que analisa as posições dos profissionais que trabalham em municípios onde a monocultura da cana predomina para a agroindústria alcooleira, a autora ao problematizar a relação da questão social e agrária explica que a conexão do trabalho do assistente social com a questão agrária pode ocorrer de forma direta quando o foco do trabalho profissional tem como objeto as relações decorrentes da estruturação do modelo agrário, sejam estas expressas na cidade ou no campo. No entanto:

Existe um vínculo do Serviço Social com a questão agrária que pode passar despercebido pelos profissionais porque mediado pelo universo urbano: trata-se das expressões da questão social manifestas nas políticas sociais, especialmente nos municípios de pequeno porte que têm características eminentemente rurais em que o embate de classes é, em grande medida, dado pelo modelo de desenvolvimento agrário (SANT’ANA, 2012: pág.153).

A autora explica que apreender a questão social a partir das suas manifestações, deixa à particularidade da questão agrária totalmente subsumida às expressões singulares manifestas no cotidiano profissional: o desemprego, miséria, doença, etc. Ou seja, o assistente social vai relacionar as manifestações singulares resultantes desta problemática como se elas não fossem

resultado da luta de classes; o trabalhador ou ex-trabalhador será visto a partir da sua condição de usuário, será aquele que não tem comida, saúde, habitação, trabalho (SANT'ANA, 2012: pág.152). A autora ainda afirma que:

A dificuldade de percepção da questão agrária como particularidade da questão social faz com que os registros dos profissionais de serviço social não destaquem o vínculo empregatício e a ocupação dos usuários de forma a dar visibilidade a este complexo; se, por um lado, esta dificuldade faz com que não haja a quantificação deste imbricamento da questão agrária na formatação daquilo que se configura na atuação profissional (SANT'ANA, 2012: pag.153-154).

A autora explica que no momento em que o assistente social não capta o trabalho como eixo fundante da sociabilidade, ele não reconhece o usuário como membro da classe social “cujos embates na relação com o capital têm se configurado de maneira tal que esta situação manifesta no universo singular é a mais genuína expressão da questão social”. A autora analisa que o próprio

Serviço Social tem dificuldade para captar a questão agrária como particularidade da questão social porque a sua percepção de realidade não apreende o trabalho como eixo fundante na constituição das relações sociais; isto faz com que o próprio conceito de questão social reduza-se às suas manifestações singulares ou, pior ainda, a um problema social (SANT'ANA, 2012: pág.177).

Raquel explica que a partir do momento que o profissional faz seu registro da situação vivenciada pelo trabalhador que está desempregado ou com denominações vagas à profissão como lavrador, rural, safrista, “ele descaracteriza aquilo que dá formatação às manifestações singulares da questão social e que são resultantes, neste caso, do modelo de desenvolvimento agrário” (SANT'ANA, 2012: pág.177).

Dessa forma, aprofundar o debate sobre o método na perspectiva marxista “pode contribuir para a formação profissional à medida que recupera a centralidade do trabalho como eixo fundante da sociabilidade” (SANT'ANA, 2012: pág.184).

Enfim, após essa longa exposição, podemos afirmar que é necessário um aprofundamento no debate sobre a temática agrária no Serviço Social. Este capítulo expõe que não só o Serviço Social, mas de uma forma geral é preciso considerar a particularidade do campo na construção de políticas e programas. Referente ao município, dado os impactos que os assentamentos trouxeram, deveria ter mais ações específicas para os sujeitos do campo. Dessa forma, conhecer e fazer a leitura crítica da realidade é um dos caminhos para a atuação do assistente social no campo, abrangendo essa especificidade e intervindo também, de acordo com as demandas desses sujeitos.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi analisar a intervenção dos assistentes sociais na particularidade do campo, escolhendo uma localidade que poderia possibilitar ter uma visão singular desta atuação profissional.

Pesquisamos nas instituições municipais documentos oficiais que possuíam os programas desenvolvidos no município. Observamos que nos três PPA's que compreendem o período de 2006 a 2017 que com o decorrer dos anos as ações para o campo se tornam repetitivas, apresentando exatamente a mesma redação do documento de 04 anos atrás, mesmo quando se sabe que distintos grupos políticos estiveram na gestão municipal durante o período estudado. Também verificamos ausência de novas ações, ou atividades específicas, voltadas aos assentamentos.

Sobre essa ausência de medidas específicas notamos na resposta de um sujeito da pesquisa uma possível explicação: que se refere ao fato de o poder público considerar que os assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire já estão bastante estruturados, assim como as famílias. Podemos problematizar que seria essa estruturação. Pode significar o mínimo para a sobrevivência, mas os assentamentos são espaços coletivos que demandam ações estruturais como obras, estradas, infraestrutura, mas também precisam de assistência técnica, atividades de culturais, saúde, lazer, etc, que devem ser ações permanentes. Ainda identificamos que de maneira geral as ações destinadas para o campo contemplam os interesses dos trabalhadores, mas, não significa que sejam cumpridas. Com a leitura dos documentos, que são na verdade um planejamento, identificamos muitas ações que não são efetivadas.

Os assentamentos geram a maior parte da economia do município diretamente pela sua produção e indiretamente pela aquisição de insumos e produtos no comércio local. E mesmo assim não possuem um programa específico que promova o desenvolvimento dos mesmos e atenda aos camponeses. Quanto aos Planos Municipais somente a política de educação possui ações específicas para os educandos do campo. Já na área da saúde e de assistência social não possuem nenhuma ação voltada particularmente aos sujeitos do campo, independentemente de ser assentado ou não. Isso foi realmente uma constatação que muito lamentamos. Essas duas políticas poderiam num trabalho conjunto, e em parceria com as organizações sociais dos trabalhadores, promover uma série de atividades relacionadas à promoção da saúde, à alimentação saudável no bojo das políticas de segurança alimentar e

inclusão produtiva, por exemplo. A Secretaria de Assistência Social possui uma “equipe volante” que poderia propor e acompanhar muitas dessas atividades.

E isso é uma limitação dessas políticas, mas não apareceu essa necessidade como algo fundamental na perspectiva das atribuições profissionais do Serviço Social. Se o Plano Municipal de Assistência Social não tinha ações exclusivas para o campo, a atuação profissional também terá essa ausência. De certa forma é surpreendente que o município com um vasto território e população camponesa tenha um número muito reduzido de ações para o campo, isso também é um reflexo do pouco debate que ocorre no interior do Serviço Social sobre como elementos históricos da questão agrária (vide a monocultura) e outros contemporâneos (caso dos agrotóxicos) não são apanhados na sua correlação com a agudização das expressões da questão social que afetam a vida do conjunto dos trabalhadores, do campo e da cidade.

Seguindo essa lógica a participação dos trabalhadores, incluindo os camponeses, nos espaços de controle social no município também é reduzida. Dois condicionantes podem levar a isto: de um lado, estes espaços estão localizados na cidade em contraposição o horário de trabalho no campo é diversificado, constante e com longa jornada; e por outro, a falta de conhecimento sobre o que significa estes espaços, sobre suas potencialidades na fiscalização do serviço público, pode levar a uma ausência dos representantes dos trabalhadores. De maneira geral a relação do Serviço Social com as organizações dos trabalhadores do campo também é reduzida, não há articulação entre ambas, a menos que seja extremamente necessária. A própria equipe volante que trabalha diretamente com os assentados, não ressalta essa articulação.

Nas entrevistas ficou explícito que o pouco debate sobre a questão agrária e formação social brasileira durante a graduação em Serviço Social reflete diretamente na prática profissional. Os assistentes sociais não articulam a questão social com a questão agrária, e assim têm dificuldades em exercer sua “relativa autonomia profissional”, como diz Yamamoto (2009) para propor ações nesse campo. A leitura sobre a intervenção do assistente social se dá fundada no padrão da cidade, mesmo àqueles que exercem sua atividade em realidade social em que as relações agrárias são hegemônicas.

Sabemos que a teoria que orienta as instituições burguesas é conservadora, está justamente colocada para reafirmar a ordem vigente, cabe ao profissional através da sua reflexão crítica e autonomia questionar, ou não, as determinações dos empregadores e pensar

nas articulações possíveis tendo como base o projeto ético-político. É preciso realizar uma leitura crítica das políticas sociais que respondem aos direitos sociais os quais são demandas dos trabalhadores. Existe a possibilidade do Serviço Social estar presente nas diversas esferas da vida social, no entanto, a profissão é polarizada por distintos interesses de classes, que lutam pela hegemonia na sociedade, e logo, impactam na atividade profissional e em sua direção política.

Nesse contexto de crise capitalista, precarização dos direitos, aumento exponencial da desigualdade, é necessário que a classe trabalhadora encontre caminhos para colocar em questão o conjunto das relações sociais. O conflito de classes estará permanentemente tensionando a prática do Serviço Social, coletivamente a profissão deve pensar e organizar a ação dos profissionais, referenciando sua intervenção nas demandas da classe que está na luta contra essa ofensiva desumana do capital que passa por cima de nações e povos. No caso da questão agrária é necessário que o assistente social reconheça o conflito de interesses que está por trás da pauta da reforma agrária, e não apenas entendê-la apenas como uma política compensatória. É necessário que a profissão instigue o debate sobre a questão agrária no interior da categoria, afinal, o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, e ela não se reproduz apenas na cidade. O assistente social enquanto trabalhador assalariado, também sofre direta e indiretamente com a precarização das condições de vida e trabalho na cidade e no campo, por exemplo, com o emprego, a necessidade de ter vários vínculos empregatícios, aumento do custo de vida, violência, entre outros.

Todos são atingidos pelas mazelas do capitalismo, os camponeses, os trabalhadores urbanos, entre eles os assistentes sociais, ou seja, os diversos sujeitos sociais estão submetidos a esta lógica que se espalha por todas as esferas da vida social. Ressaltamos: ao Serviço Social, entre os diversos desafios que permeiam a profissão se faz necessário o aprofundamento do debate sobre a questão agrária já que o acúmulo teórico nesse tema é muito reduzido; este trabalho comprova que essa ausência reflete na prática profissional. Também é um desafio contribuir com os movimentos sociais do campo, estreitar essa relação, conhecer a realidade para ter um exercício profissional com qualidade. Também precisa avançar na pesquisa, instigar o interesse pela temática agrária e enfrentá-lo coletivamente. Para o trabalho profissional relacionando-o com a construção social dos interesses dos povos, é preciso combater o conservadorismo e realizar uma leitura crítica da dimensão investigativa da profissão; fazer análise da realidade, na qual estamos inseridos, pois o imediato é o ponto

de partida para a intervenção e para o conhecimento da realidade precisamos fazer a “suspensão do cotidiano” para retornar a ele de uma forma mais elaborada¹⁰.

Espera-se que este trabalho possa incentivar a categoria a fazer um debate sobre a questão agrária como particularidade da questão social. Esse trabalho me instigou profundamente, como residente do Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu, também sou sujeito/usuária da prática do Serviço Social, mas também futura graduada na área. Foi primeiramente a necessidade de conhecer o exercício profissional no campo que me levou a estudar o tema, pois como camponesa vivencio essa situação, também a constatação de que essa realidade deve ser apropriada pelos assistentes sociais no exercício da profissão. Nesse processo de pesquisa sobre o tema identificamos que havia poucos trabalhos no Serviço Social que relacionassem a questão agrária com a questão social. Percebemos que poderia realizar essa atividade acadêmica estudando a prática profissional a partir da realidade camponesa em um município que oferece está especificidade. Com a apropriação que alcançamos até o momento, e que essa pesquisa mostrou, destacamos que a temática agrária é urgente para os debates da profissão. Conhecer, investigar e estudar essa realidade não apenas como atributo para o exercício profissional, mas também como solidariedade às demandas da classe trabalhadora em seu conjunto.

¹⁰ Muitos desses desafios foram apontados por Marilda Iamamoto no seminário Serviço Social, Questão Agrária e Movimentos Sociais na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em novembro de 2015.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Teologia da Libertação: viva e atuante**. Disponível em:

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=26>. Acesso em 28 de setembro de 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Paraná, Rio Bonito do Iguaçu.

Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=412215>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

BRASIL. Regulamentação da profissão lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

BRAZ, Marcelo, TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social**.

In: CFESS/ABEPSS. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

CFESS. Código de ética do assistente social. CFESS, 10ªed. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

GALERA, Inês. **Rio Bonito do Iguaçu: um rio de histórias**. 1ª ed., Rio Bonito do Iguaçu - PR: Gráfica Xagu, 2009.

HAMMEL, Ana Cristina; SILVA, Nilton José Costa; ANDREETTA, Ritamar (orgs.). **A**

conquista dos assentamentos: Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. Rio Bonito do Iguaçu: Progressiva Ltda, 2007.

IAMAMOTO, Marilda, CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Ano. 2, n.3 (jan./jun..2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS/ABEPSS.

Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octavio. **Ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Origens Agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004b.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. In: ABEPSS, ano 2, nº 3, jan.-jul. de 2001).

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RIO BONITO DO IGUAÇU. Plano Municipal de Assistência Social, 2014/2017. Rio Bonito do Iguaçu, 2014.

_____. Plano Municipal de Educação, 2015/2025. Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte, junho, 2015.

_____. Plano Municipal de Saúde, 2014/2017. Rio Bonito do Iguaçu, 2013.

_____. Plano Plurianual 2014/2017.

_____. Plano Plurianual 2006/2009.

_____. Plano Plurianual 2010/2013.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho Bruto no Canavial: Questão Agrária, assistência e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2013.

ANEXO 1

(Quantidade por semestre)

	PRODUTO	QUANTIDADE SEMESTRE
	ABOBRINHA VERDE fev mar abr maio	450 KG
	ACELGA fev mar abr mai	600 KG
	AGRIAO fev mar abr mai	600 KG
	ALFACE fev mar abr mai	800 KG
	ALMEIRAO fev mar abr mai	800 KG
	BATATA DOCE fev mar abr mai	800 KG
	BOLACHA MEL/FUBA	1000 KG
	BROCOLIS fev mar abr mai jun	800 KG
	CALÇA VIRADA	1.000 KG
	CENOURA fev mar abr mai	2.000 KG
	CHUCHU fev mar abr mai	600 KG
	COUVE-FLOR	800 KG
	COUVE MANTEIGA fev mar abr mai	800 KG
	CUCA DOCE	1.000 KG
	DOCE DE FRUTAS PASTOSO	500 KG
	DOCE DE LEITE PASTOSO	600 KG
	ESCAROLA fev mar abr mai	400 KG
	ESPINAFRE	200 KG
	LARANJA PERA abr mai jun	4.000 KG
	MACARRÃO CASEIRO	5.000 KG
	MANDIOCA DESCASCADA fev mar abr mai jun	600 KG
	MEL jan fev mar abr mai	400 KG

	MELADO BATIDO fev mar abr mai jun	500 KG
	MILHO VERDE COM PALHA fev mar abr	2.000 KG
	OVOS BRANCO fev mar abr mai jun	1.600 DZ
	PAO CASEIRO de forma	2.000 unid / 2.500 Kg
	PAO INTEGRAL	2.000 unid / 2.500 Kg
	PAO DE MILHO	1.750 unid / 2.200 Kg
	PAO FRANCES	27.000 und / 1.350 Kg
	PEPINO fev mar abr mai jun	800 KG
	REPOLHO fev mar abr mai jun	800 KG
	TOMATE fev mar	800 KG
	SUCO DE NATURAL	1.500 LITROS

*Pode haver alteração de produto e quantidade de acordo com as condições climáticas da época.

ANEXO 2**AUTORIZAÇÃO**

EU, Sara Duarte, DRE 111369947, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2015.

Assinatura

APÊNDICE 1

Questionário para entrevista

- 1) Em relação às políticas sociais do município:
Como você observa a atenção dada aos trabalhadores do campo através das políticas sociais do município. Há alguma ação específica para os sujeitos do campo? Em qual política/programa/projeto você identifica essas questões?
- 2) É de seu conhecimento a participação dos trabalhadores do campo em espaço de controle social do município? (Conferências, Conselhos, etc). Cite-os.
- 3) Em relação às Organizações:
Como você vê as organizações políticas dos trabalhadores do campo (Brasil e no município) Suas pautas são legítimas?
- 4) Sobre a relação com a intervenção profissional:
No trabalho como assistente social ocorre alguma articulação/contato com alguma organização do campo do município ou região? Como? Em que situação?
- 5) Como aparecem em seu trabalho as demandas dos trabalhadores do campo?
- 6) Você identifica a Questão Agrária como um tema importante para o desenvolvimento do seu trabalho?
- 7) Como você analisa a discussão da Questão Agrária e os direitos dos trabalhadores do campo na formação acadêmica. Ela ocorre? É suficiente?